



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS

JOSÉ DOMINGOS ANGELO SANTOS

**NECROPOLÍTICA E VELHOFOBIA: UM DIÁLOGO SINDÊMICO A PARTIR DA  
ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO**

São Cristóvão/SE

2022

JOSÉ DOMINGOS ANGELO SANTOS

**NECROPOLÍTICA E VELHOFOBIA: UM DIÁLOGO SINDÊMICO A PARTIR DA  
ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, para Exame de Qualificação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cleide Emília Faye Pedrosa.

São Cristóvão/SE

2022

JOSÉ DOMINGOS ANGELO SANTOS

**NECROPOLÍTICA E VELHOFOBIA: UM DIÁLOGO SINDÊMICO A PARTIR DA  
ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO**

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Esta dissertação foi julgada adequada pela Banca Examinadora para aprovação no processo de defesa para obtenção do título de Mestre em Letras pelo Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cleide Emília Faye Pedrosa (Presidente e Orientadora)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Romana Castro Zambrano (Externa à instituição)  
Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD)

---

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Santos (Suplente interno)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof. Dr. João Paulo Lima Cunha (Suplente externo)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

*In memoriam* de Josefa dos Santos (minha  
mãe) e Maria de Fátima.

## AGRADECIMENTOS

Escrever é uma experiência similar a catar feijão, conforme o poema de João Cabral de Melo Neto. Gosto bastante desse texto porque ele me faz refletir também sobre a dificuldade que envolve uma escolha: escolher é sempre privar-se de algo, de uma possibilidade. Assim, assumindo as consequências desta escolha, preciso agradecer:

Àquele que está acima de tudo, mas sempre no meio de nós, permitindo ser aquilo que somos e, embora nem sempre entendamos, sempre está cuidando de nós, zelando para que tudo o que nos ocorre seja, a seu tempo, para nossa evolução, sem jamais nos abandonar à própria sorte. Ele, que nos faz ganhar, mesmo quando parece que perdemos, que nos dá forças quando elas parecem ter se esvaído. Sem Ele, amor que se fez Verbo encarnado, nada seríamos, nada teríamos;

Aos professores Wilton James Bernardo Santos e Maria Emília, pelas contribuições e auxílios a mim fornecidos durante as disciplinas cursadas como parte das exigências do mestrado;

Aos professores Fábio Tfouni e Ricardo Abreu, pelos diálogos teóricos estabelecidos durante as aulas, os quais ajudaram a ampliar os meus horizontes teóricos;

Às professoras Taysa Mércia e Romana Zambrano, pelas sugestões na ocasião da qualificação e, mais uma vez, pelo aceite do convite quando da defesa;

Aos meus colegas ascedianos, pelos inesquecíveis momentos e encontros que tivemos, ainda que em circunstâncias virtuais. Saibam que sem vocês este trabalho não poderia ser o que é;

A Alzenira Aquino, João Paulo, Anna Cecília, Maiane Brito, José Souza e Juliana Barbosa, pela minuciosa leitura de algumas partes do trabalho e pelas valorosas contribuições;

A Elisa, companheira de todos os momentos, pela paciência, pelo carinho, pelo apoio e pela compreensão, em especial nos inúmeros momentos de minhas ausências em virtude do mestrado;

A todas as pessoas da minha família, em nome de Cauã e Miguel, para que não deixem de acreditar nos seus sonhos e de lutar para a construção de um mundo menos pior, com justiça social e cognitiva. Fé nas crianças, Sempre!

Aos meus alunos, com os quais aprendo a cada dia;

Aos funcionários do PPGL, pela solicitude nos momentos em que precisei;

A todos os professores que tive – na escola, Universidade e fora delas – por terem me ensinado uma preciosa lição: saber para que e para quem serve o conhecimento;

Aos meus colegas da educação básica, graduação e pós-graduação, os quais – cada um a seu modo – contribuíram para que eu pudesse ser a pessoa que estou hoje e, assim, poder viabilizar a construção deste trabalho;

A Cleide Emília, por ter me aceitado como seu orientando, pela paciência imensurável e pelas orientações assertivas durante todas as etapas do mestrado. Disse, na qualificação, e repito: sem a senhora, este trabalho não teria sido realizado.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram na construção deste trabalho, mesmo que às vezes sem saber como.

Por fim, este trabalho é dedicado a todas as pessoas que, antes e durante a pandemia da Covid-19, estiveram ao lado da vida e, também, àqueles que a perderam.

*“Infância, sol que aparece  
com raios de lindas flores  
Dando esperança de vida,  
corando pétalas de flores,  
Velhice sol que se esconde  
Num horizonte de dores.”*

(“Infância, mocidade e velhice”,  
Moacir Laurentino e Sebastião Silva)

## RESUMO

O primeiro caso do novo coronavírus foi notificado em Wuhan, na China, no dia 17 de novembro de 2019, tendo sido noticiado para o mundo em dezembro daquele ano e declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “Pandemia Mundial” no dia 11 de março de 2020. Com ela, ocorreram transformações drásticas nas rotinas das pessoas, e, nesse novo cenário, vulnerabilidades passaram a ser intensificadas e vidas passaram a se tornar matáveis. Assim, este trabalho objetiva discutir, com base nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), as representações sobre o velho e o envelhecimento durante a sindemia da Covid-19, a partir de recortes de discursos de atores sociais bolsonaristas. Operamos, ao longo do texto, assentes na compreensão da Covid-19 como sindemia, isto é, o entendimento dela como uma doença biopolítica (HARDT; NEGRI, 2001; GHIRALDELLI JR., 2020, 2021). Partimos, assim, de uma contextualização do campo, passando das origens da Análise de Discurso Crítica (WODAK, 2004, 2009; RESENDE, 2017, 2019) à mudança na nomenclatura para Estudos Críticos do Discurso (ECD), proposta por Van Dijk (2018) e endossada por Cunha (2021), bem como do pressuposto de que o discurso é parte integrante das práticas sociais e que elas são mediadas pela linguagem (FAIRCLOUGH, 2003). A metodologia adotada é qualitativo-interpretativista, na qual o trabalho do analista crítico envolve uma postura de observador do mundo (PARDO, 2015). Assim, analisamos um *corpus* constituído de 22 fragmentos de discursos de atores sociais bolsonaristas versando sobre temáticas como o velho e a velhofobia, Necropolítica, Economia e Vida, entre outras, dispostas em macro e microtemáticas relacionadas a categorias sociodiscursivas como Capital, poder econômico, morte etc. Tais fragmentos foram retirados da internet, de diferentes suportes – redes sociais, notícias de jornal, entre outros –, na tentativa de mapearmos a forma diluída pela qual a velhofobia se naturaliza discursivamente. Considerando o postulado da Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO), as análises linguísticas são feitas a partir da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), especificamente a partir do Sistema de Avaliatividade e seus subsistemas (GOUVEIA, 2009; VIAN JR., 2010; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), alinhadas ao arcabouço teórico-metodológico supracitado. Ao longo do texto, demonstramos como a sindemia ajudou no endosso da velhofobia como uma prática naturalizada, além de a vulnerabilidade dos velhos ser vista de forma positiva, do ponto de vista econômico. Evidencia-se, assim, a velhofobia como uma antropotécnica constituída discursivamente (BRUSEKE, 2011), assentada na banalidade do mal (ARENDT, 1999), cujo enfrentamento deve se dar, também, por via da linguagem. Como conclusões parciais, o trabalho evidencia, tendo como base as contribuições teóricas da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), o caráter diluído da necropolítica atrelado à velhofobia nas práticas sociais, perpassada pela influência do poder econômico e por ações biopolíticas que afetam o velho, acentuadas pela sindemia.

**Palavras-chave:** Estudos Críticos do Discurso. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. Covid-19. Velhofobia. Necropolítica.

## ABSTRACT

The first case of new Sars coronavirus was notified in Wuhan, China, on 11 November 2019, it had been notified to the in December of that year and it was declared by World Health Organization (WHO) the “the global pandemic” on day 11 March 2020. With it, occur drastic changes in the routines of people and , in the routines of people and, in this new scenario, vulnerabilities are being intensified and lives started being killed. Thus, this academic work objective discuss on the basis of Discourse Critical Studies (DCS), it was anchored on the Discourse Communication and Sociological Approach (DCSA), it representations about the old and the aging during Sars Covid Syndemic, stem from clippings of speeches of speeches of bolsonariets social actors. We operate, throughout the text, based it in the understanding of Sars Covid-19 as a biopolitic disease (HARDT; NEGRI; 2001; GHIRALDELLI, 2020; 2021). Thus, stem from a contextualization of field, it passed by the origins of critic speech of analyse (WODAK, 2004; 2009; RESENDE; 2017; 2019) change in nomeclature to Discourse critical Studies (DCS) has been proposed by Van Dijk (2018) and endorsed by Cunha (2021), as well as assumption that the discourse is a integral componet of social practice and they are mediated by language (FAIRCLOUGH, 2003). The adopted methodology is qualitative-interpretative to wham the work of critic analytistic is involving a posture of observe of the world (PARDO, 2015). Thus, we do analyse a corpus constituted of 22 fragments of discourses of social actors bolsonaristics, he is talking about thematics like the old and Oldphobia, necrofobia, economy an lives, among others, it is inclined to maro and micro- tematics, and it's connected with categories sociodiscoursives like Capital, economic power, death, etc. Such,fragmentos was removed of the internet, in several supports- social network, News, among others, this had happed in attempt of we is maping the form reduced like the Oldphobia is naturalize discoursementy. It is considering the postulate of the Oriented Textly Discourse Analysis (OTDA), these linguistic analyses are made from Funtional-Sistemic Linguistic (FSL), specifically, apart from a system of evaluative and subsystem their (VIAN JR, 2010; GOUVEIA; 2009; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), it is aligned like framework metodologica- theoretical aforementioned along this text, we demonstrate like the sendemic helped on endorsement of oldphobia like a naturalized practive, besides that we showed the vulnerability of these olds is being seen of positive view, do this of economics point of view. So, this evidence it, the Oldphobia like a antropotechnics constituted discursively (BRUSEKE, 2011), it is seated on banality from evil (ARENDDT, 1999), whose this confrontation must given, too, by way language. Like partial conclusions, the academic work does evidencie the character diluted of Necropolicy linked to oldphobic on social practicses, it predated to influence of economic powewr and for biopolitic actions that affect te old, it accented of theory contributions to Discourse Communicational and Sociological Approach (DCSA).

**Keywords:** Oldphobia; Discourse of Critics Studies. Sociological and Communicational Approach of the Discourse. Sars Covid-19. Necropolitical.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estrutura das relações sociais de reconhecimento jurídico	51
Quadro 2	Representação do bolsonarismo e suas subdivisões	60
Quadro 3	Caminhos de pesquisa em ASCD	76
Quadro 4	Etapas da pesquisa	77
Quadro 5	Esquematização do <i>corpus</i>	83
Quadro 6	Representação das Temáticas da Pesquisa	85
Quadro 7	Categorias linguísticas	88
Quadro 8	Resumo das análises	133

## LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ASCD	Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso
CF	Constituição Federal
cf.	Conferir
CID	Classificação Internacional de Doenças
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DIH	Declaração Internacional dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECD	Estudos Críticos do Discurso
EI	Estatuto do Idoso
GSF	Gramática Sistêmico-Funcional
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LR	Luta por Reconhecimento
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MP	Medida Provisória
MSD	Manual de Saúde e Diagnóstico
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PGR	Procuradoria-Geral da República
STF	Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>Estrutura da dissertação</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 1: DA ACD AOS ECD: UMA PREOCUPAÇÃO DO DISCURSIVO AO SOCIAL</b> .....	19
<b>1.1 ACD: histórico e interesses</b> .....	19
<i>1.1.1 Da ACD para os ECD: justificativas teóricas para operarmos a partir da atualização da nomenclatura</i> .....	27
<i>1.1.2 Crítica, poder e sujeito</i> .....	31
<i>1.1.3 Algumas Correntes europeias</i> .....	36
<i>1.1.4 Presença feminina e chegada dos ECD ao Brasil</i> .....	38
<b>1.2 Sobre a pertinência de epistemologias suleares e decoloniais</b> .....	39
<b>1.3 ASCD: da emergência ao pioneirismo</b> .....	41
<i>1.3.1 Luta por Reconhecimento: do que estamos mesmo falando?</i> .....	46
<i>1.3.2 As esferas da luta por reconhecimento e a fenomenologia negativa: a construção do sujeito pela luta</i> .....	47
<b>CAPÍTULO 2: NECROPOLÍTICA &amp; REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA: APONTAMENTOS PARA CONTEXTUALIZAR A VELHOFOBIA NA SINDEMIA</b> ..	54
<b>2.1 Uma colocação preliminar: o velho como uma minoria</b> .....	54
<b>2.2 Considerações sobre o bolsonarismo e sua relevância à pesquisa</b> .....	56
<i>2.2.1 Velhofobia: do que estamos mesmo falando?</i> .....	63
<i>2.2.2 Velhofobia, Vulnerabilidade e Morte: apontamentos para a banalidade do mal</i> .....	68
<i>2.2.3 Reconhecimento e ciência para alcateias: a importância de refletir sobre o não-lugar do idoso no Brasil</i> .....	71
<b>CAPÍTULO 3: METODOLOGIA E CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	74
<b>3.1 Algumas colocações sobre método e metodologia(s)</b> .....	74
<b>3.2 Caracterização da pesquisa à luz da ASCD</b> .....	75
<b>3.3 Justificativa, motivação e questões de pesquisa</b> .....	78
<b>3.4 Objetivos da pesquisa</b> .....	79
<i>3.4.1 Objetivo geral</i> .....	79
<i>3.4.2 Objetivos específicos</i> .....	79
<b>3.5 Corpus: da seleção/geração à definição de temáticas para análise</b> .....	80
<i>3.5.1 Contextualização das escolhas do corpus</i> .....	81

3.5.2 Representação codificada do corpus.....	83
3.5.3 Categorias de seleção do corpus e apresentação das temáticas.....	85
<b>3.6 A ACD e a Linguística Sistêmico-Funcional.....</b>	<b>86</b>
3.6.1 Categorias Linguísticas mobilizadas.....	88
<b>CAPÍTULO 4: UM OLHAR SINDÊMICO TRANSDICCIPLINAR SOBRE A</b>	
<b>VELHOFOBIA A PARTIR DA ASCD.....</b>	<b>90</b>
4.1 Apresentação das macro e microrregiões das análises.....	90
<b>4.2 Economia.....</b>	<b>91</b>
<b>4.2.1 Questão Previdenciária.....</b>	<b>92</b>
<b>4.2.2 Mercado de Trabalho.....</b>	<b>98</b>
<b>4.2.3 Capital.....</b>	<b>105</b>
<b>4.3 Vida.....</b>	<b>111</b>
4.3.1 Família.....	112
4.3.2 Papel do Estado.....	115
4.3.3 Direitos Humanos.....	118
<b>4.4 Violência.....</b>	<b>120</b>
4.4.1 Velhofobia.....	121
4.4.2 Necropolítica.....	123
4.4.3 Biopoder.....	127
4.4.4 Aspecto Constitucional.....	130
<b>4.5 Considerações preliminares sobre necropolítica, inércia do Estado e sua aliança com</b>	
<b>o vírus.....</b>	<b>133</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>Respondendo às questões e aos objetivos.....</b>	<b>140</b>
<b>Perspectivas ascedianas para a construção de um mundo melhor.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO A – Corpus.....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

No final de 2019 e início de 2020, o mundo se viu na maior crise sanitária da história contemporânea, com impacto em todas as esferas da vida humana global: a pandemia da<sup>1</sup> Covid-19. No Brasil, o primeiro óbito por Covid-19 foi noticiado em 17 de março de 2020, segundo a Johns Hopkins University, uma dentre muitas instituições que monitoram a pandemia e cujo site<sup>2</sup> pode ser acessado em português utilizando extensão de tradução no Google Chrome. Com a doença, vidas foram transformadas, alguns hábitos e práticas foram ressignificados, e, praticamente três anos depois, a infecção por Sars-CoV-2 continua matando milhares de pessoas em todo o mundo com as suas mutações – ou cepas, como o são a Ômicron e a DELTA (variante Sars-CoV-2 B.1.617<sup>3</sup>) –, fazendo-nos pensar se ela se tornará uma doença crônica, corriqueira, com a qual teremos de aprender a coexistir na nova configuração de normalidade em curso.

Em ciências, desde que foram descobertos, em 1883, pelo alemão Adolf Mayer, os vírus têm sido alvo de controvérsias e não constituem ponto pacífico entre os estudiosos da área. De modo geral, não são considerados seres vivos, mas sim formas de vida, sendo sistematicamente definidos como “parasitas intracelulares obrigatórios” (AMABIS; MARTHO, 2004, p. 28). Isso porque eles não possuem um ciclo biológico definido, bem como não se reproduzem nos termos convencionais, precisando necessariamente de um hospedeiro para realizar o processo de replicação/produção de novos vírus, os quais irão infectar novas células e iniciar um novo processo de replicação.

Os vírus também não morrem, apenas entram em estágio inativo quando não possuem um hospedeiro ou não conseguem se replicar, mesmo que infectando um organismo. É por essa razão e modo de operar que, historicamente, a forma de combate aos vírus se dá através de vacinação e redução dos riscos de contágio mediante medidas sanitárias (HARARI, 2016), de modo que a eficiência do combate a eles se dá pela rapidez pela qual a contaminação é reduzida e, no enfrentamento mediante vacinação, se pode alcançar desde o controle até a erradicação de uma doença (AMABIS; MARTHO, 2004).

<sup>1</sup> Adotamos o feminino por entendermos o artigo feminino em referência à doença ao invés de “o”, que faria referência ao vírus apenas. A esse respeito, ver “A Covid-19 x O Covid-19 – qual a forma correta”, disponível em: <https://www.clubedoportugues.com.br/a-covid-19-x-o-covid-19/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data>. Acesso em: 19 ago. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/doencas/variante-delta-da-covid-19.htm>. Acesso em: 19 ago. 2022.

O coronavírus é uma família viral descoberta ainda nos anos 60<sup>4</sup> cujo formato se assemelha a uma coroa<sup>5</sup> quando vistos ao microscópio, por isso o nome. Ele circula entre pessoas e animais, tendo sido identificada uma nova variante no final de 2019, na China, por isso chamado de Sars-CoV-2 (novo coronavírus causador de síndrome respiratória aguda do tipo 2). Assim, o nome comum para se referir à doença causada por ele passou a ser Covid-19. Embora existam outros tipos de coronavírus, o Sars-CoV-2 possui evolução irregular e, pelo que ainda está sendo pesquisado, pode acometer e deixar sequelas em praticamente todos os tecidos do corpo humano.

Embora com a vacinação se tenha reduzido as taxas de mortes, no início elas eram altíssimas, especialmente nos países que ou não adotaram ou adotaram tardiamente – e/ou parcialmente – as medidas de distanciamento físico, o uso de álcool em gel e máscaras, além de redução da circulação de pessoas com vistas à contenção da propagação do vírus. Neste trabalho, defendemos que, embora se fale ainda em distanciamento social para se referir a uma medida de prevenção do contágio mediante o contato entre pessoas, adotamos “distanciamento físico”, visto que essa terminologia evita a confusão com distanciar no sentido de separar pessoas por classes, algo a que nos opomos.

No Brasil, constatou-se certo cenário caótico, conflitante e disperso, no qual inexistiu uma política nacional de Saúde unificada e coerente no combate ao novo coronavírus (Covid-19). Por conta disso, estados e municípios tomaram decisões e medidas locais dissonantes das recomendações do Governo Federal, e este, por sua vez, atuou – e ainda o faz – na contramão das recomendações sanitárias propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que dificulta uma ação de abrangência nacional.

Prova disso foi a consulta pública<sup>6</sup>, realizada de 23 de dezembro de 2021 a 2 de janeiro de 2022, sobre a necessidade de prescrição médica para a vacinação de crianças de 5 a 11 anos de idade, consulta essa que tinha como objetivo reduzir as mortes delas e os riscos de contaminação. Essa medida contrariou diversos especialistas, visto o Governo parecer, com essa e outras ações, tratar um problema de interesse de Saúde Pública como fato de opinião e decisão individual, quando se sabe que o direito às liberdades individuais não suprime o bem-estar coletivo, sendo, inclusive, responsabilidade dos entes públicos zelarem por tais interesses.

<sup>4</sup> Cf. “Na década de 1960, uma mulher descobriu o primeiro Coronavírus”, disponível em: <https://casa.abril.com.br/news/na-decada-de-1960-uma-mulher-descobriu-o-primeiro-coronavirus/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

<sup>5</sup> Cf. “O que é COVID-2019?”, disponível em: <https://coronavirus.rs.gov.br/o-que-e>. Acesso em: 19 ago. 2022.

<sup>6</sup> Disponível para acesso ao público em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/opine>. Acesso em: 1º jan. 2022.

Tal fato se agrava ao considerarmos que esse tem sido o *modus operandi* até o momento. Na ocasião, a proposta foi rejeitada pela maioria dos votantes<sup>7</sup>.

Nesse sentido, dadas a inconstância no número de mortes por Covid-19 e a novidade que ela é, ou seja, pouco se sabe sobre ela, suas complicações e não há ainda um tratamento<sup>8</sup>, é de considerar que haja uma sobrecarga dos serviços públicos – e privados – de saúde, cenário no qual o critério sobre “quem” vive ou morre é definido, às vezes, pela idade. Por esse viés, a pandemia da Covid-19 reacendeu a preocupação sobre a questão do idoso por parte da sociedade civil, de entidades governamentais, da imprensa, da Saúde e de ONGs, uma vez que esse é considerado um dos “grupos de risco”, e, de diversas formas, com ela, a vulnerabilidade em torno do velho parece ter dado lugar a uma cultura massiva de seu extermínio em prol de supostas positivities que isso poderia trazer.

Mais do que isso: em nosso país, como o Estado não adotou uma política de enfrentamento às medidas de combate ao avanço do vírus, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade foram as que acabaram sofrendo mais com os efeitos da doença, além de que morreram mais. Os velhos estão dentro desse espectro. Se, antes da pandemia, já era previsto nos protocolos de Saúde a chamada “Escolha de Sofia”, fundamentada num filme dramático<sup>9</sup> estadunidense de 1982, dirigido e roteirizado por Alan J. Pakula e baseado no romance de 1979 de William Styron, assim, com a Covid-19, ela passou a ser adotada em larga escala. Isso ocorreu devido à impossibilidade das unidades de saúde em poderem atender toda a demanda de pessoas infectadas que ali chegavam, muitas das quais necessitando de respiração artificial, leitos para internação, entre outros cenários, conforme matéria publicada no UOL em 17 de março de 2020<sup>10</sup>.

A Escolha de Sofia tem como mote a definição de parâmetros e critérios de gerenciamento de recursos para se definir sobre a prioridade de atendimento e, assim, no extremo, de quem vive, numa situação-limite na qual não se pode salvar a todos. Na pandemia, isso se tornou comum: leitos escassos, falta de recursos, cortes na Saúde, número insuficiente de funcionários, falta de respiradores e muitos outros problemas. Nesse cenário, pelo próprio aspecto protocolar, os velhos foram os mais afetados. Mas há uma distinção importante entre

<sup>7</sup> Cf. matéria disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/saude/noticia/2022-01/consulta-publica-rejeita-prescricao-medica-para-vacinar-criancas>. Acesso em: 10 set. 2022.

<sup>8</sup> No Brasil, no momento da geração do *corpus*, ou seja, julho de 2021, uma vez que em alguns países da Europa estavam sendo usados dois medicamentos que foram desenvolvidos contra a Covid-19.

<sup>9</sup> Ver mais em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2020/03/25/o-coronavirus-o-direito-penal-e-escolha-de-sofia-medicina-de-catastrofe/> e em <https://istoe.com.br/a-escolha-de-sofia/>. Acesso em: 3 jan. 2022.

<sup>10</sup> Cf. “Sucateado, SUS vive ‘caos’ em meio à pandemia do coronavírus”, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/03/17/sucateado-sus-vive-caos-em-meio-a-pandemia.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.

adotar essa “escolha” de forma circunstancial e a decisão de promover uma política pública de violação de direitos, de exploração de vulnerabilidades, de circulação de discursos que justifiquem, no limite, o extermínio de velhos. É na consideração desse aspecto que este trabalho se propõe.

Para tal, consideramos que, embora ainda se fale em pandemia para se referir à Covid-19, preferimos a atualização na nomenclatura para “sindemia”, conforme vem sendo trabalhada por Paulo Ghiraldelli Júnior (2020) em seu blog<sup>11</sup>, quando ainda do início da doença no Brasil. Isso porque o conceito de sindemia<sup>12</sup> compreende aspectos políticos, sociais, econômicos e biológicos interagindo entre si, cujo efeito pode resultar em maior ou menor escala em morte, a depender da interação entre tais fatores – os sujeitos, as instituições e a atuação do Estado. Esses fatores fazem da Covid-19 uma doença biopolítica. Ressaltamos, também, que a formulação da Covid-19 enquanto sindemia é de Richard Horton, editor-chefe da revista britânica *The Lancet*, veiculada no editorial de 26 de setembro de 2020<sup>13</sup>, porém tem sido utilizada por Ghiraldelli Jr. (2020, 2021) em seus textos e, dada a pertinência, a utilizamos na nossa pesquisa.

Assim é que, ancorado numa perspectiva que trata a Covid-19 como sindemia ao invés de pandemia, para além do interesse médico, como ainda tem sido utilizado, este trabalho tem como interesse problematizar determinados discursos que tratam o velho como um fardo, a velhice como negativa e o envelhecimento como evitável, sendo, por isso, velhofóbicos, com vistas a demonstrarmos como eles deram o mote e se naturalizaram ao longo da atual sindemia.

Isto posto, o trabalho objetiva discutir, com base nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), as representações sobre o velho e o envelhecimento durante a sindemia da Covid-19, a partir de recortes de discursos de atores sociais bolsonaristas, retirados da internet, demonstrando aspectos necropolíticos entre a política de enfrentamento à doença e os discursos desses agentes como contribuintes no endosso da velhofobia e possíveis violações do EI.

<sup>11</sup> Cf.: <https://pauloghirdelli.com.br/COVID-e-sindemia-os-medicos-chegaram-tarde-ao-que-dissemos-no-comeco-de-2020/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

<sup>12</sup> Para não sermos repetitivos, neste trabalho, o termo sindemia sempre irá se referir à Covid-19, sendo que o termo pandemia virá apenas em citações.

<sup>13</sup> O artigo principal e as discussões sobre ele estão disponíveis em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext). Acesso em: 12 jun. 2022.

## **Estrutura da dissertação**

O trabalho analisa representações negativas sobre o velho e o envelhecimento durante a pandemia da Covid-19 a partir de recortes retirados da internet. Empreendemos, assim, um percurso a partir da convergência transdisciplinar entre os Estudos Críticos do Discurso (ECD), especificamente a partir da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), nas suas interfaces com a Luta por Reconhecimento (LR), de Axel Honneth (2003), tendo como base a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) hallidyana como fundamentação de análise linguística, dado que em nossos trabalhos adotamos uma análise textualmente orientada (ADTO). Esse é o quadro teórico-analítico do estudo, escolhido a partir da consideração do problema social, juntamente com categorias que nos permitam contribuir, de maneira contra-hegemônica (BAJOIT, 2006; SANTOS, 2010), no seu enfrentamento. Assim, a dissertação está dividida em cinco capítulos, os quais apresentaremos a seguir.

No capítulo 1, “DA ACD AOS ECD: UMA PREOCUPAÇÃO DO DISCURSIVO AO SOCIAL”, abordamos o contexto teórico do surgimento da Análise de Discurso Crítica (ACD) como campo do saber. Também apresentamos os principais conceitos, as influências e as correntes desenvolvidas. Avançamos, assim, na contextualização do surgimento da ASCD, bem como explicitamos as razões pela adoção de ECD, proposta por Van Dijk (2018). No referido capítulo, também trazemos a LR (HONNETH, 2003).

O segundo capítulo, “NECROPOLÍTICA & REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA: APONTAMENTOS PARA CONTEXTUALIZAR A VELHOFOBIA NA SINDEMIA”, trata da velhofobia apresentada sob a forma de diálogos teóricos. Como parte desse modo de gerenciar o trabalho de pesquisa é que esse capítulo introduz a questão da Velhofobia (GOLDENBERG, 2020) – nas suas interfaces com a Necropolítica proposta por Mbembe (2020) –, além de justificarmos o tratamento do velho como uma “minoria”. No capítulo, trazemos aspectos centrais, segundo defendemos, com vistas a situarmos o aspecto discursivo e social para que, posteriormente, possamos refletir, no capítulo de análises, sobre os discursos velhofóbicos no contexto brasileiro da pandemia. A escolha dessa nomenclatura se justifica tanto pelo aspecto necropolítico inerente à Covid-19 no contexto brasileiro quanto pela política de naturalização do vírus amplamente difundida no país, acrescida da inércia deliberada do Estado no enfrentamento da pandemia.

No terceiro capítulo, “METODOLOGIAS E CAMINHOS DA PESQUISA”, trazemos os aspectos metodológicos da pesquisa, a fundamentação das escolhas de métodos e os recursos utilizados na realização do estudo. Como já dito, o *corpus* se constitui de discursos retirados de

domínio virtual em notícias de jornais, publicações em redes sociais, num recorte temporal específico que tem como limite o simbolismo do Dia Internacional do Idoso (1º de outubro), de 2020, ano de nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e, também, do início da sindemia. Nesse mesmo capítulo, apresentamos as categorias sociodiscursivas e as macro e microtemáticas que serão utilizadas para fundamentar as análises, acrescidas da apresentação das categorias linguísticas mobilizadas, notadamente o Sistema de Avaliatividade.

O quarto capítulo, “UM OLHAR SINDÊMICO TRANSDICCIPLINAR SOBRE A VELHOFOBIA A PARTIR DA ASCD”, traz as análises, feitas em blocos, nas quais buscamos articular, a partir do postulado textualmente orientado, o quadro teórico mobilizado ao longo dos capítulos anteriores com vistas às respostas das questões de pesquisa e o alcance dos objetivos formulados para este trabalho. As análises são realizadas a partir de macrotemáticas e subtemáticas definidas pela subdivisão do *corpus* a partir daquilo que mais expressamente é do nosso interesse. Como aspecto central, a consideração sobre a urgência de enfrentamento à velhofobia como política multilateral e de violação de direitos nos é cara.

As macrorregiões temáticas são: Economia, subdividida em Questão Previdenciária, Mercado de Trabalho e Capital; Vida, subdividida em Família, Papel do Estado e Direitos Humanos, e Violência, que se subdivide em Preconceito (velhofobia), Necropolítica, Biopoder e Aspecto Constitucional. O *corpus* é diversificado, sendo constituído de notícias retiradas de jornais online no período de 12 de março de 2020, quando do início da sindemia, até 1º de outubro daquele ano, pela simbologia do Dia Internacional e Nacional do Idoso, sendo feixes discursivos de atores bolsonaristas e/ou pessoas ligadas ao Governo.

Por fim, como apontamento conclusivo, trazemos algumas considerações, no quinto capítulo, acerca do trabalho, retomando os aspectos centrais, desde as motivações que levaram ao desenvolvimento da pesquisa até a articulação necessária entre os objetivos e o alcance deles, de nossa parte. Na referida seção do texto, buscamos responder às questões de pesquisa, bem como demonstrar o alcance dos objetivos propostos para o estudo.

## **CAPÍTULO 1: DA ACD AOS ECD: UMA PREOCUPAÇÃO DO DISCURSIVO AO SOCIAL**

Neste capítulo, contextualizamos a história da ACD, situando-a a partir do paradigma funcionalista, distinguindo esse pressuposto da ideia de escola. Assim, consideramos a Linguística Crítica (LC) como decisiva na sua contribuição com os postulados do que viria a ser a ACD. Trazemos, então, a proposta de mudança na nomenclatura feita por Van Dijk (2018) para ECD, contextualizando as razões epistemológicas e culturais a partir do proposto por Cunha (2021), para nos alinharmos a essa atualização, seguidos da apresentação de algumas noções importantes, que vão desde as correntes europeias à ASCD, como corrente emergente e Epistemologia do Sul do Sul (SANTOS, 2010).

Neste ponto, como parte da atualização transdisciplinar inerente à ASCD, expomos a LR (HONNETH, 2003), situando o que seriam o reconhecimento e a fenomenologia negativa nele imbricada, caracterizando de maneira geral as três formas de reconhecimento e as formas de desrespeito a elas correspondentes. Nessa mesma seção, procuramos enfatizar a esfera do Reconhecimento do Direito, a qual servirá de suporte para as reflexões que iremos estabelecer no capítulo de análises, haja vista a judicialização constante no contexto brasileiro atual. Aqui, a expressão refere-se às constantes decisões que têm sido encaminhadas à deliberação do Judiciário, o que parece ser emblemático no sentido de que a recorrência sugere certa instabilidade nos poderes e instituições da nossa República, além de ocasionar a politização e o embate ideológico também na esfera jurídica.

### **1.1 ACD: histórico e interesses**

Neste trabalho, situamos nossas reflexões no âmbito do paradigma funcionalista da linguagem. Um paradigma seria um conjunto de noções comuns norteadoras – ou crenças (PARDO, 2015) – em torno das quais um campo de saber se constitui, ou seja, tem a ver com um modo de operar, de ser e de proceder constitutivo de um quadro de pensamento ou de programas de investigação científica (BAJOIT, 2006).

Embora não seja consenso entre os estudiosos do campo, cremos ser a partir da convergência dos estudos funcionalistas com a Linguística Crítica que são fornecidas certas influências para o que posteriormente viria a ser a Análise Crítica do Discurso (WODAK, 2004; COSTA, 2013). Assim, enquanto paradigma, o Funcionalismo “deve ser entendido como implicando uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas

funções características” (WEEDWOOD, 2002, p. 138). Por esse viés, o Funcionalismo, enquanto paradigma, está estritamente ligado aos propósitos da Escola Linguística de Praga, a partir da qual seus estudiosos concebiam a linguagem articulada, como um sistema de comunicação, centrada em seus usos e funções.

Desse modo, essa visão funcional está pautada na definição de língua e uso, aquela vista como um sistema de meios apropriados a um fim (SANTOS, 2014, p. 165), de tal forma que opera com as categorias do *uso* (em relação ao sistema), do *significado* (em relação à forma) e do *social* (em relação ao indivíduo), conforme discutem Kenedy e Martelotta (2003) e Pagano (2001). Há, assim, um componente relacional na compreensão do funcionamento da língua, algo que supera um estudo pautado apenas nos postulados de sistema, significante e significado. Como existem muitos movimentos ou tendências em estudos da linguagem, é importante frisar que, a partir dos aspectos acima citados, “essa manutenção da construção de uma realidade interna da linguagem, no entanto, à diferença do Gerativismo, adota como perspectiva de análise, a interiorização de estruturas e não a sua exteriorização” (COSTA, 2013, p. 10).

Também é preciso considerar que “a noção de função é um pouco mais problemática, na medida em que vários autores a utilizam para caracterizar suas análises, que nem sempre apresentam características semelhantes” (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 18), e por essa razão é que, assim como há diversos estruturalismos, também não há apenas *um* Funcionalismo. Logo, em sendo vários, os enfoques são distintos, bem como o são, também, os interesses mobilizados pelo estudioso na realização dos seus trabalhos.

Assim é que o Funcionalismo se mostra como oposição ao Formalismo, isso por que “o chamado pólo formalista caracteriza-se, em termos gerais, pela tendência de analisar a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais” (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 19), ou seja, mantendo a influência do estruturalismo saussuriano. Já na perspectiva funcional, a função é entendida “como um elemento essencial à linguagem” (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 17). Desse modo, ao passo que a visão estrutural centra-se na língua enquanto sistema fechado, constitutiva de certo subjetivismo abstrato, uma vez que desconsidera os falantes da língua e o aspecto do uso,

O chamado pólo funcionalista caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 20).

Nesse sentido é que, como paradigma, o Funcionalismo tem como fundamento a estreita

relação entre a língua e o uso que dela fazemos, o que difere da sua consideração como “Escola”, ou seja, essa última compreende um grupo de pesquisadores que possuem entre si diretrizes teóricas comuns sob as quais desenvolvem seus estudos. Essa distinção nem sempre é evidente, às vezes vindo a causar entendimentos equivocados acerca de qual dos funcionalismos se está falando ao utilizar o termo sem a desinência de plural.

Como paradigma, “a perspectiva funcional tem como premissa básica de interesse a verificação de como os usuários da língua se comunicam eficientemente em diversos contextos” (SANTOS, 2014, p. 165). Ela procura, essencialmente, trabalhar com dados reais da fala; considera que a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico e que as estruturas linguísticas não são objetos autônomos, mas fazem parte de relações dialéticas realizadas por sujeitos em suas práticas, incluindo, assim, tanto a categoria do sujeito (como agente, aquele que pratica uma ação) quanto o aspecto material do qual fazem parte as atividades languageiras, ou seja, a exterioridade do outro e o mundo.

É nesse sentido que ele inclui para os estudos linguísticos a dimensão do uso, além de que seus interesses eram diversos, desde os estudos acerca do texto, do discurso, da variação (mudança da língua) até a Gramática – a partir do fenômeno da gramaticalização, por exemplo (CUNHA, 2011, p. 173). Não à toa se dizer que, em nível de Brasil, os funcionalistas introduziram as bases para a constituição de outros campos dos estudos linguísticos pós-redemocratização (período após o fim do Regime Militar, ou seja, após 1985), a exemplo da Sociolinguística, da Dialectologia e da própria Análise do Discurso (de orientação Crítica) (MOURA, 2012).

Também é importante considerar que, embora tenha surgido como veemente oposição ao Formalismo, posteriormente houve certa flexibilização do Funcionalismo a partir de suas ramificações, ou seja, das novas vertentes desenvolvidas a partir dele, de modo que recentemente tem sido notado um movimento de convergência – ou talvez de coexistência – entre eles, algo diferente da forte oposição iniciada pelos precursores de ambos ainda no século XX. Dentro dos estudos funcionalistas, por exemplo, Michel Halliday é o maior expoente da Escola de Londres e criador da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), teoria para a qual a língua não é meramente uso, mas um sistema semiótico que envolve a relação do sujeito com a língua, com o mundo e com outros sujeitos, sendo esse um dos múltiplos aspectos que podem ser mobilizados para um trabalho a partir do paradigma funcional.

Assim é que, dos diversos estudos desenvolvidos no paradigma funcionalista, a partir das flexibilizações e dos elementos e categorias que foram incorporados, se derivou a Linguística Crítica (LC). Esta surge preocupada em discutir questões relacionadas a texto, poder

e ideologia, fora do âmbito meramente descritivista de certa Linguística feita até então, além da vinculação a uma concepção de sujeito atuante nas práticas sociais, ou seja, que opera por via da linguagem para modificar o mundo do qual faz parte, bem como coloca a ideologia na evidência da história (FOWLER, 2004, p. 218).

De maneira geral, os sufixos à base de “ismos” costumam se associar a certa negatividade, como ocorre com homossexualismo. Em termos epistemológicos, tal postulado não se aplica ao Funcionalismo. Isso porque, a nosso ver, cada um dos polos (Funcionalista e Formalista) atende a necessidades de uma época, tempo e lugar específicos, e, conforme se é sabido, os conceitos são ferramentas mutáveis, sendo essa mutabilidade o que lhes dá vida, esta entendida, aqui, como metáfora para o saber. Adotemos, assim, aquilo que converge com as formulações teórico-metodológicas que mais se aproximam dos nossos interesses de pesquisa, considerando, desse modo, a relação do paradigma funcional como um antecedente do que viria a originar o campo de estudos no qual este trabalho está situado.

Isso assumido é que, como paradigma, o Funcionalismo proporcionou o surgimento da LC, e esta, por sua vez, segundo alguns autores (MAGALHÃES, 2004; WODAK; MEYER, 2009), foi precursora da Análise de Discurso Crítica (ACD<sup>14</sup>) por se tratar de uma abordagem centrada na textualidade. Contudo, “essa relação complexa e tensa de duplo sentido entre os sujeitos e a linguagem torna a ACD uma teoria bem mais aprofundada que a LC, apesar desta ter aberto um importante caminho dentro das pesquisas linguísticas da época” (SILVA; SILVA, 2017, p. 60). Desse modo,

A Linguística Crítica representa um momento decisivo para o que viria ser a Análise Crítica do Discurso. Isso porque ela simbolizou o primeiro passo em direção a uma abordagem que tentava promover a análise linguística textual conjugada a uma teoria social, dando maior atenção aos processos linguísticos em usos políticos e ideológicos hegemônicos. (SILVA; SILVA, 2017, p. 55).

A citação mostra ser necessário considerar que LC e ACD não são a mesma “coisa”, mas que, sim, possuem interesses similares e que são justamente tais similitudes que sustentam a tese de que o surgimento da ACD está diretamente ligado aos postulados da LC. Esse posicionamento é oposto ao que defendem Wodak<sup>15</sup> e Meyer (2009, p. 1) ao afirmarem que “os termos Critical Linguistics (LC) e Critical Discourse Analysis (ACD) são frequentemente

<sup>14</sup> Consideramos essa nomenclatura a partir da tradução de *Critical Discourse Analysis's*, porém há autores que usam ADC, o que é uma escolha lexical que não interfere na realização deste estudo.

<sup>15</sup> Ao longo do texto, sempre que referendarmos Wodak e Meyer (2009), consideraremos a tradução feita por Íris Souza e Josefa Gilvânia Rodrigues.

usados de forma intercambiável”. Ou seja, são campos do conhecimento distintos e não uma (a ACD) sendo mera continuidade da outra (LC). A ACD assenta seus postulados na herança de certas formulações da LC, porém com tratamento, recontextualização, diálogos e perspectivas teóricas diferentes.

É por isso que o surgimento da ACD é uma questão que se mostra em aberto no tocante a se ela seria autônoma ou uma continuidade da LC, não existindo unanimidade ante esse ponto. Isto posto, o termo ADC foi cunhado por Norman Fairclough, linguista britânico, da Universidade de Lancaster, em um artigo publicado no periódico *Journal of pragmatics*, por volta de 1985, de modo que ela teve sua consolidação como disciplina a partir do simpósio ocorrido em 1991, em Amsterdã, com a presença de Norman Fairclough, Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak (WODAK; MEYER, 2009, p. 3; MOTA; SANTOS, 2018, p. 59; PEDROSA; CUNHA; OLIVEIRA, s/d, p. 3-4, no prelo). Esses autores foram os precursores das abordagens que surgiram naquele momento e nos anos seguintes em ACD, sendo que hoje o campo tem crescido significativamente.

Importante ressaltar que tal simpósio significou o início institucional e uma tentativa – com êxito, diga-se – de constituição de um programa intercambiável, sendo que a partir de então as iniciativas foram orientadas segundo as premissas gerais que haviam sido deliberadas na ocasião do simpósio referido, com publicações em revistas, periódicos, pesquisas, teses e dissertações. Desse modo, “desde então [...] várias visões gerais foram escritas e, atualmente, a ACD é um paradigma estabelecido em Linguística” (WODAK; MEYER, 2009, p. 4). Assim sendo é que, de maneira geral,

A análise crítica do discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social (VAN DIJK, 2018, p. 113).

Enquanto um campo de saber transdisciplinar, a ACD tem como bases epistemológicas os estudos anglo-saxões sobre discurso da década de 70 – Linguística Crítica, principalmente a Linguística Sistêmico-funcional de Halliday –, além das teorias neomarxistas, especialmente as de Gramsci e os estudos da Escola de Frankfurt (MELO, 2009). Essas influências já dizem muito da inquietação teórica da ACD, a qual se manifesta na reformulação de conceitos que

melhor permitam uma compreensão das relações entre os diversos problemas sociais na sua relação com a linguagem, conforme nos mostram Santos (2017), Cunha (2021) e Brito (2021).

Assim é que, como campo em crescimento, as pesquisas feitas a partir da ACD interessam a outras áreas do conhecimento, visto que mobilizam conceitos de tais áreas para trazê-los ao cerne das reflexões que faz, num processo de retroalimentação, não sendo estática, imutável, nas suas formas de realização, muito pelo contrário: essa dinamicidade lhe é inerente. E é justamente essa característica que a faz transdisciplinar, dado que mobiliza qualquer teoria e qualquer método, desde que eles atendam aos interesses da pesquisa face ao objeto proposto pelo analista crítico (PARDO, 2015), o que resulta na inexistência de uma metodologia única. Isso porque tanto a natureza e os objetivos de uma investigação são diferentes e únicos quanto também o são o problema de pesquisa e o pesquisador que a realiza, sendo esses aspectos decisivos na escolha e definição dos métodos (VAN DIJK, 2018).

Desse modo, a “ACD visa então investigar as interações verbais e não verbais para notar como estas são determinadas pelas estruturas sociais e como as determinam, centrando-se na opacidade ideológica para tentar desnaturalizá-la” (GOMES, 2001, p. 123), visto que tais aspectos constituem regularidades cujo efeito de real mostra-se como um sempre já estar lá ou ser de tais abusos instaurados por meio da linguagem. Essa é, por exemplo, uma das razões da formulação gramsciana do conceito de ideologia operado em ACD, pois a noção de formulação pecheutiana contém certo caráter abstrato, diferente dos aspectos material e intencional das práticas de sujeitos por ela preconizados, além do aspecto predominantemente negativo inerente a ela, conforme assinala Bajoit (2006).

Na formulação pecheutiana, a ideologia está compreendida a partir do arcabouço teórico do marxismo, para o qual ela opera como uma pseudoconsciência, uma falsa percepção ou uma ilusão de verdade/crença, o que resulta na premissa de que os sujeitos não possuem consciência das ideologias que os movem, dos sentidos que perpetuam, naturalizam e instauram nos seus discursos/práticas, sendo, portanto, assujeitados (ORLANDI, 2000), além de as ideologias serem uma existência sem origem. Em ACD, a ideologia possui um componente de filiação do sujeito a partir da consideração do paradigma funcional, ou seja, há uma escolha e uma motivação, que partem do sujeito ou a que ele se alinha, que levam o sujeito à crença de que a sua ideologia “remete sempre a uma verdade”, que é, desse modo, a verdade dele, conforme Jager (2017, p. 128).

Assim, mesmo que ela seja uma consciência – nem falsa nem verdadeira –, a ideologia torna-se construção discursiva e linguisticamente se materializa naquilo para o que mobilizamos esforço de atribuir condição de normalidade, de tornar hegemônico, mediante as

relações sociais – assimétricas ou não – estabelecidas entre nós. Dito de outro modo, a ideologia possui um aspecto sempre negativo, haja vista o seu funcionamento de legitimação hegemônica (BAJOIT, 2006), cujo funcionamento ocorre a partir de “cinco modos gerais”, segundo Thompson (2011, p. 80), a saber: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, os quais coadunam a sua existência à mediação com as formas de poder. Fairclough (2001, p. 121) aponta que as ideologias são produção social e que tem como condição de origem as relações de dominação assentadas na classe, no gênero social, no grupo cultural e assim por diante, justificando a sua crítica à concepção de ideologia como sem genealogia, conforme expusemos acima.

Assim, em ACD, o sujeito sofre a ação da ideologia, sendo por ela afetado, mas isso é apenas parte de uma complexa rede de relações à medida que ser afetado não é condicionante da inércia do sujeito. Ele pode ser – e é – afetado pela ideologia, mas também age, opera nela, contra ela e a partir dela, o que nos remete à postura contra-hegemônica à globalização, formulada por Boaventura Santos (2010, p. 151-152).

Ideologia possui, dessa forma, um caráter hegemônico – na medida em que mantém o que já é – e contra-hegemônico – quando se coloca no enfrentamento ou na busca de alternativas às estruturas sociais, à normalização das relações de dominação, constitutivos do *status quo*. Esse modo crítico de pensar a ideologia se reflete, também, nas escolhas dos objetos de pesquisa em ACD: o analista crítico é, antes de tudo, um ativista político, no enfrentamento das regularidades que endossam as condições para a injustiça social e também cognitiva, conforme postulado pelo sociólogo Boaventura Santos (2010, p. 157), que, mesmo sem ser da ACD, possui um posicionamento de crítica às desigualdades sociais.

As regularidades também são constitutivas de relações assimétricas de dominação, as quais afetam os sujeitos nas diferentes esferas da vida prática, de maneiras irregulares, à medida que as condições deles são diferentes e as suas percepções acerca dessas relações também o são. Pensemos, por exemplo, em relações de ensino-sala de aula; interpessoais; no campo jurídico etc. O leque de possibilidades é amplo, e é justamente essa amplitude que faz da ACD um campo complexo e lugar de transdisciplinaridade. Se ela se limitasse a ser uma teoria apenas para compreender ou descrever os fenômenos, estaria aquém das contribuições do realismo crítico, e é essa herança que a faz ser veemente aspecto linguístico-crítico: a linguagem dá acesso e medeia as práticas sociais (RESENDE, 2017, p. 13) e é, também, um instrumento para transformá-las.

Nesse contexto, sendo ponto de partida para a ACD, o discurso é um lugar no qual se instauram e perpetuam relações de abuso de poder, hegemonia e violência, no campo de

“reprodução discursiva do poder e da desigualdade social” (VAN DIJK, 2018, p. 9), bem como as representações são construções sociais e, portanto, não surgem por acaso. Aliás, este é um aspecto nevrálgico: dado que a vida social extrapola a ordem do discurso, nos parece inadequado falarmos em real no sentido de referir-se a esse conjunto de atividades materiais e simbólicas das quais incessantemente fazemos parte. Ora, se os sentidos, as estruturas sociais e os espaços enunciativos não são os mesmos, assim como os processos de constituição dos sujeitos são diversos e constantemente mutáveis, então estamos defronte de representações distintas, múltiplas, convergentes, mas não lineares, por isso preferimos representação ao invés do termo “real”.

Essa defesa é endossada ao considerarmos que falantes de uma língua se inscrevem na história por meio de suas ações, de seus dizeres, das práticas simbólicas inerentes ao convívio social nas suas mais distintas manifestações, e ao fazerem isso suas percepções e seus papéis sociais são modificados. Disso resulta que o conceito de real parece uma redução à medida que comporta aquilo que apreendemos pelos nossos sentidos.

Ora, mas não somos os mesmos nem os lugares, assim como aquilo que apreendemos carrega sentidos, valores oriundos da experiência, logo não há um real, mas sim representações que construímos, reiteramos, contestamos e reformulamos em nossas práticas através de nossas ações como atores sociais (ACOSTA, 2017). E é através de tais práticas que a língua é posta em funcionamento, por isso que tal noção é decisiva para o trabalho do analista crítico: representações são mutáveis, produzíveis, contextuais, sofrendo, portanto, a ação de sujeitos concretos em práticas materiais e simbólicas através das quais a linguagem é parte mediadora.

Nesse âmbito, a ACD interessa-se pelos modos de reprodução do poder e desigualdade social através dos discursos, textos – estes entendidos não apenas como produtos da língua ou materialidade linguística, mas sim como semioses (WODAK; MEYER, 2009; VAN DIJK, 2018, p. 9). Tais análises no nível linguístico podem ser feitas a partir dos postulados da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) proposta por Michel Halliday, sendo que para a LSF a marca fundamental para a compreensão linguística é o uso que fazemos da língua em situações comunicativas determinadas. É importante considerar que nem todos que fazem ACD operam com as mesmas categorias, de tal sorte que cada estudioso constrói o seu dispositivo teórico-metodológico para realizar as análises, sejam elas para alcançar o nível discursivo, o textual ou o social, sendo esse um aspecto decisivo, dado que o lugar de onde se olha influencia sobremaneira nas representações que podem ser feitas sobre o que é observado.

Desse modo, ao analista crítico interessa considerar as semioses não apenas de maneira interpretativa, mas como materialidades de sustentação para compreender/interpretar o

discursivo a partir do social ou, de outro modo, fazer a compreensão/interpretação do social a partir do discursivo, o que nos dá acesso aos seus efeitos (JAGER, 2017, p. 124). É preciso, então, levar em consideração os sujeitos localizados histórica e socialmente, juntamente com sua rede de práticas, à medida que estas representam ações políticas com repercussões para a vida social (SANTOS, 2017, p. 84). Salientamos que esse é um caminho de análise entre tantos outros existentes em ACD. Assim,

A ACD centra-se não só nos pressupostos teóricos da linguística, mas também em teorias sociais críticas, ou seja, compromete-se ativamente com os temas e fenômenos relativos aos estudos do poder, dominação e desigualdade tal como se expressam. O discurso é concebido como parte intrínseca da sociedade, portanto, participante de todas as suas manifestações, mistificações, desigualdades, assim como das lutas e conflitos que se depreendem delas. Através das noções de ideologia, poder e hegemonia, pode-se entender o discurso como reprodutor e produtor de desigualdades sociais. (GOMES, 2001, p. 123).

Dada certa diversidade de abordagens existentes em ACD, é pertinente esclarecer que umas não anulam as outras, visto se tratar apenas de uma escolha de pesquisa feita pelo analista crítico a partir dos seus interesses, além de que não faz parte dos seus objetivos orientar-se apenas por uma teoria específica (WODAK; MEYER, 2009, p. 5). A ACD possui, então, um compromisso social e político de contestação, crítica, intervenção. Ao analista crítico não interessa apenas o nível discursivo: é preciso ir além. Em nossos estudos, consideramos que “as ordens do discurso controlam/possibilitam a ação discursiva em relação a campos particulares da atividade humana, e os textos resultam dessa ordenação” (RESENDE, 2017, p. 31). Esse entendimento nos é caro, haja vista nosso papel de agentes no processo de constituição das condições inerentes à mudança social (BAJOIT, 2006).

### *1.1.1 Da ACD para os ECD: justificativas teóricas para operarmos a partir da atualização da nomenclatura*

Devido à multiplicidade teórico-metodológica inerente à ACD é que Van Dijk (2018, p. 9) propôs uma mudança na nomenclatura de ACD para Estudos Críticos do Discurso (ECD), os quais, segundo ele defende, possuem um “aspecto normativo envolvido, uma perspectiva, uma atitude, uma maneira especial de fazer pesquisas sociais relevantes” (VAN DIJK, 2018, p. 15). Desse modo, a proposta de mudança deveu-se à multiplicidade metodológica e conceitual característica desses estudos, visto que “tanto os ED como os ECD possuem métodos de estudo

bastante diferentes, dependendo dos objetivos da investigação, da natureza dos dados estudados, dos interesses e das qualificações do pesquisador, bem como de outros parâmetros no contexto de pesquisa” (VAN DIJK, 2018, p. 11).

Nesse sentido, considerando tanto os pressupostos de Van Dijk (2018) quanto a relevância institucional e cultural imbricada nessa mudança de nomenclatura, conforme defendido por Cunha (2021, p. 21), adotaremos ECD<sup>16</sup>, embora, assim como ele, reconheçamos as implicações ainda pendentes de serem resolvidas que essa lexia traz. Isso porque, tal como as nomenclaturas utilizadas para se referir às abordagens desenvolvidas a partir da ACD, a definição do nome segue critérios que objetivam ampliar, diversificar, jamais reduzir ou colocar-se como a preencher espaços supostamente vazios.

Disso resulta que esses estudos objetivam “oferecer um ‘modo’ ou uma ‘perspectiva’ diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos” (VAN DIJK, 2018, p. 115). Assim, interessa à pesquisa em ECD não apenas o discurso, por si só, mas a sua veiculação, as relações de abuso de poder e hegemônicas por ele estabelecidas por via da linguagem, considerando o primado ocupado pela linguagem em todas essas relações (RESENDE, 2017, p. 13). Não por acaso

Fairclough não pretende fazer análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua, mas como instrumento político contra a injustiça social. Os pesquisadores são também julgados por ele de acordo com sua parcialidade em relação ao objeto analisado. Fairclough assume que a neutralidade, diante das estruturas sociais, numa pesquisa, torna o pesquisador cúmplice de tais estruturas. (MELO, 2009, p. 13).

Isso não faz dos ECD um lugar cujo objetivo consiste em mudar por completo as estruturas e reverter o movimento das engrenagens que perpetuam o passado e que também criam as condições necessárias às forças de dominação e exclusão. Isso equivaleria a pensar as representações sem a intervenção dos sujeitos, como uma maquinaria, algo a que nos opomos fortemente. Para nós, o percurso é outro: o de possibilitar a desnaturalização de tais abusos; de construção de condições que levem à criação de consciência crítica nos sujeitos por elas vitimados ou não; de proporcionar a reflexão extensiva, ou seja, irrestrita aos centros de ensino; de promover a apresentação de tais problemas e desigualdades analítica e linguisticamente, conferindo um papel social, assim, também, a respeito de si – como fazer científico

<sup>16</sup> Daqui em diante, alinhados a essa reformulação, utilizaremos a nomenclatura ECD, de modo que a sigla ACD virá nas citações.

transdisciplinar que é. E isso nos coloca numa posição e num caminho “nem sempre tão tranquilos” (RESENDE, 2017, p. 47).

É esse modo de operar que nos permite dar ouvidos às vozes excluídas, marginalizadas, às minorias e aos grupos vulneráveis, conforme defende Resende (2019, p. 11). Por esse viés, em sentido freireano, poderíamos afirmar, também, que os ECD possuem um compromisso ético, tendo em seus analistas a inquietação crítica e social ante os problemas que vivenciam em derredor, ao mesmo tempo que consideramos “Estudos Críticos do Discurso” como uma expansão/ampliação das propostas da ACD, o que está longe de ser uma tautologia de nomenclatura ou recusa de criticidade aos outros estudos de discurso realizados por outros campos, visto que o próprio Fairclough (2001) reconhecia a AD francesa como crítica.

Conforme alerta Resende (2019, p. 38), precisamos ter cuidado com expressões como “dar voz”, pois elas implicam, no limite, o fato de o outro não poder/saber dizer e marcam uma posição de dependência dele em relação a outros para que o que ele pode dizer seja ouvido. Nessa formulação, a capacidade enunciativa é centralizada no aspecto da oralidade como resultado de um processo morfofisiológico: dizer, pelo que se percebe, é significar-se, porém exclui aqueles que não podem *dizer*, no sentido de oralizar, daí a invisibilidade.

Por isso, preferimos utilizar “trazer as vozes” ou “dar ouvidos”, uma vez que nós, enquanto frequentadores de espaços privilegiados no campo do saber, podemos subsidiar visibilidade aos que não são ouvidos, que estão às margens, ocupando espaços delineados através das chamadas “linhas abissais” (SANTOS, 2009, p. 23-24) etc., através de nossas pesquisas, dos relatos que delas fazemos, do modo como a desenvolvemos, desde as preocupações embrionárias. Além disso, “dar voz” ainda demonstra uma relação assimétrica de poder-saber (RESENDE, 2019), visto que aquele que fala assim o faz porque há um outro que lhe dá a vez, o autoriza, estando presente aí um traço de subalternidade e colonialidade. Assim é que, como forma de inclusão e reconhecimento aos sentidos dos que não podem dizer ou que costumeiramente não são ouvidos, temos atuado em nossas pesquisas, trazendo essas questões, as representações, as necessidades e os problemas sociais que têm afetado os que excluídos se encontram. Operando desse modo, nos alinhamos à busca por justiça social, uma vez que “a injustiça social assenta na injustiça cognitiva” (SANTOS, 2010, p. 157).

Ainda por esse viés, como aspecto decisivo, defendemos que a consideração do exercício de escuta é mais assertiva e coerente aos nossos interesses de pesquisa, a partir da marcação do nosso papel social e de possibilidades de mudança enquanto pesquisadores: a escuta envolve um processo ativo, consciente, necessita de atenção, de verdadeiramente

considerar o que o outro diz, que permite ir além das próprias opiniões. É esse posicionamento, o compromisso político-social e essa atitude que nos são caros.

Quando falamos em ativismo político, não estamos alinhados à perspectiva partidária, que compreende a Política como essa atividade formal desempenhada em regimes de governo a partir de sistemas definidos, no caso do Brasil, a democracia. Pelo contrário, consideramos a noção alinhados à compreensão de democracia como participativa, que é um modo de pensar a política para além do modelo representacional vigente, conforme apontado por Bajoit (2006, p. 81). Dito de outro modo, significaria pensar a importância dos sujeitos, de suas práticas, no processo político.

Isso eleva a discussão para além de tradição que pensa a participação democrática apenas pelo voto, lógica através da qual um sujeito eleito representa os interesses daqueles que o elegeram, sem a efetiva participação daqueles durante a vigência do seu mandato. Tal perspectiva parece reduzir a compreensão da Política a essa atividade meramente representativa que limita a atuação dos sujeitos tão somente pelo voto periódico nos períodos de eleições, bem como pode levar a uma certa compreensão da atividade política e dos políticos como delineada pelo aspecto meramente moral, como o fazem alguns setores da classe média, para os quais o critério é a partir do rouba ou não rouba, cujo efeito resultaria na divisão entre políticos honestos e aqueles que não o são (GHIRALDELLI JR., 2019). A nossa compreensão coloca-nos como parte do processo em nossas práticas cotidianas, além de que faz uma prevenção de juízo de valor, haja vista nos entendermos como partícipes, agentes das mudanças que temos em nossos horizontes (BAJOIT, 2006; SANTOS, 2010).

Sendo continuamente em desenvolvimento, é previsto que os ECD sofram críticas face à sua constituição como campo, proposta teórico-metodológica, categorias de análise e moções suleadoras. Nesse sentido, as críticas feitas a ele centram-se em dois aspectos gerais: a redundância da proposta – na suposta parcialidade do analista crítico – e a limitação conceitual em torno da noção de discurso, que se mostra em aberto (PEDROSA, 2004, p. 41-42). A nosso ver, tais críticas carecem de consistência quando considerados dois aspectos gerais sobre os ECD e, por fim, sobre o conhecimento.

O primeiro deles é que está no cerne dos ECD o compromisso explícito do analista crítico face aos problemas sociais que interessam e motivam nossas pesquisas, ou seja, a suposta parcialidade não onera o trabalho do analista crítico, pelo contrário: ela é constitutiva do seu fazer. Além disso, a premissa de uma imparcialidade plena se mostra como ilusória, dado que a própria definição de um objeto de investigação pressupõe certo nível de subjetividade, assim seria mais adequado tratar-se de uma subjetividade relativa.

Ao tentar buscar uma neutralidade científica, o estudioso já estaria afetado por certo funcionamento ideológico: abster-se do caráter subjetivo inerente às motivações e escolhas de pesquisas é aceitar tudo o que nos é apresentado como sempre natural, cuja validade se dá por si mesma, e aí entram a injustiça social e a cognitiva. A esse modo de fazer ciência nos opomos veementemente, haja vista considerarmos que “os fatos não se explicam por si sós”, conforme evidencia Severino (2012, p. 102), e, sem a nossa participação como agentes dos processos de mudança, a transformação social não se realiza. Além disso, cremos que a noção de discurso não deve ser tratada como mero modismo, visto que o conceito se mostra em aberto, o que é natural do conhecimento porque as noções são relativamente instáveis, e a pretensão de uma noção plena, fechada, de discurso seria por si só uma negação da abertura à diversidade inerente à construção do conhecimento.

### *1.1.2 Crítica, poder e sujeito*

Sendo um campo tão amplo, é previsto que existam conceitos/noções que sejam centrais, *suleadores*<sup>17</sup> da atividade da pesquisa. De modo geral, passaremos agora a tratar de tais noções, tendo como ponto de partida a dimensão social das práticas constitutivas e constituídas através do discurso, sendo ele lugar de manutenção de relações sociais de abuso de poder, considerando, também, o nosso compromisso em difundir a importância da linguagem na desconstrução de tais relações (MELO, 2009, p. 9).

Nesse sentido, a princípio, a *lexia* “crítica” que caracteriza os ECD pode ser problemática se não estabelecida uma distinção entre o uso comum, que a associa a algo negativo – uma quase violência<sup>18</sup> –, e a que é compreendida nesse campo. Assim sendo, a “crítica” nos ECD, vista como movimento consciente de questionamento de práticas, como parte do agir do pesquisador, consiste numa operação que vai do linguístico ao social por meio do aspecto discursivo – ou vice-versa –, cujo objetivo é desmitificar, descrever e desnaturalizar a aparente evidência dos abusos de poder instaurados por via da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001).

<sup>17</sup> Adotamos tal termo ao invés do usual “norteadoras” como forma de marcação de nossa oposição ao modo colonial de construção discursiva do saber, alinhados a Resende (2019). Importante marcar também que o termo “sulear” foi criado nos anos 90 por Marcio D’Olne Campos, tendo sido adotado por Paulo Freire e outros autores no sentido de marcar a relação de oposição entre o Norte e o Sul, as quais podem ser entendidas nos termos de Santos (2010).

<sup>18</sup> Violência, compreendida como uma ação praticada por certa exterioridade sem nem sempre possuir o consentimento do que está dentro. Essa discussão é conflituosa e não será aprofundada aqui. Usamo-la, tão somente, para reforçar a visão comum negativa associada à tarefa de crítica.

Ao operar de tal modo, conforme defende Jager (2017, p. 127), o crítico distancia-se de meras suposições e binarismos dicotômicos de tipo certo/errado, bom/ruim, e assim por diante, dado que coloca em evidência o uso, as escolhas e estratégias linguísticas – em níveis mais ou menos amplos de consciência dos sujeitos envolvidos – mobilizadas para o interior e a constituição desse dizer – o discurso –, colocando-o na evidência da história, da ideologia, da hegemonia e dos abusos de poder: são processos materiais mediados por sujeitos agentes que utilizam a linguagem como mediação para produção desses sentidos.

Por isso é que se diz, nos ECD, que a crítica operada não pode de forma alguma confundir-se com mero julgamento, apreciação subjetiva de um indivíduo mediante um dado (CUNHA, 2021, p. 39). Embora haja – e até seja necessário – certo nível subjetivo de parcialidade do crítico, suas análises, as perguntas de pesquisa e as conclusões a que chega permitem-lhe uma crítica fundamentada, assentada no seu compromisso social e, por esse viés, político, além de que a pluralidade conceitual é característica da pesquisa do campo, conforme dissemos anteriormente. É por isso que se diz que as análises nos ECD são textualmente orientadas: o processo de análise, as reflexões não partem apenas do olhar do analista, das suas crenças e experiências, mas são postos à prova pela materialidade linguística.

A partir da crítica, não procedemos com formulações de pretensões absolutizantes, unilaterais, mas consideramos diferentes formas de pensar as categorias que são mobilizadas nos trabalhos de acordo com nossos interesses de pesquisa. Isso é feito centrados fundamentalmente na consideração das relações desiguais de poder estabelecidas por meio da linguagem (VAN DIJK, 2018, p. 13), bem como na especificidade dos resultados que alcançamos. Procedendo desse modo, o trabalho produz e veicula conhecimentos que auxiliem os sujeitos na sua emancipação das formas de dominação através da autorreflexão (PEDROSA, 2012, 2013). Assim é que o trabalho nos ECD

[...] propõe uma teoria prática e crítica para o estudo de transformações sociais, a partir da análise de novos usos linguísticos em suas múltiplas dimensões e funções, de forma situada, desvelando os papéis dos discursos na consolidação ou, com mais ênfase, na ruptura de estruturas sociais desiguais de poder. (SILVA; SILVA, 2017, p. 54).

Na década de 90, quando da consolidação do campo, era comum atribuir aos ECD certa compreensão do discurso como prática social por conta de Norman Fairclough (2001) – seu maior expoente – tê-lo afirmado no início de suas pesquisas. Isso se deve, em grande parte, ao fato de esse autor ser tido como a referência na área quando se aludia à disciplina, algo que

pode ser observado ainda nos cursos de graduação quando, ao se referir a ela, se utiliza o nome dele. Porém, hoje não mais procedemos de tal forma em nossas análises, isso porque

No início de seus estudos, Fairclough considerava o discurso como uma prática social, recentemente, o autor considera aquele como um dos momentos desta prática (outros momentos da prática social: atividade material; relações sociais; crenças, valores e ideologias (fenômeno mental). Assim assume uma visão dialética do discurso e, posteriormente, anuncia a sua abordagem como dialético-relacional, estabelecendo diálogos com Foucault, Marx e Halliday. (PEDROSA, 2012, p. 4).

Tais relações são constituídas a partir das semioses dos textos/discursos, sendo “uma importante perspectiva que, para nós, muito raramente um texto é resultado do trabalho de apenas uma pessoa”, isso porque “as diferenças discursivas são negociadas nos textos; elas são regidas por diferenças de poder que são, elas mesmas, em parte codificadas e determinadas pelo discurso e pelo gênero” (WODAK, 2004, p. 237). Além disso, os textos, pelo processo de escolhas que são feitos para sua realização, envolvem uma dimensão relativa, “mais ou menos” consciente dos sujeitos (ACOSTA, 2017, p. 79). Por isso que o trabalho em ECD implica a consideração dos diferentes momentos das práticas sociais, bem como os distintos contextos (sócio-histórico – e aqui entram as diferentes atividades humanas, como a Cultura, a Política e a Religião, por exemplo), mas também se olha para aspectos externos ao âmbito discursivo, por fim permitindo a crítica social objetivada (SILVA; SILVA, 2017, p. 71).

Uma vez que a língua se inscreve na história, e esta é atividade de sujeitos através de práticas, noutros termos, a segunda assume caráter objetivo e material pelo qual somos determinados em condições também determinadas, através das quais estabelecemos relações sociais que podem ser estáveis ou não (SANTOS, 2017, p. 63). Por isso os discursos mobilizam dizeres outros que os atravessam, os constituem, numa espécie de fazer e refazer constante, sem uma gênese determinada ou finitude definida. A tese de uma finitude é descartada do fazer científico visto esse ser um processo ininterrupto cujas “verdades” às quais se chega serem relativamente instáveis, ou seja, o que hoje é amanhã poderá não o ser mais. Desse modo, as operações linguísticas no funcionamento discursivo constituem um movimento dessa natureza, sendo, portanto, um constante devir. Isto posto, é importante ressaltar que os discursos são “modos situados para a representação de eventos e práticas, que são materializados em textos, mas não são textos” (RESENDE, 2017, p. 29), de tal modo que temos acesso ao discurso através da sua realização linguística, a qual ocorre nos textos através da “manifestação” do discurso (BRASIL, 2001, p. 25).

É nesse sentido que o discurso é tido como lugar de funcionamento da ideologia, e esta é lugar de apagamento de diferenças, de silenciamento de certos sentidos e projeção de outros numa espécie de ilusão de naturalização de tudo aquilo que apreendemos através dos nossos sentidos, conforme dissemos anteriormente, na subseção “1.1.2”, neste capítulo. É desse modo que o discurso está ligado às práticas sociais e é lugar de funcionamento ideológico e também do poder (PEDROSA, 2004, p. 40; ORMUNDO, 2007, p. 45).

Assim, nos ECD, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder (WODAK, 2004, p. 235), visto que ela preexiste a nós e a *posteriori* de nossa existência e nossas realizações. Não há, por esse viés, como traçar seguramente um caminho da sua origem ou mesmo lograr êxito ao buscar o seu fim: ela está imbricada na gênese e história das nossas descobertas, na nossa constituição histórica como sujeitos, dado que opera em todas as esferas da vida prática, na dinâmica social, podendo ser resultado de processos de fabricação ou criação, conforme Fairclough (2001). Thompson (2011, p. 75-76) defende que a noção de ideologia “está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder”, o que leva à consideração de como o sentido é mobilizado no mundo social para sustentar, endossar pessoas e grupos de poder. Acrescente-se ainda que

[...] para ACD, a ideologia e o poder estão interligados com as relações hegemônicas. A ideologia é um aspecto importante, pois permite a manutenção de relações desiguais de poder. As práticas discursivas são usadas por aqueles que detêm o poder para fins que venham a consolidar e perpetuar tais ideologias, dando vestes de natural àquilo que, na verdade, não é. (SILVA; SILVA, 2017, p. 72).

Passemos agora a tratar do poder, o qual é expresso e classificado por meio da linguagem (PEDROSA, 2004, p. 40). Nos ECD, não compreendemos um *poder* pleno, absoluto, mas sim as relações de poder, as quais são estabelecidas e expressas por via da linguagem (WODAK, 2009), bem como as suas formas de abuso também por ela o são (VAN DIJK, 2018). Assim sendo, de maneira geral, ele age a partir de relações estabelecidas entre agentes-sujeitos – no sentido faircloughiano –, sendo necessário que seja exercido por um sobre outro, daí o seu aspecto relacional. Desse modo, ele não é estático, imutável, mas sim está sempre imbricado numa teia de relações complexas, nas quais, assimetricamente, as estruturas de hegemonia e dominação operam a partir dos – e nos – sujeitos.

Consideramos, assim, diferentes tipos de poder, conforme Ormundo (2007, p. 51) formula a partir de Thompson (1998), a saber: **poder econômico** (que tem origem na atividade

produtiva, ligado aos recursos naturais e financeiros e, portanto, ao capital); **poder político** (cuja origem está ancorada no âmbito das leis, à esfera institucional, do Estado, portanto ligado a uma compreensão moderna de Estado e sujeito); **poder coercitivo** (tem origens externas que coagem os sujeitos ou mesmo os ameaçam) e **poder simbólico** (cuja origem está na atividade de produção, veiculação e consumo de bens simbólicos, como a cultura, a religião, entre outras).

Também é importante destacar que o poder é decisivo para constituição das relações de dominação, sendo diferentes pelo fato de “o poder envolver toda a sociedade, como uma rede, e de se poder dizer que todas as pessoas de uma sociedade dispõem de poder, ainda que seja de uma ínfima parcela”, ao passo que a dominação cerceia e bloqueia o exercício do poder, ainda que ínfimo, de um indivíduo ou grupo, gerando as formas de exclusão (JAGER, 2017, p. 107). Um dos traços de dominação, por exemplo, é a hegemonia, a qual se manifesta como a capacidade individual ou coletiva de impor seus interesses aos demais (BAJOIT, 2006, p. 62). Vale dizer que as noções de poder mobilizadas dependem da escolha do estudioso, não sendo, portanto, estanque e unívoca uma noção que atenda a todas as pesquisas, visto que há diversas abordagens às quais o pesquisador pode filiar-se, sendo, assim, o que torna decisivo considerar os abusos e as relações por ele estabelecidas (PEDROSA, 2012, 2013; VAN DIJK, 2018).

Sendo categoria decisiva, o poder envolve também relações de diferença, especificamente os efeitos destas na dinâmica das estruturas sociais, bem como uma característica que lhe é inerente: que lhe haja oposição, contestação, resistência, isso porque ele não possui origem na linguagem, mas ela pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo e alterar sua distribuição a curto e longo prazos (WODAK, 2004, p. 237). Do mesmo modo, ao passo que a linguagem serve para estabelecer relações de abusos de poder, ela também pode – e deve – ser usada para contestá-lo, subvertê-lo, dado que tais abusos não são expressos apenas no nível das formas gramaticais textualmente materializadas, mas também são exercidas nas relações interpessoais através dos gêneros, conforme defende Wodak (2004); ela está, assim, dentro dos âmbitos hegemônico e contra-hegemônico, conforme formulado pelo sociólogo Santos (2010, p. 154).

Outro aspecto importante é que, nos ECD, não falamos de sujeitos, mas sim de agentes-sujeitos, dado que não desconsideramos o postulado de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos (ORLANDI, 2000, p. 46), porém avançamos ao dizermos que esse movimento não é estanque e que os sujeitos não são meramente determinados pelo funcionamento ideológico inconsciente, uma vez que podemos agir – e agimos, conscientemente ou não – a partir, na manutenção ou na contestação dessa relação ideologicamente afetada. Nesse sentido,

Para Fairclough, o agente-sujeito é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes. (MELO, 2009, p. 16).

Essa consideração é decisiva quando ponderamos que os ECD surgem como forte oposição à ideia de sujeito assujeitado acatada até então. Por esse viés é que o novo sujeito se apresenta como transformador, dado que está numa mediação entre a dinâmica das estruturas que o condicionam e a dimensão do consciente. Ele pode ser – e é, de fato – interpelado pela ideologia, mas esse atravessamento não encerra a sua constituição como sujeito. Dito de outro modo, o sujeito pode – em maior ou menor grau – resistir, contestar, locomover-se diante de tais forças hegemônicas de dominação e controle que, conforme dissemos, são expressas pelos abusos de poder conferidos pelos usos da linguagem.

### 1.1.3 Algumas Correntes europeias

Diversas correntes – ou abordagens – foram desenvolvidas nos ECD, dentre as quais, em nível de Europa, se destacam a Histórico-Discursiva (HD), de Reisigl e Wodak; a Linguística de *Corpus* (LC), de Mautiner; Atores Sociais (AS), de Van Leeuwen; a Análise de Dispositivo (AD), de Jager e Maier; a Sociocognitiva (SC) de Van Dijk, e a Dialético-Relacional (DR), de Norman Fairclough (WODAK, 2009, p. 28). Acrescentamos ao exposto que uma abordagem não exclui as demais.

De maneira geral, a “abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak” (WODAK; MEYER, 2009) tem representação no Brasil através das pesquisas de Herimatéia Ramos de Oliveira (UFPI). Tal abordagem está pautada na Teoria Crítica e no Interacionismo Simbólico, e para analisar a materialidade linguística se “ancora na teoria da argumentação” (PEDROSA, 2012b, p. 2). Essa abordagem considera o aspecto histórico mediante um acompanhamento diacrônico que possibilita a historicização política das práticas sociais (CUNHA, 2021, p. 40).

A Linguística de *Corpus* centra-se na análise de fenômenos de uso e recorrência a partir da compilação de conjunto de textos, que constituem o *corpus*, possuindo um caráter metodológico e tecnológico que, muitas vezes, pode ajudar a dirimir a crítica que se faz à suposta ausência de rigor analítico do trabalho de análise linguística (CUNHA, 2021, p. 40). Já a abordagem dos Atores Sociais considera o aspecto de presença ou exclusão de atores sociais, que podem ser individuais ou coletivos, refletindo sobre como essas possibilidades são constituídas pelas escolhas que os produtores desses textos fazem (CUNHA, 2021, p. 41).

Já a Análise de Dispositivo possui um caráter qualitativo que opera a partir dos conceitos de discurso e da formulação foucaultiana de dispositivo, porém numa recontextualização, dado que põe o aspecto da participação dos sujeitos por meio da agentividade social. O dispositivo deixa de ser um instrumento, constructo teórico-analítico de compreensão, para possibilitar o acesso às relações de visibilidade e invisibilidade que são instauradas por via da linguagem e a que podemos ter acesso através do discurso. Ela considera, portanto, a complexa relação do saber-poder a partir das ampliações dos conceitos operados (CUNHA, 2021, p. 41).

Para a abordagem Sociocognitiva, “é necessário reconhecer quais práticas discursivas institucionalizam a sociedade e quais cognições sociais permeiam tais práticas. Segundo Van Dijk, a partir do modo como determinado grupo tem acesso a dados discursos pressupõe-se como se constrói sua representação social” (MELO, 2009, p. 11-12). Nessa abordagem, a relação entre discurso, cognição e sociedade é decisiva (PEDROSA, 2012a, p. 4). Conforme dissemos, para nós, as representações assumem materialidade ou concretude, uma vez que são frações apreendidas pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento, resultando na relação direta com os bens simbólicos e, em certo sentido, também com certos aspectos metafísicos que permeiam o sujeito.

Em relação à corrente Dialético-Relacional, desenvolvida por Fairclough e seus seguidores, tem-se que, dentro dessa abordagem, é fulcral partir do modelo tridimensional – que foi o marco inicial, porém outros modelos foram desenvolvidos depois – com o interesse em demonstrar “de que forma a prática discursiva evidencia a mudança social e cultural por que passa uma sociedade”, assim é que, linguisticamente, para essa abordagem, a “análise tem por base a Linguística Sistêmico-Funcional desenvolvida por Halliday e seus seguidores” (PEDROSA, 2012, p. 5).

As diversas abordagens acionam áreas e conceitos distintos entre si, de modo que suas contribuições são diferentes. Assim sendo, as preocupações gerais que norteiam os ECD constituem pontos de confluência entre diferentes correntes, de tal modo que o que é central são as contribuições dos estudiosos na ênfase que dão à constituição da sociedade por via da linguagem, com foco nas dimensões do poder (e em seus abusos) e da hegemonia, sendo a linguagem não apenas constituinte dos sujeitos e de tais relações assimétricas, mas também o mecanismo de subversão e transformação de representações (SILVA; SILVA, 2017, p. 59). São os princípios suleadores que estabelecem o fio condutor do trabalho em ECD.

Assim sendo, é importante ficar claro não se tratar de uma listagem de abordagens dentre as quais a Dialético-Relacional de Fairclough seria a mais importante. Na verdade, o que ocorre é que essa abordagem foi a que mais se disseminou, haja vista muitos pesquisadores a terem

levado para os países de origem após seus estudos de pós-graduação orientados por Fairclough. Com isso, todas as abordagens em ECD são relevantes, não havendo uma mais ou menos importante, sendo distintos apenas os aspectos e as formas de lidar, teórico-metodologicamente, com os discursos, haja vista os interesses de pesquisa comuns para os ECD, dos quais essas abordagens fazem parte.

#### *1.1.4 Presença feminina e chegada dos ECD ao Brasil*

Em nível de Brasil, os ECD têm seu marco também pela presença feminina, com publicação do artigo “Por uma Abordagem Crítica e Explanatória do Discurso”, da professora Izabel Magalhães (UnB/UFC/UFMG), em 1986, e a tradução feita por ela, em 2001, do livro *Discurso e mudança social*, de Norman Fairclough. Ainda da implementação, por assim dizer, desses estudos, tiveram importante contribuição, também, Carmem Rosa Caldas-Coulthard (UFSC) e Célia Maria Magalhães (UFMG), sendo que o campo foi crescendo mediante participação de novos pesquisadores, publicações de artigos, dissertações e teses, bem como realização de traduções de autores europeus para o português, conforme identificado por minucioso trabalho analítico feito recentemente (PEDROSA; CUNHA; OLIVEIRA, 2020, p. 11, no prelo).

Atualmente, no Brasil, pesquisas em ECD são desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto Federal do Ceará (IFCE), sendo a UnB, juntamente com a UFSC (através dos professores José Luiz Meurer – 1948-2009 – e Viviane Maria Heberle), precursoras desses estudos no país. Naquela universidade, são desenvolvidas pesquisas que têm como expoentes os nomes das professoras Viviane Vieira e Viviane de Melo Resende, bem como da professora Denize Helena Garcia da Silva. Devido a sua constante expansão,

[...] ACD tem ganhado fôlego nos espaços acadêmicos e desenvolvido pesquisas que fazem o diferencial em suas contribuições, formando, desse modo, pesquisadores comprometidos com problemas reais de uma sociedade. Esse engajamento se insere no compromisso político da ACD que surgiu como uma forma de ciência social crítica que tem como objetivo ‘jogar luz’ sobre os problemas que as pessoas menos privilegiadas (ou prejudicadas socialmente) enfrentam como consequência de formas particulares da vida em sociedade, assim, se compreende que os seres humanos e sua socialização são vitais para este campo de análise. Contudo, o fato de identificar um problema é apenas o primeiro passo de seu compromisso político, o segundo é oferecer

recursos para que as pessoas possam enfrentar e superar seus problemas (Fairclough, 2003). (PEDROSA, 2012a, p. 12).

Contudo, embora já tenham se consolidado no país, os estudos em ECD nem sempre encontram espaço legítimo nos cursos de graduação e programas de pós-graduação, não sendo raros os casos em que esses estudos são realizados a partir da Linguística Aplicada ou do Texto, por exemplo. Isso evoca os estudiosos do campo ao desafio que é desenvolver suas pesquisas, não raras vezes sendo eles próprios pioneiros naquilo que propuseram em suas universidades, o que os coloca na evidência, também, de refletirem sobre o papel, a importância e o lugar acadêmicos que suas pesquisas possuem, precisam ocupar ou construir. É nesse cenário desafiante que novas propostas surgem, e é sobre uma delas que iremos tratar adiante.

## **1.2 Sobre a pertinência de epistemologias suleares e decoloniais**

A América Latina, a nosso ver, devido ao histórico de colonização a que foi submetida e às adversidades por ela enfrentadas, carece da constituição de abordagens que tratem especificamente de questões mais ligadas aos interesses e às demandas da realidade local. Com o advento da globalização ou das globalizações, no posicionamento de Santos (2010), e com a universalização da internet, ocorreu um *boom* na possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento, porém, contraditoriamente, as desigualdades sociais persistem e até têm se intensificado. Esse fato contribui para a injustiça, também, cognitiva (SANTOS, 2010), já que o conhecimento se tornou mais difuso, mas as condições de acesso, a infraestrutura e a logística nem sempre permitem que essa “facilidade” fabricada pelo mundo globalizado seja universalizante. Dito de outro modo, é uma universalização excludente.

De fato, rompemos com a colonialidade imperialista, no entanto o fim do colonialismo político não significou o fim das colonialidades das mentalidades (pensamento) e das subjetividades (SANTOS, 2010, p. 8). Surge daí uma necessidade de transcender essas formas de subalternização estabelecidas na modernidade colonial, numa perspectiva pós-colonial. É nesse sentido que têm sido propostos estudos com ênfase no caráter decolonial (SANTOS, 2010). Ainda:

Colonialidade refere-se a padrões de poder de longa duração que surgiram como resultado do colonialismo, mas que “definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais. Assim, a colonialidade sobrevive ao colonialismo”. A colonialidade se reproduz em livros, nas escolas e universidades, nos padrões culturais e estéticos, no senso-comum. (RESENDE, 2019, p. 21).

Assim, consideramos em nossa pesquisa o termo decolonial no sentido de que *des*colonial pressuporia, a nosso ver, um movimento de tentativa de rompimento com a colonização apenas. Autores como Walsh (2019) também consideram decolonizar como um trabalho de desfazer as práticas da colonização, além daqueles que, embora utilizem *des*colonizar, o fazem num sentido bastante próximo do que entendemos por decolonizar, como Boaventura Sousa Santos (2010).

Ora, mas se não há, no sentido historiográfico do termo, uma colonização em andamento, mas sim resquícios dela nas diversas esferas da vida prática, não há sentido em querer *des*colonizar e nem isso seria possível. Por isso preferimos decolonizar, ou seja, transcender com as formas residuais de colonialidade às quais somos submetidos atualmente, mesmo num mundo globalizado, a exemplo da colonialidade do saber, do poder e do ser – conforme aponta Fabrício (2017, p. 15) a partir de Walter D. Mignolo (2006). Por esse motivo é que defendemos e trabalhamos a partir de decolonial não como questão de preferência de nomenclatura apenas, mas sim de posicionamento, bem como porque se trata de uma analogia à noção de alternativa.

Na tradição dos estudos decoloniais, iniciados por Aníbal Quijano (2009) e outros pesquisadores ainda nos anos 90, a forte contestação face aos modelos consolidados esteve no cerne da proposta. Sem adentrarmos as especificidades de uma ou de outra corrente, adotamos, neste trabalho, o sentido de decolonial – entendido a partir do esforço de buscar alternativas ao modo de operar da colonialidade e suas diversas formas.

No que concerne à colonialidade do campo, conforme Resende (2019, p. 19) demonstrou, ela se manifesta até mesmo nas escolhas que se faz dos nomes das correntes de estudos linguísticos, como, por exemplo, “AD francesa”, “Sociolinguística laboviana”, e por aí vai. Não se trata, aqui, de deslegitimar a origem e o uso dos nomes, mas sim de problematizar certa cultura acadêmica que justifica o seu lugar de produção a partir dos parâmetros eurocêntricos.

Boaventura Santos chama atenção para esse aspecto ao fazer veemente defesa das epistemologias do Sul (2010, p. 33), ou seja, aquelas colocadas às margens das linhas abissais. Sul esse que não é o geográfico, mas sim considerado a partir da divisão imaginária que estabelece uma linha intransponível – e, por isso, abissal – através da qual se instauram dois lugares, sendo o primeiro (o Norte) atribuído à positividade, símbolo do conhecimento, progresso, ciência, e o Sul imbuído de negatividade: lugar da *não*-ciência, do *não*-

desenvolvimento etc. É desse modo que o autor defende a perpetuação dessa linha através dos mecanismos do direito e da ciência.

É nesse sentido que se tem falado em Vozes ou Epistemologias do Sul dentro de uma compreensão pós-colonial. Esse último é entendido no esforço de propostas teórico-metodológicas que buscam analisar, entender e elaborar alternativas aos efeitos políticos, filosóficos e todas as possibilidades residuais deixadas pelo colonialismo, tal como foi concebido nos séculos anteriores (até o final dos anos 60). Isso porque há uma predicação histórica que associa ao Norte (no eixo eurocêntrico) a superioridade e o desenvolvimento e ao Sul (América Latina, África) a inferioridade, a subalternidade, a precariedade social e a instabilidade política, por exemplo (RESENDE, 2019, p. 23). Desse modo, ressaltamos que estudos com ênfase em questões locais se fazem urgentes, e é nesse ponto que a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso emerge como pioneira. É sobre ela que falaremos a seguir.

### **1.3 ASCD: da emergência ao pioneirismo**

A Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), da qual somos integrantes, embora seja recente, suas contribuições têm sido significativas em todos os níveis – do local ao internacional, no sentido de que há publicações orientadas por essa abordagem também em periódicos internacionais. Tem como fundadora Cleide Emília Faye Pedrosa (PPGL/UFS), cujo domínio<sup>19</sup> contém informações atinentes à nossa proposta, todas de domínio público, de acesso em outros idiomas mediante extensão de tradução disponível no navegador – no caso, o Google Chrome. Passemos, na sequência, a uma caracterização breve dos principais aspectos dessa corrente.

A ASCD “se anuncia como uma proposta que procura (re)discutir algumas questões primordiais para a ACD, como: sujeitos e identidades, tipos de mudanças sociais e culturais, tipos de poder, entre outras (PEDROSA, 2012, a,b,c)” (PEDROSA, 2013, p. 2). É sabido que como abordagem é preciso possuir um conjunto de noções sobre as quais assentemos nossas pesquisas. É nesse sentido que

A base teórico-analítica da ASCD compreende uma confluência de áreas do conhecimento que mantêm um diálogo transdisciplinar com a ACD, a saber: linguística, sociologia para a mudança social (BAJOIT, 2008), comunicação para a mudança social (GUMUCIO, 2001, 2004; NAVARRO, 2010) e estudos

<sup>19</sup> Disponível em: [http://ascd.com.br/v1/?page\\_id=51](http://ascd.com.br/v1/?page_id=51). Acesso em: 20 ago. 2021.

culturais (MARTTELART, 2005; HALL, 2005). Destacamos que, embora o aporte teórico-analítico da ASCD foque esses campos disciplinares, dialogaremos com outras correntes clássicas da ACD, especificamente a corrente social de Fairclough. (PEDROSA; MEIRA; JÚNIOR, 2012, p. 51).

Assim, nossos trabalhos mobilizam noções dos ECD na convergência com leituras novas, que atendem a interesses e preocupações de viés mais local, regional etc. Dentro desse contexto é que temos realizado trabalhos que tratam da questão do refugiado, da migração<sup>20</sup>, dos surdos<sup>21</sup>, dos velhos – ou idosos, de sorte que a lexia é, portanto, uma escolha política –, da xenofobia, de minorias e de grupos vulneráveis.

Também têm sido mobilizadas leituras que tratam das chamadas Vozes do Sul, bem como da de(s)colonialidade (SANTOS, 2010). Dissemos anteriormente de nossa preferência por *decolonial*, porém isso não nos impede de proceder a leituras distintas desta, dado que a transdisciplinaridade que nos é cara permite ao pesquisador em ASCD também mobilizar qualquer teoria e qualquer método, desde que os recontextualize mediante critérios de relevância à sua pesquisa. Ou seja, não se trata de uma “colcha de retalhos” com emendas múltiplas apenas, mas da junção de categorias, conceitos, elementos que façam sentido, que sejam relevantes. É desse modo

[...] que a ASCD está fundamentada, principalmente, em áreas da Linguística (como, por exemplo, a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Textual), como compete a todas as pesquisas em ACD, para atender à demanda da materialidade linguística; recorre à Gramática Visual, para cobrir a multimodalidade do texto. Além disso, nasce conexa à Sociologia para a Mudança Social (BAJOIT, [2003] 2008; 2006; 2009; 2012b) e à Sociologia Aplicada à Mudança Social (SACO, 2006). Traz também para o seu quadro teórico a Comunicação para a Mudança Social (GUMUCIO, 2001, 2004; NAVARRO, 2010) e os Estudos Culturais. (PEDROSA, 2012a, p. 4; 2012b, p. 3).

Para nós, o sujeito não é uma categoria meramente linguística, formal, necessária à construção enunciativa: ele é constituído a partir de desejos, vontades, escolhas, ou seja, possui objetivos para si, projetos de vida. E é a depender de como ou de quanto tais objetivos são ou não alcançados que definimos uma tipologia de sujeitos (PEDROSA, 2012b, p. 7; 2013, p. 7). Os sujeitos são assim classificados segundo zonas identitárias, a partir das quais há as subdivisões, assim tem-se: sujeitos da esfera identitária desejada – polo cultural – (sujeito

<sup>20</sup> Projeto em desenvolvimento por Leticia Beatriz Gambetta Abella no Uruguai.

<sup>21</sup> Sobre essa temática, em caráter introdutório, sugerimos a leitura de ALVES, Juliana Barbosa; PEDROSA, Cleide Emília Faye. Experts e sua opinião sobre a Comunidade Surda: análise crítica de discursos de solidariedade em tempos de acessibilidade. *DESENREDO* (PPGL/UPF), v. 17, p. 167-183, 2021.

altruísta, estrategista e autêntico); sujeitos da esfera identitária comprometida (sujeito consequente, pragmático e inovador), por fim, sujeitos da esfera atribuída – polo social – (sujeito conformista, adaptador e rebelde). Nesse sentido, ao não atingir o reconhecimento social, designamo-lo sujeito denegado; quando não consegue alcançar a realização pessoal, é sujeito dividido, e, quando não atinge a consonância existencial, dizemos que ele é um sujeito anômico (PEDROSA, 2013, p. 6-7). Muitos dos trabalhos desenvolvidos em ASCD operam com essa compreensão de sujeitos a partir de esferas sob um viés identitário, fundamentados nos trabalhos do sociólogo belga Bajoit (2006).

Um aspecto importante é que, a nosso ver, quando falamos em ASCD, estamos considerando a própria desinência feminina “a” em “sociológica” como uma sugestão das propostas que essa abordagem oferece. Além disso, essa corrente, dentro dos ECD, não deve ser confundida com a Abordagem Sociológica do Discurso (ASD), a qual também tem sido desenvolvida no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, como no caso do Serviço Social, do Secretariado Executivo e do Turismo. Isso porque, para nós, considerar apenas o aspecto sociológico, ou seja, as estruturas e os fatores sociais que envolvem a compreensão dos fenômenos, não é o suficiente para uma compreensão do aspecto do discurso como essencial à produção de sentidos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Por esse sentido é que, diferentemente da ASD, consideramos um conjunto de elementos externos ao próprio discurso, mas que mantêm intrínseca relação com ele, e é através do discurso que se perpetuam relações de hegemonia e dominação que também enxergamos possibilidades de desnaturalização desses dizeres e de oposição em contestação a eles com vistas a alterarmos os padrões, os modos de pensar, compreender e representar o mundo e, com isso, avançarmos para uma mudança efetiva que é lenta gradual, mas que deve ser iniciada através de processos mediados, também, pela linguagem.

Outras noções importantes para o ascediano são os conceitos de mudança (considerada em seu aspecto amplo, ou seja, no sentido de que, assim como a língua muda, as estruturas e as práticas sociais assim o fazem, sendo, desse modo, produtos da atividade material dos agentes-sujeitos) (BAJOIT, 2006); identidade (pensada a partir dos Estudos Culturais); contexto (pensado a partir da Linguística Textual e da ACD); intertextualidade e interdiscursividade (PEDROSA, 2004, p. 39-40). Sendo um campo em desenvolvimento, conforme dissemos, o arcabouço conceitual mobilizado tende a ser cada vez maior.

A noção de mudança social se faz norteadora da ASCD, isso porque, visto que é a atividade dos agentes-sujeitos, através das escolhas que fazem mediante o uso da língua, conscientemente ou não, que permite que relações possam ser perpetuadas ou não, dada a

natureza dialética entre o discurso e a estrutura social (PEDROSA, 2004, p. 39). Por esse viés, interessa ao analista crítico estudar o que caracteriza e como se constituem os diferentes tipos de mudança na dinâmica social, pois “as mudanças sociais contribuem, ao seu modo, tanto para reproduzir quanto para mudar as estruturas das relações sociais” (PEDROSA, 2012, p. 6). Procedendo desse modo, é desvelada, por exemplo, uma narrativa que considere a desigualdade social ou a violência como “naturais” do comportamento humano, ao passo que a análise evidenciaria que ambas são produtos de relações assentadas a partir de dinâmicas de força e dominação, na relação dos sujeitos com a história, o capital e a cultura, por exemplo.

Como abordagem em desenvolvimento, temos trabalhado na constante atualização do nosso arcabouço conceitual, bem como estabelecemos diálogo com outras áreas do conhecimento. Recentemente, temos encaminhado estudos com ênfase na questão do decolonialismo. Temos também operado – nas pesquisas em andamento – com o conceito de solidariedade (ALVES; PEDROSA, 2021, 2022) – compreendida a partir da relação com os direitos econômicos e sociais nas interfaces com os Direitos Humanos e das Minorias, bem como com a Filosofia Social, a partir dos trabalhos de Honneth (2003), sendo que solidariedade vem mais da Luta por Reconhecimento desse autor. Para nós,

Fazer ACD é buscar sempre ter um novo caminho a percorrer, sempre oferecer um novo olhar a seus **objetos** de análise. Isto se consolida por seu caráter heterogêneo e multidisciplinar que constantemente incentiva a criação de diálogos antes inimagináveis [...]. A ASCD busca promover nos indivíduos escolhas que os levem a sair das zonas de tensões do conformismo e traçar um caminho de liberdade para si. (PEDROSA, 2013, p. 14-15, grifo da autora).

Dos encaminhamentos de pesquisas, temos como alguns resultados recentes o relatório de pesquisa (Iniciação Científica – PIBIC/CNPq) de Juliana Barbosa Alves (2020), intitulado “Aprendizagem cidadã da comunidade surda: análise das redações de vestibular e documentos oficiais”, orientado por Cleide Emília Faye Pedrosa. Tem-se ainda a dissertação de mestrado *O processo de inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Sergipe: uma análise sob a perspectiva da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso*, defendida por Josefa Gilvânia Rodrigues, defendida em 27 de agosto de 2020, orientada pela professora Cleide e coorientada por Paulo Sérgio Santos.

Também merece destaque a dissertação de mestrado defendida em 19 de agosto de 2020 por Íris Santos de Souza, intitulada *Do linguístico ao social: análise crítica do discurso da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar*, também orientada por aquela professora e coorientada por Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno. Acrescente-se também o recente

trabalho (ainda no prelo) – “Dos estudos críticos da linguagem aos estudos críticos do discurso: o olhar, o registro, os pontos de vistas críticos de quem fez a história”, parceria da professora Cleide com Alzenira Aquino de Oliveira e João Paulo Lima Cunha, ambos orientandos da professora em questão. Desse último autor, citamos a tese intitulada *Kd o pai dessa criança?!: uma Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso de atores pais de crianças com Síndrome de Down*, defendida em 2021, na qual é feita a contextualização desde o surgimento do campo até as atualizações teórico-metodológicas mais recentes. Ainda em termos de contribuições metodológicas, esse autor traz etapas de produção de reflexões preliminares; pré-análise, análise e pós-análise, fundamentadas teoricamente, bem como apresenta essa formulação num quadro (CUNHA, 2021, p. 51-53), o que facilita a compreensão das reflexões propostas por esse autor.

Ainda de 2021, vale citar os trabalhos a seguir: “Por uma Análise de Discurso Crítica decolonial do Sul do Sul: apresentação de interesses de pesquisa a partir da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)<sup>22</sup>”, de Maiane Vasconcelos de Brito (UFS), Ana Cecília dos Santos Azevedo (UFS), Leoni Ramos Souza Nascimento (UFS), José Souza dos Santos (UFS) – do qual também somos partícipes; “Sobre discursos que ‘cansam’ e anulam subjetividades: um olhar sobre a gordofobia a partir dos Estudos Críticos do Discurso<sup>23</sup>”, de Ana Cecília dos Santos Azevedo e nossa coautoria; “Novas tecnologias no ensino de Libras como L1: importância e possibilidades<sup>24</sup>”, de Alzenira Aquino de Oliveira e Juliana Barbosa Alves; “Leitores Surdos: Materialidade Linguística em Signwriting<sup>25</sup>”, de Leoni Ramos Souza Nascimento, e “Análise Crítica dos discursos em Libras das ações institucionais na pandemia da COVID-19<sup>26</sup>”, de Cleide Faye Pedrosa e Fernanda Figueiredo Vieira. Desses trabalhos, alguns já foram publicados e estão disponíveis para acesso e outros ainda aguardam publicação.

Pela inquietação e pelo reinventar-se inerentes à ASCD, incorporamos à abordagem a Luta por Reconhecimento (LR), a partir de Axel Honneth em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003). Visto o discurso ser um momento das práticas sociais, e a mediação de ideias, pensamentos e representações se dar por via da linguagem, ao nos comunicarmos, estamos inseridos numa relação dialógica, de subjetividades que existem, conflitam ou coadunam entre si. O discurso é, assim, um elemento marcado pela

<sup>22</sup> Disponível para download em: [http://www.filologia.org.br/xxiv\\_cnlf/completos.htm](http://www.filologia.org.br/xxiv_cnlf/completos.htm). Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://claec.org/culturas/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Ibidem.

intersubjetividade, e é essa característica que nos permite uma confluência teórica entre a ASCD e a LR. E é sobre a LR, como um dos aportes teóricos deste trabalho, que trataremos a seguir.

### *1.3.1 Luta por Reconhecimento: do que estamos mesmo falando?*

A obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003), de Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, foi publicada como livro em 1992. No Brasil, foi traduzida pela primeira vez por Luiz Repa e publicada pela Editora 34, tendo sido publicadas outras edições pela mesma editora posteriormente. Para esse autor, a Luta por Reconhecimento (LR) tem como premissa o conceito de reconhecimento do assim chamado “jovem Hegel”, isto é, aquele cuja obra vai até 1807, aproximadamente.

Na leitura que faz de Hegel, Honneth (2003) defende que o reconhecimento se dá na relação ética entre dois sujeitos, havendo, portanto, a influência entre a dinâmica das mudanças sociais que ocorrem em função do tempo e a atividade material dos sujeitos de determinada comunidade de práticas (SALVADORI, 2016). No texto, ele explora dois aspectos centrais do reconhecimento: o seu aspecto normativo e também intersubjetivo, o que pressupõe relações entre indivíduos, daí ser ponto central o aspecto intersubjetivo inerente ao reconhecimento, bem como a necessidade de que estejamos envolvidos numa comunidade de práticas para que possamos reconhecer os outros – como uma diferença – e, a partir dessa diferença, possamos entender a nós mesmos e ser pelos outros reconhecidos.

Dessa premissa resulta que é a diferença que nos permite ser e nos entendermos como aquilo e naquilo que somos. Esse fato nos coloca diante de uma encruzilhada com novas ramificações referentes ao reconhecimento porque a ideia que se tinha até então associava o reconhecimento meramente à capacidade interlocutiva/discursiva, desconsiderando aspectos intersubjetivos e sociais a esse fenômeno relacionados. Inicialmente, consideremos que a diferença é constitutiva das relações e práticas sociais, desse modo,

Se não tivéssemos “diferenças”, se fôssemos completamente iguais a todos os outros, sempre em perfeita harmonia em tudo, não haveria política. Além disso, se fôssemos seres individuais totalmente autônomos, nunca precisando dos outros para nada, não haveria política, mas, em combinação, as realidades de que temos diferenças e ainda assim precisamos uns dos outros levam a conflitos que são tratados de maneiras que chamamos de político. Esse é especialmente o caso quando nossas diferenças e interdependências existem em toda a comunidade. (SCHMIDT, 2006, p. 98).

Embora Honneth (2003) não se aprofunde nas discussões sobre diferença ou alteridade, o aspecto intersubjetivo e a interação social são decisivos na sua teoria, e trouxemos o trecho

acima para ilustrar como os conflitos sociais sobre os quais ele reflete possuem raízes nas diferenças intersubjetivas. Dito isso, é preciso ressaltar que o conceito de reconhecimento permite a distinção entre parâmetros a partir dos quais podem ser diferenciadas as formas de interação social, em que o respeito é aspecto decisivo. Nesse sentido, a eticidade na teoria do reconhecimento proposta por ele engloba a premissa de que a integração social de uma comunidade política – isto é, formada por indivíduos possuidores de direitos e deveres na dimensão do jurídico – ocorre nas formas recíprocas de reconhecimento, em seus diversos aspectos normativos, entre os integrantes dessa comunidade (HONNETH, 2003, p. 108).

Assim é que a LR pressupõe sujeitos concretos em práticas e situações também concretas, imersos na construção e produção de sentido por meio da linguagem. Essa articulação é convergente com a noção de sujeito agente compreendida nos ECD, ainda que a articulação proposta pela ASCD esteja situada a partir do Sul do Sul, epistemologicamente se colocando alternativamente em oposição às epistemologias do Norte, conforme formulado por Boaventura Santos (2010).

Honneth (2003) defende que, para Hegel, o processo de constituição do sujeito dá-se, em um de seus níveis, na percepção e consciência que o sujeito tem e faz de si no nível da vida prática, aí relacionadas à dimensão instrumental e ao trabalho, esse último podendo ser compreendido como a atividade material dos sujeitos para a construção/produção<sup>27</sup> e aquisição de bens e objetos de consumo, o que sugere certa mobilidade, um dialogismo. É nesse contexto que sugere a noção de um movimento, cuja raiz do termo relaciona-se a “sair de um lugar” através de passos que são dados, sendo a autoexperiência decisiva, podendo ser pensada como esse saber de si e da consciência de ser e estar no mundo (HONNETH, 2003, p. 73). Sendo dialético, não é estanque e, por conseguinte, não possui uma imobilidade enquanto positividade ou negatividade, de modo que aí entra o componente da chamada fenomenologia negativa, da qual falaremos a seguir.

### *1.3.2 As esferas da luta por reconhecimento e a fenomenologia negativa: a construção do sujeito pela luta*

A LR possui três formas de reconhecimento, a saber: o Amor (que gera autoconfiança); o Direito (que gera autorrespeito e estaria ligado a aspectos gerais do ser humano e à dimensão

<sup>27</sup> Assumimos as duas possibilidades de lexias dado que, na literatura recente, há discussões no sentido de que o trabalho possui, no momento atual do sistema capitalista, uma dimensão de produção também imaterial ou de bens intangíveis. Embora essa discussão não seja atinente a este trabalho, é válida para justificar o critério de escolha lexical utilizado.

da singularidade individual) e a Solidariedade (que gera autoestima). Assim, o reconhecimento pelo Amor tem a ver com uma dimensão psicológica, subdividindo-se em dois níveis de dependência: o primeiro da dependência absoluta ou simbiose, que tem a ver, no seu nível mais fundamental, com a não diferenciação que o bebê estabelece entre si e a mãe, vendo ambos como um só, e a dependência relativa, que se dá no reconhecimento do outro como sendo seu diferente (SALVADORI, 2016). Disso resulta que o amor está no cerne da constituição do sujeito, bem como é parâmetro basilar para a eticidade, a qual pode ser pensada no plano da horizontalidade, ou seja, na relação com o nosso semelhante que nos é diferente e permite, desse modo, nos autoafirmarmos enquanto uma diferença, uma existência dele distinta, reconhecê-lo na sua particularidade e sermos por ele reconhecidos.

Assim, o amor seria basilar na medida em que germina no sujeito parâmetros éticos mínimos para a convivência e o reconhecimento em uma comunidade: o amor fornece ao sujeito um aporte sobre representações necessárias para tal vivência. Além disso, também assenta as maneiras de lidarmos eticamente com os demais, além de ser uma forma de reconhecimento que independe da evolução e mudança da estrutura social, como o são as formas do Direito e da Solidariedade, conforme apontam Rosenfield e Saavedra (2013) ao discorrerem sobre a LR. É nesse sentido que ele é importante e que a ausência de sentir-se amado causa danos tanto para o sujeito quanto para a comunidade (HONNETH, 2003, p. 79-80).

Segundo Honneth (2003), as formas de reconhecimento da Solidariedade dão-se pela aceitação na comunidade de valores, julgados a partir dos critérios/valores da comunidade, os quais podem mudar de época para época, bem como as do Direito, visto que os direitos não foram nem os mesmos nem para todos da mesma forma em todas as épocas. Isso significa dizer que, através da compreensão do funcionamento dessa esfera, podemos, por exemplo, mapear padrões relativamente estáveis de solidariedade ou ausência dela, o que pode fornecer elementos para a formulação de hipóteses sobre as causas/motivações desses fenômenos, conforme fizeram Alves e Pedrosa (2021) ao tratarem da temática da cultura surda<sup>28</sup>.

Por último e não menos importante, temos a esfera do Direito. É a partir dessa esfera que iremos relacionar nossas análises e reflexões no capítulo específico deste estudo. Essa escolha ocorre por uma razão metodológica: ocorre que as formas da Solidariedade e do Amor possuem um aspecto normativo, mas que antecedem à formação dos Estados Modernos, ou seja, de certa maneira estão presentes nos diferentes modos de civilização, sendo inerentes, dessa forma, ao convívio social. Outro empecilho seria a definição de parâmetros para

<sup>28</sup> Cf. ALVES, J. B.; PEDROSA, C. E. F. Comunidade de valores: discursos reivindicatórios dos surdos por solidariedade. *Migulim* - Revista Eletrônica do NETLLI, v. 10, p. 1271-1290, 2022.

considerar as formas de violação do Amor e da Solidariedade no contexto da sindemia sem entrarmos em discussões sobre certas subjetividades e demasiada contextualização de aspectos que, neste trabalho, não constituem o objeto.

Outra justificativa para operarmos com a esfera do Direito se dá pelo fenômeno crescente da judicialização, ou seja, o fato de ser cada vez mais frequente a tomada de decisões por parte do Poder Judiciário, as quais têm sido postas no âmbito das decisões políticas. Além disso, consideramos também os encaminhamentos que poderão ser dados a partir do Relatório feito por Renan Calheiros (MDB-AL), votado e aprovado, em 26 de outubro de 2021, ao fim da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, também chamada de “CPI do Genocídio”, a qual resultou em mais de 80<sup>29</sup> indiciamentos.

Dentre os nomes dos indiciados, está o do próprio Presidente da República, a quem as investigações da CPI atribuíram condutas passíveis de responsabilidade penal ou criminal, a partir dos artigos de lei, na seguinte ordem: Art. 267, § 1º (epidemia com resultado morte); Art. 268, caput (infração de medida sanitária preventiva); Art. 283 (charlatanismo); Art. 286 (incitação ao crime); Art. 298 (falsificação de documento particular); Art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); Art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal; Art. 7º, parágrafo 1, b, h e k, e parágrafo 2, b e g (crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos), do Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); e Arts. 7º, item 9 (violação de direito social), e 9º, item 7 (incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Consideramos, assim, que há o aparecimento de um ponto de inflexão política e social, sendo que os encaminhamentos serão tomados no âmbito jurídico, seja nos Estados – através dos Ministérios Públicos Estaduais –, no âmbito Federal – através da Procuradoria-Geral da República – e Internacional – através da aceitação ou não das denúncias feitas contra o Presidente no Tribunal Penal Internacional – ou Haia, na Holanda. Além disso, a esfera do Direito está mais alinhada tanto aos objetivos do trabalho quanto ao objeto, visto que seria inviável, por exemplo, tratar, neste momento, de questões de Solidariedade ou Amor no cenário bolsonarista brasileiro.

Dito isso, o Direito, nas sociedades modernas, possui primazia nas formas de reconhecimento mútuo dada sua universalidade para os indivíduos e, por isso, possui maior poder de inclusão; não esqueçamos como, nos dias de hoje, a questão do jurídico, das Leis, se

<sup>29</sup> A lista completa com os indiciados e os crimes a eles imputados pode ser acessada em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4958155-cpi-da-COVID-veja-os-nomes-dos-81-indiciados-no-relatorio-final.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

sobrepõem aos valores individuais<sup>30</sup>. Não à toa, durante a sindemia, no tocante às medidas de combate à propagação do vírus, houve forte embate acerca dos alcances e limites de garantias constitucionais, endossados pela questão do direito à liberdade e à vida, esse último sobreposto àquele. Nessa discussão, por exemplo, não poderia se chegar a um consenso nem pelo Amor, tampouco pela Solidariedade.

Outra justificativa se dá, também, pela abordagem da pesquisa. Isso porque, para pensarmos a questão do velho no Brasil, nos pareceu ser mais adequado considerarmos o dispositivo constitucional, visto que tanto a questão da Solidariedade quanto a do Amor parecem ter sido corrompidas ou mesmo relativizadas pela cosmovisão do bolsonarismo. Consideremos, também, que os direitos não são sempre os mesmos nem são, na prática, para todos da mesma forma, dado que “para as relações jurídicas ligadas às tradições, nós podemos assumir como seguro que o reconhecimento como pessoa de direito ainda está fundido aqui, de certo modo, com a estima social que se aplica ao membro individual da sociedade em seu *status* social” (HONNETH, 2003, p. 183). Então, trabalhos como este podem contribuir para uma perspectiva de se olhar o problema não a partir de um viés centrado no aspecto ético dos sujeitos, mas sim na responsabilidade jurídica implícita nas atitudes de cada um.

Em sua obra, Honneth (2003) mostra como na esfera do Direito o sujeito consegue, de maneira empírica, partilhar, com os demais membros de uma comunidade de valores, as propriedades que o capacitam a poder referir-se a si mesmo positivamente, o que constitui o aspecto do *autorrespeito* (HONNETH, 2003, p. 197), coexistindo aí a perspectiva intercultural defendida por Walsh (2009, p. 38). Do mesmo modo, a violação da esfera do Direito constitui uma forma de vulnerabilidade particular humana: o desrespeito (HONNETH, 2003, p. 213), o qual compreende aspectos ligados à pessoa humana, à ofensa à honra, entre outros. A experiência de desrespeito possui, assim, um componente físico e também um componente moral e ético, sendo realizada através da violação e privação de direitos, bem como pela ofensa no âmbito da identidade pessoal. É na sindemia, por exemplo, que o aviltamento da velhice tem se escancarado, o que nos leva, justamente, a considerar o Direito como lugar de compreensão dessas violações, alinhados ao interesse dos ECD por problemas sociais que engajam a pesquisa num compromisso político-ético.

Assim, como depende da estrutura social, ao reconhecimento do Direito corresponde a forma de desrespeito intitulada *privação de direitos*, e, nessa esfera do reconhecimento, o

<sup>30</sup> Aliás, esta é uma das discussões centrais do chamado bolsonarismo: a defesa das liberdades individuais, não raro os adeptos do movimento alegarem estar o Brasil sendo governado por “ditaduras” e complôs de entes internacionais que atentam, supostamente, contra a religião cristã, a família e os “bons costumes”.

componente da personalidade que é ameaçado é aquele da integridade social, bem como, no desrespeito à Solidariedade, a degradação envolve a depreciação da pessoa humana (ROSENFELD; SAAVEDRA, 2013, p. 23).

Assim, nesta pesquisa, a esfera do Direito permitirá considerarmos mais assertivamente o cenário sindêmico brasileiro: ao passo que a Solidariedade e o Amor parecem ter sofrido duras alterações em seus parâmetros no Brasil bolsonarista, os dispositivos legais – tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto do Idoso – continuam os mesmos e podem dar o mote e evidenciar as transformações socioculturais constituídas a partir das representações negativas que versam sobre a pessoa velha.

Dizemos isso devido à apatia aparente que parece ter se naturalizado no país em relação ao número de mortes, como também a defesa cada vez mais frequente de narrativas que atribuem à sindemia um caráter místico, de um determinismo transcendente. Assim sendo, no extremo, a esfera do Direito permite considerarmos mais objetivamente tais discursos, servindo de baliza e garantia de assertividade das análises, ao mesmo tempo que não evidencia tanto a revolta que o momento atual nos tem causado. Embora Honneth (2003, p. 211) apresente, numa tabela, a estrutura das relações sociais de reconhecimento, preferimos a adaptação feita por Pedrosa e Barbosa (2020, p. 10), conforme segue:

**Quadro 1** - Estrutura das relações sociais de reconhecimento jurídico

<b>Formas de Reconhecimento</b>	<b>Relações jurídicas (direitos)</b>
<b>Modos de Reconhecimento</b>	Respeito cognitivo
<b>Autorrelação prática</b>	Autorrespeito
<b>Formas de desrespeito</b>	Privação de direitos e exclusão
<b>Componentes ameaçados da personalidade</b>	Integridade social

Fonte: Honneth (2003, p. 211, adaptação de Pedrosa e Alves, 2020).

No esquema feito pelas autoras acima mencionadas, aparecem as três formas de reconhecimento, porém adaptamos apenas a esfera do Direito (Reconhecimento Jurídico), conforme nosso interesse de pesquisa. Isto posto, um aspecto que é decisivo na obra de Honneth (2003) é o fato de que o reconhecimento se dá através de lutas, as quais ocorrem quando é ferida/quebrada/violada uma das esferas do reconhecimento (ROSENFELD; SAAVEDRA, 2013, p. 24).

A luta então passa a ser a forma de inserção do indivíduo na sociedade, ao invés da premissa de autoconservação proposta na leitura que Honneth (2003) faz de filósofos como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Para eles, segundo o autor, a existência humana estaria mediada pela necessidade de preservar a integridade física e moral de si, o que ocasionaria, em certo grau, um distanciamento do indivíduo em relação aos demais ou ainda certa tendência natural por parte de nós em mantermos o *status quo*, de deixarmos as coisas serem como são, sem nossa intervenção ou, pelo menos, sem que fizéssemos esforço para mudanças.

Isso faria desse processo um movimento de olhar para o próprio umbigo – como se diz no popular –, de pensar em si apenas, caso queiramos. Em Honneth (2003), não há um reconhecimento primitivo que preexiste à vida social, ao contrário: é ela que permite que ele exista ou, na sua violação, que haja a luta. Desse modo, é na ausência dele que ocorre a luta, e esta faz um percurso justamente para que aquele possa ser alcançado: é um processo de retroalimentação ininterrupta. E é justamente essa premissa da participação dos sujeitos, enquanto agentes de busca mediante a luta, após a violação, que se entrecruza com a ASCD, justamente pelo caráter ativo-passivo-ativo do sujeito, bem como o entendimento de que as mudanças e transformações apenas são possíveis a partir de nossas ações, nossa intervenção.

Assim, é a luta que constitui e caracteriza a fenomenologia negativa imbricada na LR. Ela surge para suprir uma necessidade ou ausência, e, desse modo, a gênese dos padrões (de denegação e reconhecimento) é a experiência, dado que o desrespeito é formado pelas experiências de rebaixamento e humilhação social. Isso acaba por envolver outro aspecto: o de que a ausência ou inacessibilidade aos direitos permite que a pessoa seja desrespeitada, denegada sistematicamente, o que remete ao entendimento de que a “invisibilidade” da qual nos fala Santos (2009, p. 24), por exemplo, constituiria uma forma de desrespeito face às epistemes suleares. Do mesmo modo, os rebaixamentos e privações de direitos podem partir daqueles que deveriam assegurar tais direitos ou ainda resguardar a integridade física e moral das vítimas de tais desrespeitos: agentes como a família e o Estado, por exemplo, que perpetuam, discursivamente, a velhofobia.

Para Honneth (2003), uma forma de violação do reconhecimento é o sofrimento físico, o qual pode ser equiparado à ameaça à identidade e à personalidade, esta entendida não numa perspectiva de um sofrimento mental, mas sim do não exercício pleno de si, do direito a ser quem se é, dentro da vivência em uma coletividade. Por essa razão, o autor defende que o sentimento afetivo-negativo constitutivo da fenomenologia negativa permite que se possa ser elaborado o fio moral que permite uma reconstrução através da luta com vistas aos padrões normativos de reconhecimento, dado que as experiências negativas escondem sentidos e

representações que precisam ser desveladas, desconstruídas, ressignificadas. Em outras palavras, se a violação é o combustível, a luta é a centelha que aviva a chama da luta, e é esse um lugar incessante sobre o qual nos situamos em diversos momentos e aspectos da vida. Do mesmo modo, o pesquisador em ASCD se interessa pelos problemas sociais e, de forma decolonial, traz para suas pesquisas possibilidades de apresentação do problema, enfrentamento e alternativas, justamente por isso a LR e a ASCD se entrecruzam a partir dos diferentes *corpora* que foram, têm sido e poderão ser pesquisados a partir dessa mediação.

Contudo, conforme nos mostra Rúrion Melo (2020), na LR, o componente psicologizante é “perigoso” justamente porque nem todos percebem a experiência de desrespeito como moralmente injustificável. Assim, o componente psicológico é delicado, pois nem todos que vivem a experiência de desrespeito têm dela consciência ou ainda se mobilizam para transformá-la do ponto de vista prático-político. Isso porque há certa passividade ou talvez impossibilidade de reação de pessoas que são vítimas dos desrespeitos, dado que o acesso ao conhecimento do que é o desrespeito e aos direitos não é universal, bem como as percepções individuais sobre eles variam de pessoa para pessoa, de lugar para lugar, de época e cultura, e assim por diante, o que tornaria a pretensão universal da teoria questionável.

Esse real problemático evidencia a pertinência da obra e, também, do diálogo entre a universidade e a dimensão sociocultural, com vistas à mudança e à transformação sociais, considerando a questão da tecnologia como lugar de relações (VITAL; GOMES, 2012, p. 416; SEVERO, 2013, p. 463). Conforme sabemos, a virtualização das relações, intensificada durante a sindemia, esconde diversas formas de desrespeito; desse modo, mais do que nunca o estudo da LR se faz necessário, independentemente da esfera adotada. E são justamente esses alguns aspectos decisivos que mobilizamos para pensar a velhofobia nesta pesquisa, além de essas possibilidades de diálogos reforçarem a perspectiva decolonial inerente à prática de pesquisa em ASCD.

## **CAPÍTULO 2: NECROPOLÍTICA & REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA: APONTAMENTOS PARA CONTEXTUALIZAR A VELHOFOBIA NA SINDEMIA**

Neste capítulo, propomos a caracterização do velho como uma minoria a partir dos aspectos de participação política e de vulnerabilidade formulados por Moreira e Gomes (2012, p. 471). Na sequência, trazemos a reflexão sobre como a sindemia tem evidenciado a questão do desrespeito em seus diversos níveis e formas e como, posto em funcionamento e endossado pelas falas do Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (antes sem partido e recentemente filiado ao PL), ajudou a constituir um cenário de banalização do mal, nos termos de Arendt (1999).

Assim, em tais reflexões a questão dos abusos do poder (VAN DIJK, 2018, p. 113) e a dimensão necropolítica (MBEMBE, 2020, p. 5) da sindemia são decisivas, dado que o discurso é um lugar no qual se mantêm e se criam relações de poder, hegemonia e violência no campo de “reprodução discursiva do poder e da desigualdade social” (VAN DIJK, 2018, p. 9), bem como as representações são construções sociais e, portanto, não surgem por acaso.

Também situamos a noção de Velhofobia proposta por Goldenberg (2020) e buscamos promover uma reflexão sobre a questão da importância do velho, da urgência de a pensarmos e a discutirmos, visto que, para além do dispositivo regulador constitucional – no caso brasileiro, o Estatuto do Idoso (EI) –, urge pensarmos a velhofobia numa perspectiva ética, multilateral, seja para os nossos idosos de hoje, seja pelos de amanhã, e nós, também, que iremos – e queremos – envelhecer.

### **2.1 Uma colocação preliminar: o velho como uma minoria**

Idoso, coroa, veio, veia, cabeça branca<sup>31</sup>... têm sido diversos os nomes utilizados para se referir às pessoas com mais de 60 anos, definidas como idosas, segundo o Estatuto do Idoso (EI), no Título I, em seu Artigo 1º. Neste trabalho, consideramos a terminologia velho, dado seu caráter de referência material às práticas sociais cotidianas, além de que recusamos certo academicismo pedante que pode, no extremo, ser relacionado ao uso do termo formal destituído da sua relação com as práticas de violência e preconceito com os velhos. Desse modo é que queremos ser claros diante daquilo a que nos propomos, de forma que o leitor possa ter

<sup>31</sup> Referência à música homônima, também intitulada “Véio da Lancha”, do cantor Thierry, disponível nas plataformas Spotify, Deezer e YouTube, onde pode ser acessada em: [https://www.youtube.com/watch?v=J\\_jJhHhYW9w](https://www.youtube.com/watch?v=J_jJhHhYW9w), cujo vídeo contava com 80.695.548 visualizações em 3 de dezembro de 2021, quando da atualização deste trabalho.

compreensão face às representações discursivas negativas sobre a velhice e o envelhecimento, uma vez associadas às práticas de linguagem.

Assim é que, tal qual os conceitos de sujeito e língua, a noção de minoria também é diversificada, de modo que não há um consenso sobre qual definição poderia ser utilizada para se referir a esse termo (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 470). Por esse viés, neste trabalho, consideramos primeiramente a ideia de minoria formulada por Moreira e Gomes (2012, p. 471) no *Manual de Direitos Humanos*, que compreende minoria justamente como um conjunto de indivíduos, ou seja, sujeitos que são colocados à margem da vida social, para os não-lugares, conforme Augé (2012), como ocorre com os velhos.

Isto posto, precisamos articular, a partir dos interesses de pesquisa em ASCD, em que medida a categoria do velho interessa aos nossos estudos e, assim sendo, é que nos é devido pontuar sob quais parâmetros o velho se constitui como uma minoria. Assim, neste estudo, o conceito de minoria não está relacionado ao aspecto numérico, no sentido de quantidade, mas sim aos fatores da representatividade e de vulnerabilidade, ou seja, tem a ver com quais espaços sociodiscursivos são ocupados por determinados sujeitos em determinadas práticas sociais. Como defendem Moreira e Gomes (2012, p. 472), “as minorias estão identificadas ou auto identificam-se, como grupos em risco elevado de sentir medo e privações já que, na maior parte dos casos, o seu poder é limitado para fazer cumprir os seus objetivos e direitos contra os grupos mais fortes ou os governos responsáveis”.

No caso dos velhos, a partir desse postulado, já podemos resgatar toda uma série de representações a eles atribuídas e ao processo de envelhecimento. Representações essas sobre as quais nem sempre pensamos ou tomamos consciência da sua origem, veiculação e manutenção nas nossas relações, isso porque os sentidos já estão em funcionamento antes mesmo de termos consciência deles, mas isso não significa que seja esse um estado natural de coisas, de que não pode ser mudado. E é justamente a essa possibilidade que os trabalhos em ASCD, como este, estão alinhados.

Nesse sentido, consideramos que a noção de minoria tem a ver também com o papel político nas suas interfaces com o dispositivo jurídico, que afetam e representam discursivamente a figura do velho, tida como minoria. Assim é que, para nós, ele constitui uma minoria, ao passo que, como a velhice está construída a partir da negatividade atribuída ao processo de envelhecimento, desse processo temos como resultado um conjunto de representações dentro do imaginário que a associam a uma espécie de lugar fora e destituído de participação da vivência social, ou seja, um *não-lugar* (AUGÉ, 2012). É sobre esse aspecto

minoritário que analisamos, neste trabalho, a situação dos velhos no contexto sindêmico brasileiro.

## 2.2 Considerações sobre o bolsonarismo e sua relevância à pesquisa

Recentemente, muito se tem dito e discutido acerca do bolsonarismo, dos discursos anti-ciência, antivacina e outros sentidos que têm constituído as dimensões bio e necropolítica associadas à sindemia da Covid-19 (GHIRALDELLI JR., 2020). Contudo, conforme nos alerta Silva (2006, p. 192), a compreensão do imediato requer um retorno à história, pois é ela, na condição de tribunal e júri do qual não se pode escapar, que pode fornecer os subsídios para compreendermos certas situações, desvelando falsas representações que naturalizam certos discursos e práticas, como é o caso do bolsonarismo.

Assim é que nós, enquanto estudiosos críticos do discurso, na definição do *corpus* para este trabalho, escolhemos discursos de atores bolsonaristas para análise. Desse modo, é importante situar o bolsonarismo atual – geralmente, hoje, associado à barbárie e ao genocídio – como reflexo da maneira naturalizada com que ele e suas ideias foram tratados, especificamente nos anos anteriores às eleições de 2018.

No início, o tratamento foi com mero chiste midiático, pelo viés caricato, como ocorreu com a criação do personagem “Bolsonabo”, o qual retratava o agente discursivo que deu origem ao nome do movimento de maneira cômica, mediante imitações feitas sobre ele, conferindo um aspecto e o modo cômico através do qual o político foi retratado em programas como o extinto “Pânico na Band<sup>32</sup>”. Esse movimento surgiu de maneira tímida, mas ganhou representatividade na política, tendo como resultado a eleição de governadores, senadores, deputados – federais e estaduais – e do Presidente da República, na ocasião das eleições daquele ano. O bolsonarismo sai, assim, de um movimento de rua, com viés predominantemente moral, e ganha espaço e representatividade política (GHIRALDELLI JR., 2019), não raro associado à barbárie e ao autoritarismo.

Neste trabalho, recusamos os sentidos de barbárie e civilização justamente por considerarmos sentidos coloniais atrelados a essas noções, uma vez que os valores de civilidade estão historicamente associados à figura do europeu e ao Norte global (SANTOS, 2010), sendo atribuídas ao Sul as imagens do Selvagem, da Natureza e do Oriente, para esse mesmo autor. Adotamos, por outro lado, a noção de “banalidade do mal”, proposta por Hannah Arendt (1999, p. 310), conceito utilizado por ela para se referir à maneira burocrática, impessoal, insensível e

<sup>32</sup> O programa foi retirado da grade de programações da Rede Bandeirantes em 31 de dezembro de 2017.

horrenda através da qual integrantes do governo nazista trataram o extermínio de judeus, gays, ciganos, homossexuais etc. no processo da chamada “Solução Final”, à época do Holocausto, na Segunda Guerra Mundial.

Na obra, a autora analisa e descreve o julgamento de Eichmann em Jerusalém, observando como, mesmo diante dos horrores dos campos de extermínio, de concentração, das câmaras de gás e outros mecanismos de morte em massa, diversos sujeitos estavam seguramente convencidos de que estavam fazendo um trabalho, serviço para o Estado, sendo o caso desse sujeito o mais aterrorizador de todos, uma vez que ele não só estava convencido de que era um trabalho, como crente de que o havia feito de maneira primorosa. Não se trata mais da cisão entre civilização e barbárie, mas de uma linha abissal que separa as escalas de cores e do outro lado o cinza, onde o mal e a morte se misturam a serviço de uma política de extermínio. São esses sentidos e valores sobre a vida e o mal banalizado que recuperamos neste trabalho para situar, em termos sindêmicos, o bolsonarismo e a política de saúde do Governo Federal. Nas palavras da autora, “falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento” (ARENDDT, 1999, p. 311).

Conforme demonstrado por Thaís Oyama em *Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos* (2020), Bolsonaro é um político cuja trajetória está marcada por polêmicas, discussões acaloradas e falas muitas vezes questionáveis, ditas “lacradoras”, *modus operandi* que lhe conferiu o seu status de “mito”. Esse seu jeito de ser e de falar de forma “dura” e “seca” fez dele o porta-voz de uma série de discursos que, no fluir do tempo, deu origem ao que se designou “bolsonarismo”. O neologismo, como o afixo sugere, prediz um movimento, deslocamento de sentidos e trabalho (i)material de transformação e construções de representações.

Não à toa, uma das tarefas – ou missão – a ser executada pelo bolsonarismo é livrar o Brasil das supostas ameaças de dominação do comunismo, tendo no Partido dos Trabalhadores (PT) o seu maior expoente de “inimigo”. E é por isso que, mais uma vez, afirmamos: a nossa ênfase consiste no bolsonarismo enquanto movimento político, além de que, para fins de responsabilidade jurídica e ética, não temos nada contra os demais sujeitos sobre os quais analisamos os discursos ou a pessoa de Bolsonaro, sendo a referência nominal aqui feita apenas por necessidade de situar a etimologia que designa esse movimento: bolsonarismo.

Assim, compreender o bolsonarismo é relacioná-lo ao aspecto necro, visto que as representações discursivas aglutinadas em seu interior mobilizam o ódio, a intolerância, o desrespeito às minorias, às vidas de certos grupos – especificamente, os velhos – e indivíduos, sendo condição para que os discursos se reproduzam e se naturalizem. Isso ao mesmo tempo

que cada vez mais tais sentidos ganham maior expressividade e veiculação, quer seja nas mídias sociais ou nas conversas cotidianas (GHIRALDELLI JR., 2019). Como se diz, todos temos um amigo “bolsominion”, isto é, bolsonarista, e é essa naturalização do movimento que ajuda a torná-lo cada vez mais difícil de combater, dado que perpetua um ciclo de reprodução discursiva de poder (VAN DIJK, 2018) cuja genealogia parece estar alicerçada numa espécie de sempre já estar lá, haja vista o movimento ser “recente”, ainda que as ideias que defende são já do rol de movimentos que se pensava estarem superados (MATTOS, 2020).

Considerar ideologias como uma sempre razão sem origem é algo a que nos opomos veementemente na condição de analistas críticos (FAIRCLOUGH, 2001), visto tratarmos o discurso como um lugar no qual se instauram e perpetuam relações de abuso de poder, hegemonia e violência no campo de “reprodução discursiva do poder e da desigualdade social” (VAN DIJK, 2018, p. 9), bem como as representações são construções sociais inerentes às mudanças que ocorrem na dinâmica da atividade material (ACOSTA, 2017) e, portanto, não surgem por acaso. Do mesmo modo, os falantes de uma língua se inscrevem na história por meio de suas ações, seus dizeres, das práticas simbólicas inerentes ao convívio social nas suas mais distintas manifestações (ORLANDI, 2000). São as práticas sociais que põem a língua em funcionamento, e o bolsonarismo é assim: um movimento político que opera discursivamente.

Ao que parece, os principais pilares do bolsonarismo estão assentados na tríade Deus, Família e Pátria, tendo como correspondentes ou campo de atuação prática certas cosmovisões religiosas proselitistas – massivamente, os evangélicos neopentecostais, o patriarcado e a pauta dita “conservadora”. Esse movimento que tem seu ápice na eleição de Bolsonaro como Presidente do Brasil, em 2018, se mostra com aspectos absolutistas que vão de encontro a preceitos constitucionais, como a noção de Estado laico e o respeito às minorias. Recentemente, o discurso bolsonarista passou também a pautar a questão da Liberdade irrestrita, tida, por eles, como uma supressão das liberdades coletivas pela individual, o que levou a problemas resultantes em responsabilidades jurídicas, como a prisão do Deputado Daniel Silveira por ataques a ministros da Suprema Corte, por exemplo.

Há um fato óbvio, porém ignorado por boa parte dos críticos ao bolsonarismo: o de que não existe Bolsonaro – enquanto ator social e sujeito discursivo – sem o bolsonarismo, mas que, por outro lado, esse último existe sem o agente discursivo na função de Presidente, visto que os sentidos aglutinam sujeitos, os quais se filiam ao movimento (GHIRALDELLI JR., 2019). Isso porque, embora o movimento assim denominado tenha sua lexia derivada do sobrenome do Presidente, a pessoa dele é tão somente um estandarte enquanto ator social na função de Presidente: aquele que legitima – com suas falas e práticas – um conjunto de discursos

anticiência, antivacina, antigay, antimáscara, e assim por diante, sendo pertinente considerar, sim, o lugar social e as instâncias simbólicas que ele ocupa na posição de Chefe do Executivo. Desse modo, o bolsonarismo constitui, em ambientes físicos ou virtuais, espaços de afiliação entre esses sujeitos que estão circunscritos deliberadamente a redes de sentidos de laços comuns, nos termos de Zappavigna (2011).

Outro aspecto é que esse lugar de endosso por ele ocupado poderia sê-lo por qualquer agente discursivo, desde que pudesse legitimar e naturalizar sentidos e representações que estavam já entre nós, velados – questões que se pensava terem ficado claras e resolvidas, como o caso do racismo, das cotas, dos direitos das minorias, por exemplo. Assim pensando, o que parece mais assustar não é o bolsonarismo de hoje, mas o quanto dele existia entre nós e, mais do que isso, sobre o quanto de convicção o bolsonarista possui: o bolsominion é “fechado com Bolsonaro” (MATTOS, 2020), e as evidências científicas não têm sido suficientes para convencê-los do quão prejudicial esse modo de ser é e de que ele tem custado vidas.

É nesse contexto que o bolsonarismo se caracteriza como um sistema de pensamento estruturado, também, com um método, um sistema de atitudes e análises e, além disso, um posicionamento, similar ao estruturalismo descrito por Abbagnano (2012, p. 441), a partir das características mencionadas anteriormente. Do mesmo modo, o agente discursivo Bolsonaro é um ícone, nos termos de Leloup (2006), no sentido de que aponta, orienta para um lugar, uma direção, que não a si mesmo. Mattos (2020) defende que o bolsonarismo possui elementos neofascistas e autocráticos, sendo fundamentado por uma ideologia de ressentimento – manifestado num tipo de “rancor” (MATTOS, 2020, p. 195), bem como de descrédito no papel do Estado, de desmonte deste e da corrosão das instituições republicanas, dos seus ritos, algo que acaba por atingir a democracia num nível secundário, conforme Ghiraldelli Jr. (2020).

No contexto da sindemia, percebemos que em meio à confusão política e institucional que afeta o país – especificamente os ataques à República e às instituições democráticas – em determinados momentos, o Presidente manteve-se “comportado”, isto é, sem verbalizar certas falas, estando mais isolado, quieto, distante da mídia, sem fazer declarações polêmicas. Contudo, mesmo nesses momentos, os discursos de negação da sindemia não deixaram de ser veiculados nos diversos meios e plataformas, particularmente nos aplicativos de mensagens, com as recentemente tão combatidas *fake news*. Conforme dissemos, ele é um entre os muitos agentes do movimento, e a sua moderação em momentos específicos não pôde – nem pode – frear o ímpeto de um movimento cuja ideologia foi fabricada de tal modo que os sujeitos se filiam ao movimento quase como uma religião (GHIRALDELLI JR., 2019).

Isso evidencia como o núcleo duro do bolsonarismo e os sentidos que filiam os sujeitos ao movimento independem do endosso formal e midiático do Presidente, pois subsistem ao silêncio e ao distanciamento dele. Esse movimento é como uma estrutura que possui autonomia de funcionamento, direção pré-definida, que não possui um guia ou dele precise sempre. É dessa forma que Bolsonaro – enquanto agente discursivo do bolsonarismo no exercício da administração pública – é um ícone, apontando para algo, mesmo que não o faça formalmente, sempre, do mesmo modo que combater Bolsonaro e combater o bolsonarismo são tarefas distintas, porém dicotômicas.

Ainda, as *fake news* ou notícias falsas, numa tradução genérica, são a nomenclatura dada para se referir a informações ou notícias que são veiculadas em caráter de verdade não o sendo, cujo agravante consiste na depreciação da imagem, reputação e/ou integridade de uma pessoa, órgão ou instituição. Elas são, nesse sentido, uma maneira efetiva de macular o outro de maneira que os fatos, na sua veracidade, não poderiam conseguir. Por exemplo, mesmo que se pudesse fazer suspeição em relação às medidas de prevenção e às vacinas, mediante critérios científicos, isso não tem o mesmo efeito e a mesma ressonância discursiva que alegar que as vacinas podem causar mutações cromossômicas, como certas alegações propagadas na sindemia.

Ao ampliarmos a noção de *fake*, iremos notar ainda certas inconsistências presentes em discursos e práticas de combate à pandemia, seja com a defesa veemente feita por bolsonaristas em relação ao kit Covid<sup>33</sup> ou mesmo a alegação de que a introdução via retal de ozônio seria efetiva no tratamento de pessoas infectadas pelo vírus. Isso mostra também um aspecto ontológico: o de que em diversas culturas o apelo ao misticismo é feito em momentos de dificuldade ou diante da incompreensão de determinados fenômenos (HARARI, 2016), o que seria aceitável se não estivéssemos no mundo dito globalizado, de universalização do acesso à internet, à informação e ao conhecimento.

Por fim, outro ponto a ser considerado é que, embora se utilize o termo no singular, há uma subdivisão do bolsonarismo, visto ser um movimento amplo e multidirecionado, subdivisão essa que tentamos esquematizar a seguir:

**Quadro 2 - Representação do bolsonarismo e suas subdivisões**

<b>ALA IDEOLÓGICA</b>	<b>LAVAJATISMO</b>	<b>MBL</b>
Núcleo Duro; Terraplanismo;	Combate à corrupção; Aspectos do fascismo;	Atuação política; Ordenamento

<sup>33</sup> Criado pelo médico Guido Céspedes, composto por ivermectina, azitromicina, hidroxicloroquina e cloroquina, amplamente defendido e divulgado por Bolsonaro como sendo o “tratamento precoce” e duramente criticado por entidades sanitárias, jornalistas e até juristas por não ter eficácia comprovada no combate à Covid-19. O médico faleceu em 4 de setembro de 2020, após 45 dias de internação para tratamento da Covid-19.

Pauta Moral; Não-laicidade; Liberdade irrestrita (para fazer o que quiser) Armamentício.	Morte como política de Estado.	jurídico.
--	--------------------------------	-----------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ghiraldelli Jr. (2019) e Mattos (2020).

A partir desse quadro, fica evidente que é preciso analisar o bolsonarismo como movimento político constituído discursivamente a partir das mudanças sociais no contexto brasileiro em 2018 (GHIRALDELLI JR., 2019). Assim sendo, temos de considerar que o bolsonarismo se almeja como um projeto de poder, de ocupação de espaços. Do mesmo modo, essas três subdivisões aparecem e se misturam costumeiramente, a depender da conjuntura social e política brasileira do momento.

Foi assim, por exemplo, que essas três frentes do bolsonarismo estavam juntas nas eleições de 2018 e se mantiveram unidas durante boa parte do Governo (GHIRALDELLI JR., 2019). A **ala Ideológica** – ou Núcleo Duro – possui um viés centrado na questão dos costumes e, por sua vez, na pauta moral, sendo atravessada por uma percepção religiosa que se projeta e pulveriza para a vida institucional, haja vista o constante empenho em expandir e aumentar a inserção de ideias e valores cristãos para a República e também para a vida social (MATTOS, 2020).

É desse movimento que parte do “gado” ainda faz parte, além de ter sido um grupo decisivo para complicações nas relações diplomáticas entre Brasil e China devido à falsa alegação de que ela teria criado o vírus – alegação endossada pelo, à época, Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, considerado um dos mais aguerridos olavistas<sup>34</sup> até então. Desse mesmo grupo são correntes as crenças sobre ideias de globalismo, comunismo imperialista, de que a China quer dominar o mundo, entre outras ideias igualmente insustentáveis.

O segundo grupo, a **ala Lavajatista**, recebe o nome de batismo das manifestações de 2013, na convulsão nacional que levou milhares de pessoas às ruas em protesto contra a política econômica da então Presidenta Dilma Rousseff (PT). Esse movimento culmina na Operação Lava-jato, midiaticamente projetada como a maior operação de combate à corrupção na história do país, tendo como Chefe ou Líder o ex-juiz Sérgio Moro, da 4ª vara federal de Curitiba e

<sup>34</sup> Nomenclatura dada aos seguidores de Olavo de Carvalho, guru intelectual e um dos mais veementes defensores da teoria de que a terra é plana, além de se dizer crítico e negador de boa parte do pensamento filosófico ocidental, atribuindo aos filósofos, de modo geral, uma “burrice” e incompreensão de fatos.

atualmente filiado ao partido União Brasil, candidato ao Senado nas eleições de 2022 pelo estado do Paraná. Essa ala é mais alinhada a uma certa compreensão da política como a divisão entre aqueles que roubam e os que não o fazem, havendo aí o componente moral da honestidade nessa atividade (GHIRALDELLI JR., 2019).

É também conhecida por coadunar sujeitos que nutrem profundo ódio às esquerdas, além de buscarem trazer para o ordenamento jurídico a legitimação de práticas de Estado tidas como condenáveis, a exemplo do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019), idealizado por Sérgio Moro à época em que era Ministro da Justiça de Bolsonaro. Esse Pacote trazia, como ponto mais crítico, o excludente de ilicitude, que, na prática, segundo alguns analistas, seria o aparo legal para uma política de morte por parte da polícia, algo que apenas pioraria os índices de letalidade policial entre comunidades carentes, pretos e pobres. Devido às ideias defendidas por essa ala, aglutina mais setores da classe média e ligados às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, sendo frequentemente associados às ideais do Integralismo e do nazifascismo, como a política de extermínio supramencionada.

Por fim, a terceira ala, o **Movimento Brasil Livre** (MBL), surge sem pretensão política nas mobilizações de rua, também em 2013, convocando atos de rua etc., e, nos anos seguintes, suas lideranças passaram a disputar e conquistar cargos de representatividade, passando a se constituir como partido político (GHIRALDELLI JR., 2019). À época da seleção do *corpus* da pesquisa, dois deputados influentes dessa **ala** eram Kim Kataguirí (Deputado Federal) e Arthur do Val (Deputado Estadual). Esse último, em 2022, teve o mandato cassado pela Câmara devido a áudios vazados, os quais depreciavam as ucranianas em situação de refugiadas, e aquele consta com processo em aberto na Câmara devido à defesa da legalização do Partido Nazista no Brasil, no Flow Podcast, do qual também participaram o *youtuber* Monark e a Deputada Tábata Amaral (PDT).

Essa última ala é conhecida por aglutinar mais jovens, muitos desiludidos com a política tradicional e nem sempre conhecedores da história do Brasil (GHIRALDELLI JR., 2019). Os seus agentes são, assim, geralmente afeitos a mobilizações de rua, combate a pautas de minorias e formulação de leis que possam alterar o ordenamento jurídico brasileiro aos seus interesses, a exemplo de projetos de lei que permitam o desmatamento de áreas de rios e a exploração de terras indígenas, além de serem conhecidos como ferozes combatentes da educação pública e da assistência social aos mais necessitados.

Na mídia e na compreensão de muitos analistas, o bolsonarismo é único, uno, porém, conforme procuramos apresentar, são diversas frentes de atuação, as quais ora atuam simultaneamente, unidas, como nas eleições de 2018, ora se dividem e se atiram. Olhar para o

bolsonarismo implica considerar essas nuances, saber de qual ala se está falando, pois, embora o elemento de filiação seja comum e parte do movimento, a cadeia de sentidos toma contornos distintos de uma ala para a outra.

### *2.2.1 Velhofobia: do que estamos mesmo falando?*

O envelhecimento é um processo biológico inerente aos seres vivos. Isso deveria trazer a esse processo alguma positividade, mas não é o que tem ocorrido no Brasil. Ainda que as inovações tecnológicas e científicas e as mudanças sociais, o aumento do poder aquisitivo e a relativa melhora da qualidade de vida do brasileiro tenham aumentado nas últimas décadas a expectativa de vida do brasileiro, o mesmo não ocorreu com a construção de uma compreensão positiva sobre a velhice e sobre o papel, a importância e a seguridade do lugar social do velho.

Disso resulta que, não por acaso, “a discrepância entre a realidade e a miséria discursiva das brasileiras, mostra que aqui a velhice é um problema muito maior, o que explica o sacrifício que muitas fazem para parecer mais jovens” (GOLDENBERG, 2011, p. 81). Dissemos que consideramos a esfera do Direito da LR neste trabalho justamente por ela permitir nos articularmos e refletirmos sobre a questão do dispositivo normativo jurídico a partir do Estatuto do Idoso ante à velhofobia, compreendida como uma das muitas PL postas em funcionamento, discursivamente, na contramão da vida, da ciência, do bem-estar social.

Leis não surgem por acaso, sendo resultado de mobilizações de setores e segmentos sociais. A aprovação do EI se mostra como produto de processos desse tipo. Porém, é contraditório como, após mais de 15 anos de vigência, a figura do velho e a questão do envelhecimento nunca foram tão aviltadas e imersas em predicações negativas, de modo que, no Brasil sindêmico, o velho é costumeiramente ridicularizado, desprezado, violado, agredido discursivamente. Fato é que a sindemia acentuou ao mesmo tempo que escancarou uma série de sentidos e representações acerca da questão, evocando um problema social de implicação política e constituição discursiva: a velhofobia, termo cunhado por Mirian Goldenberg (2020) para sintetizar as práticas de violência e preconceito contra os velhos. Nas palavras dela,

Me refiro ao termo “velhofobia” para descrever não só os preconceitos, estigmas e tabus associados ao envelhecimento, mas também o pânico de envelhecer que, no Brasil, é muito mais forte do que na Europa, por exemplo. Outros especialistas usam denominações diferentes, como ageísmo, idadismo ou gerontofobia. Mas eu prefiro velhofobia porque todo mundo entende do que estou falando. (GOLDENBERG, 2020).

O trecho acima mostra como a escolha do termo velhofobia permite uma síntese que engloba noções e práticas, cujos equivalentes lexicais poderiam ir desde ageísmo, gerontofobia, gerontocídio, entre outros, visto que as outras nomenclaturas contêm especificidades as quais, por vezes, acabam por dificultar a compreensão do que está sendo dito. É algo que não ocorre com velhofobia: o radical já evoca o que se está a dizer, e, por *fobia*, já se sabe ou se pode inferir os sentidos de aversão, preconceito e negatividade. Assim, a autora facilita a compreensão, além de dar ênfase a esse fenômeno notadamente presente e que precisa ser combatido, isso porque o conceito por ela formulado é um globo que comporta todas as representações negativas associadas ao velho, à velhice e ao envelhecimento, este tido como um processo.

Nessa perspectiva, a escolha do termo velho, ao invés de idoso, numa conversa, por exemplo, já contém certa predicação negativa e faz evocar as imagens, os sentidos e as representações acerca da juventude, da virilidade, da utilidade do homem – em sentido ontológico e não de sexo – para o sistema do capital<sup>35</sup> produtivo (GOLDENBERG, 2011, p. 79). É em sentido contra-hegemônico, alinhados a Goldenberg (2020), que utilizamos velho ao invés de idoso. Fato é que, sobre a questão da velhice, há certa cosmovisão de culto da jovialidade, que acaba por levar ao idoso esse não-lugar, dado que

Não há como negar que vivemos tempos de aversão à velhice e aos velhos. Na medida em que valorizamos cada vez mais a eterna jovialidade, torna-se um desafio estabelecermos com eles laços de reciprocidade e de identificação. Para muitos, enxergar o velho é se dar conta da finitude que nos assombra, uma das poucas certezas da vida que insistimos em ignorar (BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 2).

Conforme mostra o trecho, o velho é quase sempre tido como um peso ou fardo, seja para a família, seja para o Estado. Desse modo, parece interessar e vir a calhar a morte deles, como o que tem sido visto durante a sindemia. Isso nos leva a pensar sobre em qual momento naturalizamos a morte, sem direito ao sofrimento do luto – já que os mortos pelo coronavírus não podem ser velados – ou, dito de outro modo, em que medida a morte causada pela Covid-

<sup>35</sup> Consideramos que falar de capitalismo seja emblemático, dado que, no momento atual do neoliberalismo, não há um consenso sobre se estamos vivendo uma terceira etapa do capitalismo; se a sua degeneração ou o surgimento de uma nova forma de capitalismo (o capitalismo de serviços e financeiro), cujas implicações desembocam nas formas dos dispositivos de regulação social, nas subjetividades e também no campo do saber, razões pelas quais Hardt e Negri (2001) propuseram falar de “império” para se referir ao capital. Analogamente a essa configuração, Santos (2010, p. 151) coloca o capitalismo na gênese de problemas sócio-históricos, nas suas interfaces com o colonialismo e o patriarcado.

19 se tornou mais um fato corriqueiro do cotidiano, fato social, traço inerente à nossa rotina, como se sempre estivesse presente entre nós.

É nesse sentido que a morte não parece causar mais o espanto, o medo e o terror que eram presentes no início da sindemia ou, ainda, talvez essas percepções tenham sido relativizadas ante as proposições que têm sido formuladas sobre aqueles que vieram a óbito. Se essa afirmação é verossímil, isso se deve à atividade de certas PL que tanto endossam a velhofobia e daquelas que naturalizam a morte e a apatia do Estado ante o morticínio causado pelo vírus, juntamente com o mau gerenciamento da sindemia, deliberado por parte do Governo Federal, cujo resultado morte se perpetua até o presente momento.

Os sentidos que constituem esses dizeres sobre o incômodo que é o velho levam-nos a pensar sobre como o terror da velhice não parece estar na possibilidade da morte, mas sim no aspecto da dependência, o que é contraditório, visto que “a família de idosos não é um ninho vazio, como esperado pela literatura, e o idoso tem desempenhado um papel importante como provedor da mesma” (CAMARANO, 2020, p. 7). Isso porque não depender da família e nem do Estado parece ser uma luta para o reconhecimento do velho ante a sociedade e, desse modo, participar da vida social.

Em certa medida, isso se deve ao fato de a banalidade e o desdém com os quais se convencionou tratar e se referir ao velho fazerem do envelhecimento algo a ser evitado – ou evitável, na medida do possível: a velhice se torna a sentença de morte não apenas física, mas da participação na vida social. Disso resulta que ficar velho é ser alocado às margens da vida comunitária, da participação nas decisões familiares, da vida social: é pertencer a um *não-lugar*, similar a uma espécie de linha abissal, conforme formulado por Santos (2007, p. 79). É nesse sentido que Augé (2012, p. 87) diz que

[...] por ‘não-lugar’ designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária.

O trecho nos permite considerar o não-lugar do velho brasileiro no contexto sindêmico como uma expansão intensificada da invisibilidade que a ele foi atribuída. A sindemia não parece ter criado um fenômeno *ex nihilo*, por acaso, de maneira assexuada das práticas sociais,

pelo contrário, a constituição desse não-lugar passa tanto pelas políticas linguísticas, entendidas como atividades humanas, que consideram discursivamente o velho como esse fardo, peso, negatividade, tanto às necropolíticas instituídas e endossadas pelo Governo, em particular na pessoa do Presidente, e por pessoas ligadas ao movimento bolsonarista<sup>36</sup>. É, antes de tudo, um projeto em andamento cujos efeitos têm sido mascarados ora pela seletividade que a chamada grande mídia confere a esses discursos, ora pela falta de combatividade dos membros dos demais poderes republicanos ante o morticínio em curso, acrescido da falta de mobilização política da sociedade civil, o que facilita que o extermínio de velhos ocorra de maneira desenfreada e contínua.

Seja como for, difícil aceitar como, em pleno século XXI, num mundo dito permeado por globalizações, centenas de milhares de mortes passaram a ser tratadas como sendo inevitáveis, como se fossem fruto de um processo meramente natural, determinista. Isso cria uma narrativa que leva a pensar que o agir do vírus independe da intervenção humana, e é justamente esse aspecto que caracteriza a dimensão necropolítica do vírus e da sindemia, segundo pensamos, sustentada pela banalidade do mal (ARENDDT, 1999), a partir da qual se inviabiliza o enfrentamento da sindemia ao passo que se naturaliza a facticidade das mortes de determinados sujeitos, preferencialmente aqueles em maior vulnerabilidade, como é o caso dos velhos. Essa banalização aparece ora pelo aspecto pragmático da ação/decisão de sujeitos em posição de decisão e chefia, ora na constituição de Políticas Linguísticas que mobilizam determinados sentidos em detrimento de outros.

O termo necropolítica foi cunhado pelo sociólogo camaronês Achille Mbembe e pode ser compreendido, numa combinação do prefixo que dá origem ao termo, como “políticas de morte”. Embora o autor, no ensaio, desenvolva o conceito a partir do aspecto bélico, da questão das guerras nos Estados Modernos, o conceito tem sido assertivamente ampliado, dada sua versatilidade e atualidade, de tal modo que pode ser aplicado a toda e qualquer política ou ação que trabalhe, opere ou tenha como objetivo e consequência a morte, seja de maneira direta – como as guerras – ou indireta, como tem sido, a nosso ver, o caso brasileiro no cenário sindêmico.

No texto, Mbembe (2020) parte de uma compreensão da superação da noção de biopoder, introduzida por Foucault, ele que seria o domínio da vida sobre o qual o poder exerce

<sup>36</sup> Além de pessoas da sociedade civil, como um vizinho. Sabemos que a velhofobia, como fenômeno, se manifesta nos diversos meios sociais, porém consideramos os agentes descritos por acreditarmos que eles, através do uso das plataformas política, econômica, midiática, possuem maior poder e veiculação da velhofobia, ao mesmo tempo que dão as diretrizes distorcidas para os sentidos que, em efeito cascata, se pulverizam nas diversas camadas sociais.

controle (MBEMBE, 2020, p. 6). Dizer que o conceito de biopoder está superado significa considerar a compreensão de que a sociedade disciplinar da qual Foucault nos fala ao longo de seus trabalhos está obsoleta, visto que “a sociedade disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas não é mais a sociedade de hoje” à medida que “a sociedade do século XXI não é mais uma sociedade disciplinar, mas sim de desempenho” (HAN, 2017, p. 23). Desempenho, nessa acepção, está relacionado com o crescimento cada vez mais forte de um individualismo marcado pela supressão do bem-estar social através das liberdades individuais, bem como pelas inúmeras instabilidades causadas por essa nova sociedade num momento de pós-modernidade, pós-verdade, de tal modo que é cada vez mais corrente o voltar a si na negação da importância do outro para a vivência social e as experiências intersubjetivas.

Assim sendo, tendo em vista que o “conceito de política linguística [...] complexo e polissêmico” (SEVERO, 2013, p. 453) e costumeiramente associado a direitos linguísticos de minorias, deixamos claro que, neste trabalho, o adotamos na consideração de que a PL envolve a atividade material dos sujeitos ao longo da história, algo que antecede as formulações teórico-metodológicas. Além disso, o fazemos na consideração dela como constitutiva das condições de perpetuação e endosso da velhofobia a partir dos discursos de atores sociais bolsonaristas enquanto agentes políticos, de modo que a ênfase está centrada na questão dos Direitos Humanos.

Isso porque o uso da língua possui uma dimensão política, dado que, ao usar as línguas, mobilizamos representações que já estão em circulação, construção e consumo nas práticas sociais. Ora, se o discurso é uma etapa ou um momento de tais práticas, é por essa razão que o aspecto político atravessa e constitui decisivamente as nossas representações, uma vez que eles escondem, dissimulam, trazem para o seu interior relações de abuso de poder, representações, dizeres que estão no imaginário social (RESENDE, 2019, p. 17).

Do mesmo modo, numa perspectiva decolonial, de formulação de alternativas, falar em PL implica a busca/construção de novas possibilidades, situações de usos da língua, de produção de sentidos que permitam aos velhos respeito e dignidade, bem como a construção de uma consciência cidadã para a velhice e o envelhecimento. Não se trata de buscar uma Política do Estado, mas sim de nos colocarmos no processo de construção de alternativas à velhofobia e, se conhecer o problema já é um passo importante, acreditamos estar no caminho correto ao produzir este trabalho.

Vale dizer que o discurso nos é constitutivo: já nascemos imersos em práticas de linguagem, à mercê de sentidos e representações que já funcionam antes de nós mesmos: como num já estar lá. É desse modo que os nossos julgamentos e valores também são feitos, em certa

medida, a partir de tais formulações, dado que não há como sair dessa posição: ela é constitutiva do nosso dizer, não havendo como sermos sujeitos fora do movimento da história e das representações que construímos e ressignificamos através da língua, esta vista como inseparável da dimensão social que a faz ser viva. Dessa formulação é que, como fenômeno, no contexto sindêmico brasileiro, um conjunto de políticas linguísticas tem sido posto em funcionamento e tem ajudado a consolidar discursivamente os diversos espectros da velhofobia.

### *2.2.2 Velhofobia, Vulnerabilidade e Morte: apontamentos para a banalidade do mal*

Em termos de Brasil, durante a sindemia evidenciou-se um fato lamentável: o de que há vidas matáveis; pessoas cuja morte não é senão uma consequência de uma condição clínica pré-existente ou mesmo que estavam na iminência da referida morte. Dentre esses grupos, podemos destacar as pessoas com comorbidades, o velho, o mendigo e o imigrante. Interessa-nos, aqui, especificamente a questão do velho. É nessa direção que caracterizamos esses sentidos, interiorizados em diversos dizeres, como uma “política linguística de banalidade do mal”. E o fazemos considerando a dimensão necropolítica imbricada em discursos que evocam a desvalorização da vida nos negacionistas e anticiência, os quais são veementemente endossados pelo Presidente e simpatizantes dele.

A vulnerabilidade no contexto de sindemia escancarou uma banalidade do mal, conforme dissemos anteriormente. Se, antes dela, a rotina (trabalho, escola etc.) ocupava bastante o tempo das pessoas, com ela – e as diversas formas de isolamento – a convivência contínua no espaço doméstico obriga-nos a ver o velho, aquele que antes era invisível ou pouco percebido. Netos, filhos, noras têm convivido com eles, porém a vulnerabilidade do velho durante a sindemia mostra esse cenário problemático, conflituoso, e, embora em muitas famílias a renda venha da aposentadoria ou mesmo do trabalho de velhos, eles nem sempre têm o respeito e a dignidade que lhes são devidos. A nova banalidade do mal se dá na negligência de que a vida – de alguns – não importa; de que o velho, pelas limitações impostas biologicamente, é um estorvo que atrapalha o cotidiano doméstico; não obstante,

No contexto pandêmico, velhas e velhos se tornaram extraordinariamente vulneráveis, e, entretanto, não são referentes estáveis, monolíticos, homogêneos. Pessoas velhas que são pobres, periféricas, negras, indígenas, LGBTI com deficiências, com doenças e condições de saúde pré-existentes, moradoras de regiões rurais e sem acesso regular a serviços de saúde têm sido atingidas com particular força. A pandemia se tornou um sítio de intensificação de diferenças e de desigualdades estruturais no Brasil. (HENNING, 2020, p. 151).

A nosso ver, há duas razões que são decisivas para a constituição dessa situação, sendo a primeira o modo como a sindemia foi reduzida apenas à dimensão clínica, médica, unicamente como problema de saúde, e a segunda, de aspecto republicano e institucional, se deve à atuação de agentes bolsonaristas na decisão de políticas de saúde, a partir do que os discursos se constituem como lugar de endosso, de fala, de afirmação de sentidos anticiência, de minimização da sindemia e, mais recentemente, de ridicularização daqueles que a tratam segundo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde: a dimensão político-ideológica que foi conferida à sindemia a reduziu e a naturalizou.

Entendemos que os profissionais da saúde a tratem como problema clínico, pois a profissão assim o exige; porém analistas políticos, jornalistas e as pessoas de um modo geral tratarem-na desse modo leva a uma compreensão simplificada do problema, desconsiderando aquilo que poderia ser decisivo no seu enfrentamento, ou seja, seu caráter biopolítico. Ao assim fazer, deixamos de lado a segunda lição que o vírus nos ensina: as pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga (SANTOS, 2020).

Tal ridicularização feita por ele, Bolsonaro, por exemplo, em 10 de novembro de 2020, pouco tempo depois de sua visita ao estado do Maranhão, em 29 de outubro daquele ano, consistiu em atribuir àqueles que defendiam as medidas de isolamento o atributo de “maricas<sup>37</sup>”. No popular, tal vocábulo é utilizado para depreciar um indivíduo a partir de sua orientação sexual diferente da heteronormativa. Ou seja, o mandatário do cargo mais alto do Executivo brasileiro recorreu aos sentidos sobre “macho” e “não macho” para defender que a postura dele – e, por conseguinte, também a dos seus apoiadores – seria a forma correta de agir para enfrentar a sindemia. Trata-se de algo difícil de aceitar, mas corriqueiro no Brasil bolsonarista que aí está.

Acrescentem-se também sua veemente resistência em seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as suas falas no “cercadinho<sup>38</sup>” – termo utilizado para se referir a um espaço próximo ao Palácio do Planalto no qual apoiadores do Presidente diariamente se reúnem. São falas nas quais ele tem hostilizado com frequência jornalistas e desdenhado e rechaçado eventuais críticas ante a postura inerte e ineficiente de seu Governo face ao impacto e avanço da sindemia. Esse é um comportamento por ele mantido em transmissões online na plataforma *YouTube* (as assim chamadas *lives*), nas quais procurou minimizar o impacto do vírus, assim como isentar-se (e, assim, ao Estado brasileiro) de

<sup>37</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/cercadinho-de-bolsonaro/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

responsabilidades, atribuindo em diversos momentos a “culpa” a prefeitos e governadores tanto pelas mortes quanto pelo impacto econômico causado pela sindemia, ou mesmo atrelando a culpa às vítimas da doença, desconsiderando as particularidades socioeconômicas e demográficas atinentes às diversas regiões do país.

Ao longo da sindemia, tem sido veiculada uma série de discursos que mobilizam certa discursividade que vê/trata o velho a partir da seguinte tripartite: aquele que não trabalha; aquele cuja existência está situada na iminência da morte e, por tabela, aquele que é uma espécie de “peso” para a sociedade e ônus para o Estado. Não é novidade a maneira jocosa com a qual o Presidente tratou a sindemia desde o início. E é nesse ponto que a questão necropolítica se apresenta como constitutiva dessa nova forma de barbárie tupiniquim, mesclando ora os sentidos de barbárie presentes no pensamento romano, ora ressignificando a partir da perspectiva da anticiência, da banalização do sofrimento: da consolidação de uma política da morte (MBEMBE, 2020, p. 11). Em meio a tantas controvérsias e tantos pontos de vista conflitantes,

O que se sabe que está acontecendo neste momento é uma diminuição da renda do trabalho pelo desemprego em todas as idades e pelo corte de salários e, também, o aumento da mortalidade da população, em especial da idosa. São duas faces da pandemia, que afetam a renda das famílias e deixam em destaque o papel dos idosos brasileiros e a contribuição da Seguridade Social para a sua sobrevivência. [...] Chama-se a atenção para o fato de que o idoso é vítima duas vezes nessa pandemia: é quem morre mais e quem é mais afetado pelo desemprego. No entanto, o seu papel nas famílias é pouco reconhecido. Acho que se pode falar que se morre um idoso, uma família entra na pobreza. (CAMARANO, 2020, p. 12).

Como um dos resultados disso é que “73,8% das mortes por COVID-19 ocorrem entre as pessoas com 60 anos ou mais, sendo 58,0% homens. Dentre estas, aproximadamente um quarto acomete as pessoas de 70 a 79 anos” (CAMARANO, 2020, p. 12). Ou seja, as mortes de velhos têm sido numericamente superiores em relação às demais faixas etárias da população, considerando que as estatísticas de mortes são feitas por milhão de habitantes. É fato que, com o avanço da sindemia e o surgimento de novas variantes do vírus – ou cepas –, o perfil dos óbitos tem se diversificado, porém as informações sobre a morte de velhos constituem um dos aspectos para a análise e compreensão dessa “neobarbárie” quando da escolha do *corpus* desta pesquisa.

Não nos esqueçamos, também, da insistente veiculação, por parte do Presidente, de medidas de prevenção e tratamento contestadas pelas autoridades sanitárias competentes, assim como da sua aparente predileção pelo uso de medicamentos cuja eficácia não foi comprovada

cientificamente – como é o caso da Hidroxicloroquina –, como partes de uma política pública de saúde, na constituição do que passou a ser denominado “Tratamento Precoce”. Também, mais atualmente, há a dimensão político-partidária que tem envolvido a possibilidade de compra, produção e aplicação de vacinas para imunização da população. É a querela “Bolso-Dória” – em referência às divergências entre o Presidente e o Governador do Estado de São Paulo, João Dória (PSDB), até então pré-candidato a disputar a Presidência da República nas eleições de 2022.

É desse modo que o entendimento do cenário brasileiro a partir do conceito de banalidade do mal (ARENDR, 1999) revela o obscurantismo que se abateu sobre o país nos últimos anos e nos convida a pensarmos como chegamos a esse cenário ao mesmo tempo que precisamos resistir e a ele combater. Isso não é tarefa fácil, tampouco gloriosa porque enfrentar as estruturas de dominação e poder consolidadas traz imenso desgaste e não há garantias de êxito. Mas, se não as enfrentarmos, se aceitarmos as coisas como aí estão, naturalizando-as, estaremos a prevaricar no nosso compromisso como pesquisadores em ASCD e a negar o papel social inerente à universidade. E isso é algo que nos recusamos fazer.

### *2.2.3 Reconhecimento e ciência para alcateias: a importância de refletir sobre o não-lugar do idoso no Brasil*

A religião é uma dimensão importante e inerente à vivência sociocultural (HARARI, 2016). Em tempos difíceis como os nossos, assim como a Arte e a Medicina, ela ajuda a aliviar o sofrimento humano, seja fornecendo uma palavra de conforto, mediante a leitura e a meditação, seja pelo pertencimento e reconhecimento intersubjetivo que se tem ao frequentar os espaços de culto ou adoração, de fazer parte de uma comunidade de valores e ser pelos demais aceito e reconhecido. Vale lembrar que, no início da pandemia, por iniciativa de governadores e prefeitos, foi proibida a realização de cultos, missas e aglomerações em espaços públicos ou fechados, medida essa que foi duramente contestada pelo Presidente.

A ciência, entendida, grosso modo, como processo de construção e avanço do conhecimento humano (SEVERINO, 2012), tem se interessado pelos mais diversos fenômenos, sendo a religião um deles. A relação entre ambas, historicamente, é quase sempre conflituosa, porém não significa dizer que uma precise negar a outra ou algo assim. Nesse sentido, utilizamos a expressão “ciência da alcateia” em analogia ao exposto pela professora Cleide Emília Faye Pedrosa em culto online, realizado em 4 de julho de 2020, em retomada a uma

história popular frequentemente utilizada para representar a questão da velhice e do envelhecimento pelo aspecto do respeito, da positividade e do reconhecimento.

Na ocasião, ela destacou como, entre os lobos, quando em viagens, existe o hábito de que os mais velhos sigam à frente. Isso porque, se eles fossem atrás, poderiam ser abandonados; se no meio, poderiam não acompanhar o ritmo dos que vão à frente, e assim por diante. Na alcateia, os mais velhos tomam a frente, estabelecendo o ritmo, a velocidade e a direção a serem seguidos. Aos jovens fica o papel de cuidar, protegê-los e segui-los. Entre os lobos, os idosos são tratados com respeito, consideração e dignidade. Durante a sindemia, com a maior e frequente presença de pessoas da família, acrescido do aumento do desemprego, das despesas com moradia, alimentação, saúde, agravadas pela desindustrialização do país, a alta do dólar e falta de perspectiva de retomada econômica<sup>39</sup>,

Essa situação mostra que as famílias estão sendo cada vez mais requeridas para cuidar dos seus segmentos “vulneráveis” e o idoso tem assumido um protagonismo. Apoios intergeracionais, via arranjos familiares, têm sido crescentemente importantes como estratégias de sobrevivência, embora sob formas diferenciadas. Uma das estratégias utilizadas tem sido a co-residência, em que variações na renda dos pais e dos filhos desempenham um papel importante. (CAMARANO, 2020, p. 8).

É justamente essa reflexão que pretendemos trazer para este trabalho. Essa preocupação, para além de motivar os nossos interesses de pesquisa – desde a escolha do objeto até as reflexões aqui mobilizadas –, também se reflete na sugestão que dá título à seção. É preciso que a Universidade, considerando o tripé que a constitui (Ensino, Pesquisa e Extensão), mobilize para o seu interior, em todas as áreas do conhecimento, a discussão e a intervenção efetivas sobre a questão do preconceito contra idosos, o envelhecimento e a velhice. Isso envolve pensar a questão do afeto e da sensibilidade para a ciência, com vistas à formação de consciência. Iremos envelhecer também e precisamos, da perspectiva ética que nos é intrínseca, reconstruir e ressignificar essa etapa da vida humana.

Envelhecer é um fato biológico, e pensar nesse processo é tarefa da qual devemos nos ocupar. É sabido que “além de um capital físico, o corpo é também um capital simbólico, um capital econômico e um capital social” (GOLDENBERG, 2011, p. 78), o que implica que as representações que construímos sobre a corporeidade podem e devem ser reformuladas com o tempo. Se, por um lado, a sindemia tem nos colocado diante de uma série de contradições e desigualdades e, principalmente, escancarado a velhofobia, por outro lado, é um momento

<sup>39</sup> Isso à época da seleção do *corpus* desta pesquisa.

nevrálgico para que possamos, mais do que nunca, enfrentar essas questões. Dizem que na iminência da morte se compreende o sentido da vida, que em meio ao caos é possível estabelecer ordem.

Aqui, no Nordeste, há certa tradição musical chamada “baião de viola”, cantoria ou repente, em que dois músicos geralmente se enfrentam em desafios ou cantam músicas que retratam aspectos da vida e da região. Dentre as músicas, “Infância, mocidade e velhice”, facilmente encontrada no *YouTube*<sup>40</sup>, nos alerta para as questões anteriormente defendidas.

É incomum fazer referência a uma música popular nordestina num trabalho acadêmico. Essa provocação é intencional. Isso porque apenas teorizar sobre fatos nem sempre é suficiente: é preciso que, decolonialmente, tornemos nossas pesquisas acessíveis às pessoas, às suas realidades, sem perder o rigor acadêmico, mas, também, sem nos deixar por ele engessar. É um desafio, e é por isso que, como ascedianos que somos, o aceitamos e nele nos empreendemos. Falar de envelhecimento não pode ser reduzido a uma discussão identitária, ou seja, pautada no lugar de fala do igual para o semelhante.

Pelo contrário: é preciso que seja um tema amplo, discutido nas diferenças e a partir delas, processo através do qual, como possibilidade, podemos construir e consolidar uma possibilidade e alternativa de projetos de vivência pelos quais envelhecer não seja uma sentença de morte, de perda de participação na vida social, mas uma das muitas etapas que a vida tem e que precisa ser vivida em sua plenitude. É nesse sentido que Goldenberg (2011, p. 83) fala de certa positividade nesse processo, sendo que, nas palavras dela, “penso em homens e mulheres que nunca foram e nunca serão controlados pelas normas sociais. São estes indivíduos que se reinventam permanentemente, que podem nos ensinar sobre a “bela velhice”. É essa a chamada “bela velhice” para a autora.

<sup>40</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u1ruHFKCC4U>. Acesso em: 9 fev. 2022.

## CAPÍTULO 3: METODOLOGIA E CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo tratamos dos aspectos metodológicos deste trabalho. Trazemos uma consideração sobre aspectos conceituais inerentes à definição de método e metodologia, mobilizando um direcionamento para a formulação operacionalizada na ASCD a partir dos ECD. Apresentamos, também, as categorias linguísticas e sociodiscursivas, bem como a caracterização da pesquisa, passando pela seleção do *corpus*.

### 3.1 Algumas colocações sobre método e metodologia(s)

A metodologia é aspecto importante para um campo do saber, visto que estabelece os percursos, etapas e procedimentos necessários à realização de uma pesquisa. Dentre os diversos motivos, principalmente porque é ela que permite fazermos a distinção entre uma ciência e uma não-ciência – ou pseudociência (PRODANOV; FREITAS, 2013), na medida em que são estabelecidos os parâmetros que permitem a realização e validação e conferem credibilidade a um estudo dentro de um campo do saber. Assim,

A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Conforme dissemos na subseção “Da ACD para os ECD: justificativas teóricas para operarmos a partir da atualização da nomenclatura”, a mudança na nomenclatura para ECD proposta por Van Dijk (2008) e aceita por nós expande a noção para além de uma teoria e um método para a investigação nas ciências sociais. Assim, preferimos considerar em nossa pesquisa os caminhos de análise propostos por Pedrosa (2013) e o quadro de estágios de pesquisa proposto por Cunha (2021), vendo nosso trabalho como situado nos ECD, desenvolvido a partir da ASCD, aquele tido como um campo de entremeios.

Desse modo é que, para nós, a metodologia não é uma etapa apenas da realização do trabalho, mas sim parte dele. Isso porque, assim como na língua, os diversos aspectos da vida social acontecem e funcionam simultaneamente, princípio esse que se aplica similarmente à pesquisa científica (CUNHA, 2021). Isso significa dizer que a separação entre metodologia, teoria e análise existe somente por um critério acadêmico, sendo que, de fato, na construção do

estudo, a teoria e a análise possuem um movimento de retroalimentação, estando a metodologia em constante diálogo com o processo de análise, além de ser um escopo: um conjunto de direcionamentos aos quais recorreremos para realizar o trabalho.

Outro ponto importante é que desenvolvemos uma abordagem multimetodológica, visto que “os métodos dos ECD se concentram de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como no modo como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social” (VAN DIJK, 2018, p. 12). Segundo Pardo (2014, p. 280), a terminologia pode ser “multimetodológica” justamente pelos sentidos correntes atribuídos aos vocábulos que dão origem ao termo: *multi*, de vários, diversos, haja vista a pesquisa em ECD não ser pura e simplesmente interpretativista ou qualitativa, ou ainda etnográfica. O estudioso do campo pode fazer – e faz – diálogos entre quaisquer possibilidades de pesquisa, de acordo com a sua adequação e relevância ao trabalho que realiza. Esse foi um dos aspectos caros na atualização para ECD e também é um modo que temos levado em consideração nas pesquisas em ASCD. Desse modo, não há uma, mas sim diversas metodologias, e elas podem ser mobilizadas a depender das demandas apresentadas pelo próprio trabalho.

### **3.2 Caracterização da pesquisa à luz da ASCD**

Considerando que a ASCD é uma corrente desenvolvida a partir da ACD, que, por sua vez, está situada no campo dos ECD e que tem como proposta metodológica ser transdisciplinar (CUNHA, 2021), a metodologia por nós adotada é do tipo qualitativa-interpretativista, conforme apontado por Pardo (2015). Essa autora latino-americana defende que o pesquisador deve assumir uma postura de observação do mundo não em sentido metafísico ou contemplativo, pelo contrário: observar as interações entre os eventos, as práticas e as estruturas sociais fornece-nos uma compreensão mais ampla dos problemas daquela natureza, bem como pode fornecer formas de intervenção para a redução das injustiças e desigualdades sociais.

É esse modo de operar que nos permite “considerar os sujeitos localizados histórica e socialmente e sua rede de práticas à medida em que elas representam ações políticas com repercussões para a vida social” (SANTOS, 2017, p. 84). Conforme temos defendido, esses fundamentos fazem parte do caráter político inerente aos ECD, seja por princípio, seja por uma motivação teórico-epistemológica, nos distanciando, assim, de perspectivas científicas que se pretendem neutras. Para nós,

Romper com a pesquisa dita neutra é uma necessidade da própria linguística quanto uma ciência social. Concordamos com Rajagopalan (2003) e asseguramos que é um dever da ciência que estuda o maior bem social – a linguagem entender e propor melhorias para as condições de vida da sociedade, especialmente para os setores menos favorecidos e desprestigiados. (CUNHA 2021, p. 40).

Desse modo, preferencialmente, operamos com metodologias qualitativas, sem descartar o viés quantitativo quando este é pertinente ao objeto de estudo. Assim sendo, os métodos são constituídos a partir dos procedimentos e técnicas de pesquisa que são utilizados na análise do objeto de investigação científica. A metodologia é, por seu turno, a forma de encarar uma investigação desde seu início até o final e pode incluir “diversos métodos” para analisar um objeto de estudo (PARDO, 2015, p. 272-273). Consideramos, também, o aspecto interpretativista a partir dos seis postulados formulados por Cunha (2021, p. 58), numa síntese das leituras feitas por ele a partir de autores como Prodanov e Freitas (2013), Flick (2007), Martins e Resende (2017), assim os passos são: 1) preza pela qualidade e não pela quantidade de dados; 2) discute um contexto social específico; 3) pesquisa de base fenomenológica, subjetivista e interativa; 4) trabalha costumeiramente com o caráter indutivo de hipóteses; 5) pesquisa de base aplicada; 6) multiplicidade de métodos. Ainda, nas pesquisas em ASCD, também

[...] aceitamos a metodologia descritiva/interpretativa assumida pela ACD (C. MAGALHÃES, 2001);  
 aceitamos que a ACD faz referência à metodologia e a Teoria Crítica do Discurso (TCD), à teoria (I. MAGALHÃES, 2004);  
 fazemos uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO);  
 aceitamos o discurso como um momento da prática social (FAIRCLOUGH, 2006) (PEDROSA, 2012 a, p. 3).

Os caminhos que temos percorrido são diversos, porém em ASCD temos alguns aspectos que norteiam metodologicamente nossas pesquisas, conforme defendido por Pedrosa (2012, 2013, 2018), Cunha (2021) e Brito (et al., 2021). Por esse viés é que a ASCD propõe ao investigador, nas etapas que constituem as escolhas do objeto, a formulação de questões, a definição de *corpus*, as análises e os resultados alcançados, os quais correspondem às etapas do quadro que segue.

### Quadro 3 - Caminhos de pesquisa em ASCD

1) definir seu objeto de estudo;
2) traçar objetivos de análise;
3) identificar as áreas de interfaces que atendem aos objetivos;
4) selecionar as categorias de cada área interfática que alcancem os objetivos propostos;
5) articular a discursividade à sua materialidade textual;
6) estabelecer o diálogo entre as categorias de cada área definida e sua materialidade como pressuposto para os resultados analíticos a serem demonstrados;
7) identificar os sentidos sociais representados e construídos no discurso;
8) relacionar os sentidos identificados às questões sociais situadas/contextualizadas.

Fonte: Formulado pelo autor a partir de Pedrosa (2013).

Esses passos de pesquisa formulados por Pedrosa (2013) recentemente foram atualizados por Cunha (2021, p. 51-53), que em sua tese propõe um novo quadro metodológico intitulado “Etapas de Decisão” sobre as Propostas de Trabalho em ACD, apresentado em quatro passos, os quais abordamos da seguinte forma:

### Quadro 4 - Etapas da pesquisa

<p>1º Passo: Produzir reflexões preliminares</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Decidir sobre a escolha de realizar uma pesquisa crítica;</li> <li>b) Estabelecer um problema social a ser estudado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão;</li> <li>c) Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo;</li> <li>d) Formular hipóteses e inquietações;</li> <li>e) Projetar objetivos de pesquisa.</li> </ul>
<p>2º Passo: Pré-análise</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Definir estratégias;</li> <li>b) Reconhecer interfaces transdisciplinares;</li> <li>c) Eleger categorias analíticas;</li> </ul>
<p>3º Passo: Análise</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Identificar os sentidos às questões sociais;</li> <li>b) Vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas;</li> <li>c) Promover diálogos.</li> </ul>
<p>4º Passo: Pós-análise</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Reflexão final sobre o trabalho.</li> </ul>

Fonte: Esse quadro é uma versão resumida do apresentado por Cunha (2021, p. 51-53).

Conforme dissemos ao longo deste texto, a pluralidade de caminhos percorridos pelo analista crítico coloca-o ante um lugar sempre transdisciplinar de constante atualização, de leituras novas, de métodos complementares que possam atender aos seus interesses de pesquisa,

orientados, sempre, por uma metodologia que permita um movimento dialético na análise discursiva a partir da materialidade linguística – face aos modos de produção, veiculação e consumo das semioses.

### 3.3 Justificativa, motivação e questões de pesquisa

As motivações que nos levaram às questões de pesquisa que fundamentam este trabalho surgiram a partir da nossa inquietação diante de fatos aparentemente distintos, mas correlatos. O primeiro deles reside na operacionalização – ainda presente – do conceito de pandemia para se referir à Covid-19, quando, alinhados a Ghiraldelli Jr. (2020), adotamos a noção de sindemia. Isso porque a compreensão da doença como pandemia implica uma questão clínica, médica, quando se tem observado a presença do componente biopolítico que faz, por sua vez, ela ser uma patologia biopolítica, e, assim, o enfrentamento da questão seria mais coerente se levado em conta esse fator. Com essa escolha não descartamos o aspecto clínico da doença, mas sim chamamos atenção para que o enfrentamento dela deve se dar de maneira biopolítica, uma vez que é esse seu funcionamento constitutivo da forma como ela mata desigualmente (GHIRALDELLI JR., 2020, 2021).

Ora, uma vez tendo assumido que a doença afeta e mata de forma desigual, conforme identificado desde a declaração de início da pandemia, pela OMS, em 11 de março de 2020, constatamos, a partir das notícias<sup>41</sup> de jornais e outras fontes de informação, que o maior número de mortes era de velhos e que isso era tido como algo positivo para muitos. Daí surgiu nossa indignação diante da contradição que nos levou à formulação da seguinte pergunta: se aos velhos são assegurados direitos estabelecidos em leis, como se havia naturalizado e até se passou a tratar a morte deles como revestida de positividade? Notamos, então, a presença do componente linguístico na naturalização e legitimação dos discursos velhofóbicos, acrescido de violações de direitos humanos previstos em lei, especificamente no Estatuto do Idoso (EI). Esse percurso conduziu-nos à formulação das seguintes questões de pesquisa:

1. Quais representações sociais são constituídas discursivamente sobre a velhice e o envelhecimento no contexto sindêmico brasileiro e como elas alocavam o velho no não-lugar social?

<sup>41</sup> Veja-se em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> a matéria intitulada “Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo”, escrita por Juliana Gragnani, da BBC News Brasil em Londres, publicada em 12 de julho de 2020, acessada em 4 jan. 2021, e “Pandemia de COVID-19 causa pobreza sem precedentes na América Latina”, de Paula Bravo Medina, da CNN, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/pandemia-de-COVID-19-causa-pobreza-sem-precedentes-na-america-latina/>, publicada em 5 de março de 2021, acessada em 3 jan. 2022.

2. Quais são as escolhas léxico-gramaticais utilizadas nos discursos dos sujeitos agentes para avaliar o papel do velho e como eles operam no endosso da velhofobia?

3. Quais formas de desrespeito e violação aos Direitos Humanos e ao Estatuto do Idoso estão presentes nos discursos analisados?

4. Quais os subsistemas da Avaliatividade mais utilizados discursivamente: Atitude, Gradação ou Engajamento?

5. Quais contribuições esta pesquisa, criticamente, pode fornecer em relação à problemática pesquisada?

### **3.4 Objetivos da pesquisa**

A partir da definição das questões de pesquisa, passamos aos objetivos, levando sempre em consideração o nosso papel de críticos e a tripartite operacionalizada nos ECD: linguagem, discurso e sociedade. Os objetivos seguem abaixo.

#### *3.4.1 Objetivo geral*

- Discutir, com base nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), as representações sobre o velho e o envelhecimento durante a pandemia da Covid-19, a partir de recortes de discursos de atores sociais bolsonaristas.

#### *3.4.2 Objetivos específicos*

- Demonstrar, discursivamente, como os discursos bolsonaristas legitimam e naturalizam a velhofobia;
- Problematizar as avaliações negativas sobre a velhice e o envelhecimento à luz do Sistema de Avaliatividade;
- Abordar ocorrências de violações de direitos dos velhos nos discursos analisados;
- Mostrar como a avaliação por julgamento predomina nas avaliações dos discursos analisados;
- Contribuir, a partir da ASCD, com a luta pelos direitos dos velhos – na sua emancipação, realização e reconhecimento.

### 3.5 *Corpus*: da seleção/geração à definição de temáticas para análise

O *corpus* da pesquisa é constituído de 22 recortes de publicações retiradas de diferentes plataformas de conteúdo, mas todas em ambiente online. Apresentamos, a seguir, as razões e os critérios de escolha.

Ele é diversificado, sendo constituído de notícias retiradas de jornais online no período de 12 de março de 2020, quando do início da pandemia, até 1º de outubro daquele ano, pela simbologia do Dia Internacional e Nacional do Idoso; de recortes de *lives* transmitidas pelo Presidente em seu canal no *YouTube*; de partes de entrevista por ele concedida ao jornalista Luís Datena (TV Bandeirantes); de postagem do Instagram Oficial do Governo Federal e do Facebook do Presidente; de uma declaração da Superintendente Solange Vieira (Superintendência de Seguros Privados); do trecho, também, de uma entrevista do Presidente ao apresentador Carlos Massa – mais conhecido como Ratinho (SBT); do trecho de uma Nota emitida pelo Ministério da Saúde e da Fala de empresários veiculadas em canais do *YouTube*. Como materiais de apoio, tomaremos como base a carta de Flávio Migliaccio e o vídeo com o depoimento de Lima Duarte. Tais materiais irão constituir terreno secundário para que possamos corroborar as análises feitas a partir do *corpus* específico, no sentido de que eles acentuam o aspecto da gradação acerca da negatividade, do ônus e da invisibilidade atribuídos ao velho.

No tocante à seleção dos discursos, iniciamos com a busca pelas palavras/expressões lexicais “preconceito contra idosos”, “velhos+Covid-19+preconceito” e “velhos+discursos+bolsonarista”. A partir desse primeiro mapeamento, tivemos acesso a uma gama de textos, notícias e vídeos, os quais submetemos a uma segunda triagem buscando identificar quais deles eram de pessoas que se caracterizam por discursos bolsonaristas, com representatividade social ou midiática, ou de pessoas ligadas ao Governo. Isso porque, numa democracia como a nossa, a postura do Governo Federal confere mote e endosso a uma série de representações sobre determinados aspectos ou sujeitos, e, no caso dos velhos, como o Presidente publicamente adota essa postura, seria coerente mapear discursos de outros atores sociais alinhados a ele enquanto Chefe do Executivo.

Esse é, aliás, um dos aspectos centrais levados em consideração na delimitação do *corpus* porque a maioria das falas analisadas é do próprio Presidente, dado que, segundo pensamos, a postura dele, como gestor, tem conferido a naturalização da pandemia como determinista. Ou seja, sem que possa ser feito algo para freá-la, acrescido dos ataques às recomendações da OMS e, especificamente, de endosso e veiculação da velhofobia, seja nas

suas falas, na invisibilidade que confere ao velho, no culto à jovialidade, imbuindo, assim, o envelhecimento atrelado à negatividade e, por fim, a omissão deliberada do Estado na seguridade dos direitos dos velhos previstos no EI. Desse modo é que as falas dos outros atores sociais aparecem como suporte e apoio à postura velhofóbica expressa nos discursos dele, sendo o aspecto econômico decisivo nesse cenário.

Desse mapeamento, passamos à definição das categorias sociodiscursivas nas suas interfaces com as temáticas que pretendíamos analisar, observando, assim, a presença delas em tais discursos mediante os diálogos teóricos que buscávamos estabelecer. Fato é que, nesse processo, o aporte teórico acionado precisou ser reformulado, uma vez que o *corpus* assim exigia. Do mesmo modo, considerando que a velhofobia é uma postura, um modo de representar o velho nas práticas sociais através do discurso (GOLDENBERG, 2020), ficou mais evidente a escolha pelo Sistema da Avaliatividade, visto ele mobilizar mais enfaticamente o aspecto interpessoal, ou seja, da interação entre sujeitos.

Como parte da inquietação inerente à ASCD, em termos de atualização metodológica, acionamos, também, a obra *Netnografia: realizando pesquisa netnográfica online* (2014), de Robert V. Kozinets, justamente por considerarmos as limitações metodológicas impostas pela análise qualitativa, a qual não dá a devida sustentação às pesquisas realizadas a partir de *corpus* online. A escolha do suporte online teve, assim, como critério o aspecto da acessibilidade, considerando as perspectivas que tratam de letramento digital, as desigualdades econômicas e que limitam o acesso à informação às pessoas menos favorecidas e também o fato de que, sendo online e o conteúdo selecionado em sua maioria de acesso gratuito, torna-se assim facilitado o acesso de outras pessoas ao *corpus* da pesquisa. Essa possibilidade de mais pessoas terem, a qualquer tempo, acesso ao *corpus* pode ser decisiva e auxiliar, segundo pensamos, na realização de outros trabalhos, sejam eles nossos ou não.

### 3.5.1 Contextualização das escolhas do corpus

A seguir, contextualizamos os fundamentos gerais sobre os quais escolhemos o *corpus*:

1. Conforme defendido publicamente por Datena, ele foi um dos primeiros a “dar voz” a Bolsonaro quando ainda não era candidato, o que sugere certa proximidade entre ambos, nos permitindo considerar que, dada essa proximidade, o Presidente se sentisse ou estivesse mais à vontade em falar com esse apresentador – ele que, nas palavras do próprio Presidente, não fazia parte da chamada “mídia lixo”;

2. Consideramos também o fato de que a Rede Bandeirantes, quando da exibição do extinto Programa Pânico na Band, ajudou a construir certa imagem cômica do Presidente, na criação de quadros nos quais ele era entrevistado e, também, de um personagem caricato dele, nomeadamente “Bolsonabo”. Esse fato, segundo acreditamos, ajudou a tornar “palatáveis” a figura e o modo de ser e pensar bolsonaristas;
3. Durante as entrevistas, seja para Datena ou para Ratinho, o Presidente desenvolve argumentos no sentido de endossar o uso da cloroquina, aborda a questão das comorbidades e atribui o papel ao cuidado dos velhos por parte das famílias, ao mesmo tempo que faz veemente defesa no sentido da naturalização da pandemia e na busca de retomada da normalidade, sobressaindo, discursivamente, o aspecto econômico em relação à vida;
4. A entrevista (a Datena) foi dada pouco tempo antes da saída do, à época, Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta devido às divergências dele em relação às falas de Bolsonaro no combate à pandemia, e, mesmo depois da posse de Nelson Teich como novo Ministro da pasta (em 17/04/2020) e de Eduardo Pazuello (em 16 de setembro de 2020, após ele ficar quatro meses como interino na pasta), os sentidos e representações se mantiveram;
5. As entrevistas sintetizam o que pensamos ser o núcleo duro da política adotada pelo Governo Federal (na pessoa pública do Presidente) no combate à pandemia, de modo que as palavras dele são indissociáveis das outras falas durante a pandemia (no cercadinho, nas *lives* em plataformas virtuais etc.);
6. Como o Presidente sempre faz uma *live* semanalmente, transmitida na rede social Facebook e em seu canal no YouTube, às 19h das quintas-feiras, consideramos a *live* do dia 1º de outubro pelo simbolismo do Dia do Idoso, que seria a data final de recorte do *corpus* (de 11 de março, início da pandemia, a 1º de outubro), porém na *live* em questão as palavras “idoso” e “velho” não foram sequer mencionadas, o que nos ajuda a reforçar a invisibilidade ao velho conferida pelo Governo atual, reforçando, assim, a invisibilidade quanto a essa minoria;
7. A declaração atribuída a uma integrante do setor de seguros privados, juntamente com os discursos dos empresários, apoia a ênfase que foi dada ao aspecto econômico em detrimento da vida e da seguridade do velho, que é prevista por lei;

8. As postagens nas páginas do Governo alinham-se às falas do Presidente e dão o mote do senso comum ou saber perito sobre a velhofobia institucionalizada como Política de Estado no Governo atual;
9. A carta de Migliaccio e o vídeo-depoimento de Lima Duarte endossam o horror do aspecto da dependência e da invisibilidade historicamente naturalizadas no imaginário sobre a velhice e o envelhecimento, aspecto urgente a respeito do qual refletiremos.
10. Juntamente com as manchetes e notícias que selecionamos, acreditamos ser relevante a problematização, a partir dos ECD, sobre o chamado “bolsonarismo” como um movimento político anti-humano cuja estrutura se dá discursivamente.

### 3.5.2 Representação codificada do corpus

A seguir, trazemos a representação do *corpus* num quadro, a partir do qual codificamos os discursos recortados de maneira a melhor procedermos nas análises. Assim, temos:

**Quadro 5 - Esquematização do corpus**

<b>ATOR SOCIAL</b>	<b>SUPOORTE</b>	<b>DATA</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Facebook	12/03/2020	FP-Face-frag01-12/03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Notícia em Jornal Online	16/03/2020	FP-Jorn01-frag03-16/03/2020
Solange Vieira <b>Cargo:</b> Secretaria de Seguros Privados	Notícia em Jornal Online	17/03/2020	FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Live no <i>YouTube</i>	19/03/2020	FP-Yout01-frag04-19/03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Entrevista Ratinho	20/03/2020	FP-Ent01-frag05-20/03/2020; FP-Ent01-frag06-20/03/2020; FP-Ent01-frag07-20/03/2020; FP-Ent01-frag08-20/03/2020
Junior Durski <b>Cargo:</b> Empresário	Canal no <i>YouTube</i>	23/03/2020	FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020; FE-JD-Yout02-frag10-23/03/2020
Roberto Justus <b>Cargo:</b> Empresário e apresentador	Canal no <i>YouTube</i>	23/03/2020	FE-RJ-Yout03-frag11-23/03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Pronunciamento	24//03/2020	FP-Pron-frag12- 24//03/2020; FP-Pron-frag13- 24//03/2020; FP-Pron-frag14- 24//03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Canal no <i>YouTube</i>	25/03/2020	FP-Yout04-frag15-25/03/2020; FP-Yout04-frag16-25/03/2020;

			FP-Yout04-frag17-25/03/2020; FP-Yout04-frag18-25/03/2020
Governo Federal <b>Cargo:</b> União	Instagram	25/03/2020	FG-Insta-frag19-25/03/2020; FG-Insta-frag20-25/03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Canal no <i>YouTube</i>	26/03/2021	FP-Yout05-frag21-26/03/2021; FP-Yout05-frag22-26/03/2021; FP-Yout05-frag23-26/03/2021
Osmar Terra <b>Cargo:</b> Deputado Federal e ex-Ministro da Casa Civil	Notícia em Jornal Online	28/03/2020	FD-OT-frag24-28/03/2020; FD-OT-frag25-28/03/2020; FD-OT-frag26-28/03/2020; FD-OT-Frag27-28/03/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Notícia em Jornal Online	08/04/2020	FP-Jorn02-frag28-08/04/2020; FP-Jorn02-frag29-08/04/2020;
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Entrevista a Datena	08/04/2020	FP-Ent02-frag30-08/04/2020; FP-Ent02-frag31-08/04/2020; FP-Ent02-frag32-08/04/2020; FP-Ent02-frag33-08/04/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Notícia em Jornal Online	20/04/2020	FP-Jorn03-frag34-20/04/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Notícia em Jornal Online	28/04/2020	FP-Jorn04-frag35-28/04/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Notícia em Jornal Online	07/07/2020	FP-Jorn05-frag36-07/07/2020
Jair Messias Bolsonaro <b>Cargo:</b> Presidente	Notícia em Jornal Online	16/07/2020	FP-Jorn06-frag37-16/07/2020
Ministério da Saúde <b>Cargo:</b> Órgão da União	Nota Oficial	01/10/2020	FM-NO-frag38-01/10/2020

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

A partir desse quadro, destacamos que:

- ❖ a ordem numérica da notícia, do canal no *YouTube* ou da entrevista segue-se à mesma em que eles aparecem no *corpus*;
- ❖ quanto às pessoas, a abreviação é feita a partir da sigla formada com as iniciais do primeiro e do último nomes;
- ❖ “Frag” é utilizado como abreviação de fragmento;
- ❖ “Jorn” é usado como abreviação para jornal, referindo-se, sempre, a notícias veiculadas em ambiente online;
- ❖ “NO” é usado como abreviação de Nota Oficial;
- ❖ “Presidente” se refere ao Presidente da República, numa maneira de marcarmos que a posição deste trabalho não consiste em atacar a pessoa dele, mas sim considerar o seu papel enquanto agente discursivo bolsonarista, chefe político e gestor público à frente do cargo máximo do Poder Executivo brasileiro. Apesar

desse esforço, reconhecemos, contudo, o fato de que algumas inserções escapem a esse objetivo, haja vista a nem sempre possível separação entre a atuação do sujeito discursivo e a do empírico neste caso.

❖ “Yout” é usado como abreviação de *YouTube*.

### 3.5.3 *Categorias de seleção do corpus e apresentação das temáticas*

A divisão do *corpus* foi feita a partir de macrotemáticas, de acordo com a temática principal das notícias, a saber: Economia (questão previdenciária, mercado de trabalho, capital); Vida (família, papel do Estado, direitos humanos) e Violência (preconceito, necropolítica, biopoder, aspecto constitucional), tendo como fio condutor o Sistema de Avaliatividade, cujas intersecções nos ajudaram no empreendimento de responder às questões de pesquisa e atender aos objetivos definidos para este estudo.

As macrotemáticas Economia, Vida e Violência são analisadas a partir da base teórica da Necropolítica (MBEMBE, 2020), dos Direitos Humanos (MOREIRA; GOMES, 2012), da LR (HONNETH, 2003), da CF e do EI (CÉSPEDES; ROCHA, 2020). As categorias linguísticas do Sistema de Avaliatividade, nos seus subsistemas, são embasadas na GSF, especificamente na LSF, a partir de Vian Júnior (2010), Gouveia (2009), entre outros autores que trabalham a partir dessa teoria. As categorias sociodiscursivas são poder (que se exerce sobre as diversas dimensões da vida social), afeto (no tocante ao maior ou menor cuidado com alguém, em nível de sentimento, seja negativo ou positivo), capital (enquanto relação homem-trabalho), direito (mediante seu caráter normativo e decisório sobre os corpos e as subjetividades) e morte (seja como processo biológico, seja como produto de relações desiguais). Abaixo apresentamos o quadro da divisão das temáticas.

**Quadro 6 – Representação das Temáticas da Pesquisa**

<b>Macrorregião</b>	<b>Microrregião</b>	<b>Fundamentação Teórica</b>
Economia	Questão Previdenciária, Mercado de Trabalho, Capital	LSF (Sistema de Avaliatividade – aspectos da Gradação, Atitude e Engajamento); ECD (ASCD – Luta Por Reconhecimento [esfera do direito]; ACD); Filosofia Social (corpo, subjetividade, ideologia, poder); Teoria e História Econômica, Geral e do Brasil (aspectos do capitalismo, geopolítica, relações poder-saber, vida social).
Vida	Família, Papel do Estado, Direitos Humanos	
Violência	Preconceito, Necropolítica, Biopoder, Aspecto Constitucional	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

### 3.6 A ACD e a Linguística Sistêmico-Funcional

Já explicitamos anteriormente, no primeiro capítulo, na subseção “Da ACD para os ECD: uma atualização ‘necessária’”, em que sentido os ECD possuem caráter transdisciplinar. Passemos agora à consideração de que, em nível linguístico, as análises feitas neste trabalho percorrem do nível social ao discursivo ou vice-versa, na medida em que não nos limitamos apenas à análise do texto propriamente dito – muito embora esta consista em uma etapa metodológica inerente à análise –, mas preconizamos, especialmente, o exame das relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais e entre o discurso e os recursos semióticos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, p. 2).

Desse modo, ele não é meramente interpretativo, dado que tratamos as semioses como constitutivas de relações assimétricas de poder, hegemonia, dominação. A afirmação de que a linguagem é uma semiótica tem a ver com o fato de ela não ser nem apenas estrutura (sistema) ou tão somente uma materialidade (no nível da sua representação gráfica, grosso modo), devendo, assim, um estudo da língua ser orientado pela questão do social, aspecto decisivo para as pesquisas desenvolvidas em ASCD (PEDROSA, 2012, 2013; CUNHA, 2021).

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), formulada por Michael Alexander Kirkwood Halliday (1925-2018) ainda nos anos 70, centraliza-se nas suas inquietações acerca da natureza da língua (SANTOS, 2014). Vale dizer que, embora essas preocupações, conforme dissemos, historicamente sejam antigas, os modos de considerá-la e os elementos mobilizados na compreensão foram distintos. Nesse ponto, Gouveia (2009, p. 15) defende que Halliday, debruçando-se sobre a linguagem, inovou nas proposições, categorias e noções à medida que continuou a tradição do antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942) e de Karl Bühler (1879-1963).

Para esses últimos, a linguagem está acima dos sistemas linguísticos e dos falantes, desempenhando funções que servem como suporte que é utilizado para aumentar as possibilidades de usos, servindo de complemento a outras capacidades humanas (GOUVEIA, 2009, p. 15). Assim é que a LSF “trata-se de uma teoria de descrição gramatical, uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso” (GOUVEIA, 2009, p. 15).

Por esse viés, as realizações linguísticas são tidas como semioses, as quais são analisadas a partir do aspecto discursivo e também do linguístico. E é justamente para proceder à análise linguística que recorreremos à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday

(CUNHA, 2021), em sentido amplo, e, mais especificamente, à Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), no que diz respeito às metafunções (no seu aspecto interpessoal) através dos subsistemas da Avaliatividade nas ocorrências de suas subdivisões, ou seja, atitude, engajamento e gradação. No que concerne à LSF,

[...] a teoria busca entender a língua tanto na sua realidade externa – como um sistema que refrata as demandas da ação social humana, respondendo a elas pelos ajustes sistêmicos paulatinos necessários para a viabilização dos processos de significação pretendidos pelos atores sociais – quanto na sua realidade interna – buscando examinar a estruturação linguística em termos de seu caráter estratificado, de sua organização metafuncional, de sua estruturação paradigmática e sintagmática e da sua configuração em termos da escala de instanciação. (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, p. 6).

Dentro dessa teoria, o uso linguístico é ancorado a partir das metafunções, que corresponderiam, a seu tempo, à possibilidade de compreensão do funcionamento da língua, que se dá através das escolhas que fazemos nos diversos contextos de uso. A partir de tal teoria, a língua é tida como um lugar no qual o funcionamento de todos os seus níveis (léxico, semântico, sintático) dá-se ao mesmo tempo. A terminologia metafunções se deve “por um lado, por ser tido em consideração o seu caráter geral e o seu pendor abstracto, por oposição às funções que as unidades dos sistemas linguísticos particulares realizam em estruturas particulares, e, por outro, porque a funcionalidade é intrínseca à linguagem” (GOUVEIA, 2009, p. 17).

Desse postulado, resulta que os textos são vistos como semioses. Isso porque, para essa teoria, a noção de texto é compreendida como qualquer instância linguística capaz de produzir significados naqueles que compartilham determinada língua. O texto é, por si, a materialização de um intento comunicativo único, situado em determinada atividade comunicativa, o que envolve o aspecto intersubjetivo. Sendo o texto lugar de constituição de discursos, a identificação de recursos e estratégias linguísticas que nele operam é um ponto crucial para que procedamos a uma crítica discursiva e social. Mais uma vez, daí sobressai o caráter não meramente interpretativista da ASCD: por não ser interpretativa, ela faz uso da LSF para atender ao aspecto linguístico do texto que nos remete ao discursivo e ao social que queremos priorizar. Assim é que ela

[...] é sistêmico-funcional porque concebe a língua como uma rede de sistemas interligados que o falante faz uso (base funcional) para produzir significados (base semântica) em situações de comunicação. Nessa perspectiva, a língua deixa de ser um mero sistema regulado por regras e passa a ser estudada de

um ponto de vista sócio-semiótico, considerando-a como um sistema de produção de significados. (SANTOS, 2014, p. 166).

Nesse âmbito, em nossas análises, interessam-nos a identificação, a compreensão e a exposição de quais escolhas linguísticas foram feitas em um determinado contexto de comunicação e como essas escolhas produzem significados, visto que o significado é produzido a partir dos diferentes contextos de uso. Assim sendo, a gramática é funcional no sentido de que busca dar conta de como a linguagem é usada (SANTOS, 2014, p. 166), não à toa considerar o sentido de que, por exemplo, uma escolha linguística é utilizada e ocorre num discurso, permitindo uma compreensão maior do que uma mera descrição morfológica da tipologia do referido termo. A avaliação que é feita sobre os velhos não aparece porque esse é um aspecto do nosso trabalho e queríamos estudá-lo, mas sim porque linguisticamente essa presença é evidenciada.

### 3.6.1 *Categorias linguísticas mobilizadas*

Trazemos, a seguir, um quadro formulado a partir de Gouveia (2009), no qual são apresentadas as categorias linguísticas, a partir da LSF, que serão utilizadas nas análises, visto que, para nós, operar a partir da ADTO é um aspecto basilar. Nesse sentido, as questões que aparecem ajudam a situar o processo de análise a partir da Avaliatividade.

**Quadro 7 – Categorias linguísticas**

<b>LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: SISTEMA DE AVALIATIVIDADE</b>		
Idea geral desse subsistema: identificar quais as avaliações, negociações e representações de afeto que se manifestam num discurso.		
QUESTÕES IMPORTANTES: 1. O que é avaliado?; 2. Quem é avaliado?; 3. Como é avaliado?		
Outras questões importantes a nível de sujeito: Para quem é avaliado? Quais as implicações dessa avaliação? Por que é avaliado? (o contexto de cultura influencia)		
Categorias de espaço e tempo: onde e quando e o lugar enunciativo		
<b>SUBSISTEMAS MOBILIZADOS</b>		
<b>ATITUDE</b>	<b>GRADAÇÃO</b>	<b>ENGAJAMENTO</b>
Enfoca nossos sentimentos, incluindo reações emocionais	Propriedade da linguagem em dimensionar os efeitos	Diz respeito às negociações e ao envolvimento estabelecidos por via da linguagem

Fonte: Quadro formulado a partir de Gouveia (2009).

Tendo esses elementos postos, assentados no pressuposto da ADTO, as nossas análises buscam mapear e situar o Brasil sindêmico em seus aspectos sociais e políticos, o que, mais uma vez, evidencia a relevância desta pesquisa. Acreditamos que as temáticas selecionadas para

análise e a maneira como fizemos a divisão podem apresentar certas divergências conceituais entre si, a uma primeira vista, mas, no processo de análise, ressaltamos a relevância e pertinência dessas escolhas justificando os aspectos teórico-metodológicos envolvidos nas subdivisões que fizemos. Isso, cremos, alinhados a Goldenberg (2020), serve para demonstrar que o *modus operandi* é velado, diluído e desinibido da velhofobia em nossas práticas.

## **CAPÍTULO 4: UM OLHAR SINDÊMICO TRANSDICCIPLINAR SOBRE A VELHOFOBIA A PARTIR DA ASCD**

Neste capítulo, consideramos a articulação entre as categorias sociodiscursivas definidas na macro e subtemáticas e o arcabouço teórico mobilizado (Necropolítica, Velhofobia, Biopoder etc.), tendo na Linguística Sistêmico-Funcional subsídio para as análises linguísticas a partir do Subsistema de Avaliatividade, na perspectiva macro, e seus subsistemas: Atitude, Gradação e Engajamento, a partir de referencial específico dessa teoria, mobilizados pelo viés transdisciplinar inerente aos ECD.

### **4.1 Apresentação das macro e microrregiões das análises**

Conforme temos defendido, o valor deste trabalho, para além do requisito avaliativo necessário à obtenção de uma titulação, está embasado no aspecto de registro histórico, de memória, resistência e defesa de direitos, a saber: a dignidade da pessoa humana (CF, Art. 1º, § III); a igualdade de tratamento perante a lei; a inviolabilidade do direito à vida (CF, Art. 5º, e Cap. II, Art. 4º, § 1, do Tratado São José da Costa Rica). Assim, este capítulo enfatiza a relevância de pensar a velhofobia a partir do constructo teórico que mobilizamos anteriormente para avançarmos rumo às considerações mais específicas, percorrendo as macrorregiões e as microrregiões discursivas sobre as quais pensamos estar alicerçada a velhofobia no Brasil sindêmico.

A marcação inicial se dá a partir de macrorregiões temáticas, e as subdivisões indicam as microrregiões de sentido às quais pertencem os discursos analisados. Nesse contexto, as análises não seguem um critério cronológico estrito; ao invés disso, a ordenação das análises será por temática. Essa escolha já aciona o nosso ativismo político no sentido de que, assim como a velhofobia se dá nas diversas esferas da vida social, assimetricamente, o trabalho de análise deve se articular pelo viés de apresentarmos como múltiplas esferas e dimensões da velhofobia aparecem nos discursos, ao mesmo tempo demonstrando, assim, o seu funcionamento discursivo nas práticas sociais através da mediação da língua.

As macrorregiões temáticas são as seguintes: Economia, que está subdividida em Questão Previdenciária, Mercado de Trabalho e Capital; Vida, que se subdivide em Família, Papel do Estado e Direitos Humanos, e Violência, que se subdivide em Preconceito (velhofobia), Necropolítica, Biopoder e Aspecto Constitucional. Tal delimitação não foi simples, visto que apenas um desses aspectos já seria mote para um trabalho desta natureza por

inteiro. Porém, fizemos esse percurso – arriscado, diga-se – com vistas a conseguirmos abarcar o maior número de aspectos presentes na constituição da velhofobia nos discursos analisados.

Isso porque, por exemplo, apenas a Necropolítica, como subtema da Violência, não daria conta dessa perspectiva mais ampla. E isso poderia dificultar uma percepção de que a velhofobia funciona articulada com diversas outras dimensões temáticas e que, por isso mesmo, seja às vezes tão difícil percebê-la e captá-la em discursos que, supostamente, nada têm a ver com ela. É o efeito de aparência hegemônica do discurso mascarado, algo a que nos propomos lançar luzes. A hegemonia está no cerne de constituição das linhas abissais (SANTOS, 2010), bem como de formas de exclusão (BAJOIT, 2006).

Nessa perspectiva, para as microrregiões que exigem uma injunção conceitual mais específica, procuramos fazê-lo na medida de tornar acessíveis e claros os pressupostos que legitimam as nossas escolhas teóricas, as quais retroalimentam as análises realizadas. Os exemplos selecionados do *corpus* seguem uma numeração a partir da ordem em que aparecem no texto, ou seja, o critério é acionado pela temática, o que significa, na prática, que um trecho mapeado em outubro de 2020 pode aparecer antes, caso a macrorregião temática assim o mobilize. Seguimos, desse modo, a codificação do *corpus* que estabelecemos na seção “Representação codificada do *corpus*”, no capítulo anterior.

As análises, no âmbito das categorias sociodiscursivas, sustentam-se, linguisticamente, sob o viés da Linguística Sistêmico-Funcional, a partir do Subsistema de Avaliatividade, na perspectiva macro, e seus subsistemas: Atitude, Gradação e Engajamento (VIAN JR., 2010; 2009; GOUVEIA, 2009; FUZER; CABRAL, 2014), entre outros autores, juntamente com o aporte teórico apresentado nos capítulos 1 e 2. Embora esses subsistemas possuam mais subdivisões, iremos nos deter à perspectiva mais ampla, seguindo o objetivo de demonstrar as multiplicidades de sentidos expressos e ocultos nos discursos analisados, ao invés de adentrar um aspecto único e ir aos limites da profundidade.

## **4.2 Economia**

Nesta seção, trataremos dos discursos que têm ênfase no aspecto econômico a partir das subcategorias: Questão Previdenciária, Mercado de Trabalho e Capital. Essa escolha se deve à importância que essa atividade tem, sobretudo, na vida prática das pessoas, e, tendo sido ela uma das atividades mais afetadas pela sindemia, foi também epicentro de discursos diversos, os quais possuíam a velhofobia como fio condutor, fosse de maneira direta ou indireta.

Assim, ao considerarmos o tripé de subcategorias anteriormente mencionadas, nos propomos à análise dessas três frentes no tocante às representações discursivas instauradas

acerca do velho e, por sua vez, constitutivas da invisibilidade atribuída a esses sujeitos, o que afeta a questão do autorrespeito e da valorização da vida, mobilizando, com isso, a LR (HONNETH, 2003) para o cerne dessas reflexões, juntamente com uma compreensão pós-imperialista do capital, entendido como império a partir de Hardt e Negri (2001).

#### 4.2.1 *Questão Previdenciária*

No cenário nacional brasileiro, seja na política ou na mídia, de tempos em tempos, aparecem discussões sobre supostas “crises econômicas” do Estado, as quais justificariam uma postura mais rígida do Governo ante os gastos públicos, sendo, recentemente, por causa da pandemia, quando a questão Previdenciária foi colocada em pauta com veemente ênfase<sup>42</sup>. Fruto dessas apologias, houve, por exemplo, a aprovação e sanção da Reforma da Previdência, que passou a vigorar após publicação da emenda constitucional nº 103<sup>43</sup> no Diário Oficial da União, em 13 de novembro de 2019, a qual modificou os critérios de concessão de novos benefícios para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União<sup>44</sup>.

Na prática, com essa reforma, ocorreu alteração nos requisitos para os segurados terem direito à aposentadoria, com modificação da forma de cálculo, o que resultou no aumento do tempo de trabalho/contribuição. Considerando os efeitos negativos da repercussão da mudança, para não afetar a todos de maneira brusca, o Governo criou regras de transição<sup>45</sup> para aqueles que eram contribuintes e estavam próximo de se aposentar, além de existir a possibilidade de aposentadoria pela lei antiga através do direito adquirido pelo contribuinte até o dia 12 de novembro de 2019, data véspera da publicação da Nova Previdência.

Na prática, essa sutileza dentro da Reforma criou um efeito psicológico de maior aceitação social, o que, juntamente com o amplo apoio midiático, auxiliou na aprovação da

<sup>42</sup> Cf. “**Como o coronavírus deve aprofundar a crise da Previdência brasileira**”, por Cristina Seciuk, em 11/01/2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/coronavirus-previdencia-crise-aprofunda/>, e o artigo “**O déficit do sistema previdenciário brasileiro. análise econômica para o período de 1995-2018**”, de André Cutrim Carvalho, David Ferreira Carvalho e Alana Paula de Araujo Aires, publicado na revista *Espacio Abierto*, v. 28, n. 3, p. 129-172, 2019.

<sup>43</sup> A qual se encontra disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-103-227649622>. Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>44</sup> Ver mais em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/aplicacao-da-emenda-constitucional-no-103-de-2019-aos-rpps>, em cujo endereço consta uma tabela na qual estão “selecionadas e resumidas as condições da aplicabilidade dos dispositivos da EC nº 103 de 2019 aos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme fundamentos da Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME”, nos termos do próprio site.

<sup>45</sup> Cf.: <https://koetzadvocacia.com.br/regras-de-transicao-da-aposentadoria-com-a-reforma/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Reforma referida, a qual foi tratada por alguns como “farsa<sup>46</sup>” justamente pelas razões técnicas, políticas, econômicas e midiáticas envolvidas durante a sua tramitação até ter sido sancionada. Além disso, pela nova Lei, a idade mínima para homens se aposentarem passou a ser de 65 anos, e 62 para mulheres (se trabalhadores urbanos), além de 20 anos como tempo mínimo de contribuição (homens) e 15 (mulheres), acrescidos da idade mencionada anteriormente (MARTINS, 2021).

Com isso, como regra geral, após a Reforma da Previdência, o cálculo base é a idade mínima acrescida do tempo de contribuição, o que, desconsideradas as particularidades dessa Lei, em termos práticos, significou necessidade de mais tempo de trabalho e, conseqüentemente, decréscimo na qualidade e expectativa de vida dos mais velhos, além de uma quase inviabilidade/impossibilidade de se aposentar, daí ter sido reforçada no imaginário popular a expressão “trabalhar até morrer”. Essas formulações têm sua gênese, aparentemente, na pretensão de fomentar que o Estado pode poupar recursos, economizar, para, assim, evitar crises e problemas econômicos dentro da perspectiva neoliberal – ou de um liberalismo tardio (GHIRALDELLI JR., 2019).

É dentro dessa formulação que, por exemplo, se constituíram os sentidos acerca da corrupção na política e da divisão da classe política partidária – ou formal – a partir do viés moral, resultando na classificação entre honestos ou desonestos, o que resulta na querela entre aqueles que roubam e os que não roubam (GHIRALDELLI JR., 2019). Dessa divisão resultariam aqueles moralmente justos, combativos da corrupção, defensores de um Estado minimamente interventor nas questões econômicas e, por fim, com uma política estritamente voltada para a manutenção do chamado “Tripé Macroeconômico”, ou seja, uma política econômica voltada para o superávit primário, o chamado câmbio flutuante e as metas de inflação, conforme apontado por Ghiraldelli Jr. (2021) em *A república brasileira: de Deodoro a Bolsonaro*. É dentro dessa seara que trazemos o trecho abaixo, atribuído a **Solange Vieira**, do segmento de seguros privados:

Exemplo 01:

“É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário.” (FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020).

<sup>46</sup> Cf. “A ‘farsa’ chamada déficit da Previdência”, de Wanderley Preite Sobrinho, disponível em: <https://plataformapoliticassocia.com.br/a-farsa-chamada-deficit-da-previdencia/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

À época da publicação, isto é, em março de 2020, a sindemia estava com uma média de mortes elevada, acima de 1.000 óbitos por dia<sup>47</sup>. Pessoas que, muitas vezes, morriam antes mesmo de serem submetidas a procedimentos médicos que pudessem amenizar o seu quadro clínico ou lhes até evitar a morte. Muitos dos pacientes eram velhos, o que nos leva a um fato crucial: o peso da Política Econômica adotada pelo Governo e o processo decisório das finanças da Previdência que acabam passando pelo Ministério da Economia, cujo Ministro, Paulo Guedes, que tem expertise no Mercado Financeiro, não escondeu ou esconde o esforço para a redução de gastos públicos, sendo que, nessa linha, a Previdência representa boa parte desses gastos.

Não por acaso, em uma videoconferência, realizada em 9 de dezembro de 2020, com investidores estrangeiros, ele disse: “Vão respeitar o teto de gastos, ou vão manter esses gastos transitórios adicionais e superar o teto? E a resposta é: de jeito nenhum [o teto] será desrespeitado. Vamos voltar às reformas<sup>48</sup>”. O aspecto econômico é, então, decisivo: o dinheiro acima da vida, a morte para dar lucro. A morte do velho, este que, simbolicamente, na invisibilidade que lhe é atribuída, também sofre um óbito da vida social, conforme Henning (2020, p. 150) aponta ao elencar o modo ridicularizado e infantil que, na sindemia, se intensificou quanto ao tratamento dado aos velhos. Infantil não porque a infância seja algo ruim, mas pela presença do tratamento jocoso e divertido atribuído às crianças, ao que elas dizem e pelas relações que estabelecemos com elas. Desse modo, tal qual uma criança, um velho precisa ser auxiliado e nem sempre sabe o que diz, não podendo ser levado a sério.

Das pessoas que recebem algum benefício da Previdência, a maioria é pensionista ou aposentada, pessoas que tiveram deferido o benefício – seja por tempo de contribuição, seja por idade ou outra modalidade – e que recebem mensalmente do Governo os valores a partir dos quais custeiam sua subsistência e, muitas vezes, a da própria família, como apontado por Camarano (2020, p. 11). Não por acaso, devido à redução de postos de trabalho formais, à desindustrialização acentuada e à estagflação<sup>49</sup> econômica, muitos velhos, no contexto da sindemia, aumentaram a participação nas finanças domésticas, muitos deles sendo totalmente responsáveis pelas despesas (CAMARANO, 2020, p. 12). No cenário apresentado, uma postura socialmente engajada por parte do Governo seria tanto de potencializar o papel dos velhos na

<sup>47</sup> Um detalhamento do número de casos diários e mortes por Covid-19 pode ser acessado em: <https://www.tudocelular.com/tech/noticias/n154352/coronavirus-brasil-mundo-relatorio-COVID-19.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

<sup>48</sup> Conforme matéria disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/09/guedes-defende-teto-de-gastos-e-diz-que-pretende-reduzir-subsidios.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>49</sup> De modo geral, é o fenômeno através do qual há aumento de preços e desvalorização de uma moeda em relação à moeda de referência – o dólar, no caso.

economia, como de lhes atribuir positividade, uma vez que, dentro da lógica econômica, com os seus benefícios, muitos têm impedido que a fome e a miséria aumentem ainda mais, porém não foi isso que ocorreu.

No trecho em questão (FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020), tem-se a postura engajada da falante em relação à negatividade, que é o fato de os velhos receberem benefícios da Previdência, e a positividade, que seria a morte deles. Esse engajamento evoca interlocutores dentro de uma mesma região de sentidos, sendo, assim, de caráter monoglóssico, ou seja, vozes que não possuem elementos de dialogismo que permitam uma expansão de uma perspectiva, aberturas discursivas (CASTILHO, 2013): ela fala para pessoas do ramo, envoltas no setor de seguros, para as quais pagar menos é lucrar mais.

Dentro dessa formulação, podemos estabelecer também relação com a questão dos planos de saúde ao longo da pandemia, como a *Prevent Senior*, citado na CPI da Covid por realizar experimentos com idosos no sentido de forjar uma falsa eficácia dos medicamentos sem comprovação científica no caso da doença, conforme divulgado pela Agência Senado<sup>50</sup> e outros veículos de comunicação em 2021. Esse e outros casos foram encaminhados pela Comissão e seguem em análise pelos Ministérios Públicos locais, estratégia adotada pela CPI justamente para, a longo prazo, conseguir responsabilizar civil e criminalmente as pessoas civis e jurídicas envolvidas nesse e em outros casos apurados e comprovados por aquela comissão, como laudos médicos, receitas, relatórios e depoimentos.

No FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020, temos justamente isto: a posição da falante traz consigo sentidos, representações, crenças que constituem o seu dizer e que linguisticamente aparecem para nós como algo já dado, meramente traduzido em discurso pela língua, quando na verdade é construído ideologicamente (THOMPSON, 2011). Veja-se que, embora não apareça explicitamente na fala de FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020, há o pressuposto de que aquilo que está sendo dito é de comum acordo naquele contexto, uma crença comum que seria constitutiva da posição dos sujeitos envolvidos na atividade de seguros privados, o que mobiliza, também, o subsistema de Engajamento (VIAN JR, 2010), dentro de uma compreensão que se mostra hegemônica (BAJOIT, 2006) e, por isso mesmo, constitutiva da velhofobia (GOLDENBERG, 2020).

Assim, em FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020, a falante assume uma postura engajada a partir do espaço do qual enuncia, ao mesmo tempo que parece pressupor o tácito acordo dos

<sup>50</sup> Cf. “**Paciente e médico confirmam denúncias contra a Prevent Senior**”, de 7 de outubro de 2021, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/22/cpi-diretor-da-prevent-senior-e-acusado-de-mentir-e-passa-a-condicao-de-investigado>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ouvintes, evidenciando a monoglossia, ou seja, vozes que coadunam entre si, não abrindo espaço para o dialogismo inerente aos processos interlocutivos, de trocas de posições que são intrínsecas ao discurso na perspectiva funcional (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011). Essa articulação a leva a formular, então, a tese de que a sindemia seria benéfica.

O fato de a sindemia ser benéfica porque desonera a folha da Previdência Social mobiliza, na sequência, um fato velhofóbico: o de que os velhos não trabalham e vivem “às custas do Estado” através de pensões e aposentadorias, algo que é reforçado pelos recursos de Gradação (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011) constituídos por “bom” e “reduzirá”. Nesse sentido, não apenas é bom que as mortes se concentrem entre os velhos, como também o é, duplamente, a redução de benefícios. Ainda, a partir do que defende Almeida (2018, p. 188), o subsistema de julgamento se apresenta pelo aspecto da estima social de normalidade: a falante em FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020 pressupõe como socialmente aceitável o seu dizer, ou seja, desconsiderando o endosso às práticas de gerontocídio (extermínio de velhos) nele contidas, como chama atenção Henning (2020).

Se, discursivamente, fica evidenciado que a morte de velhos é boa, benéfica, é porque há um imaginário, um contexto de cultura dentro do qual esses sentidos são aceitos e até fazem parte como efeito naturalizado. E são justamente essas regiões de sentidos que, assimetricamente, ajudam a cristalizar a velhofobia, no sentido de algo que vem de cima para baixo (GOLDENBERG, 2020): ela aparece como um sem por que nem para quê, sem causa ou origem definida, apenas é disseminada pelos sujeitos sem o componente da filiação dos sujeitos (ACOSTA, 2017), quando, na verdade, há o seu fomento através de elementos discursivos, teia de relações de sentidos e papéis sociais que a legitimam, a naturalizam e a fazem tão nociva, diluída nas nossas práticas, de tal modo que, segundo Goldenberg (2020), ao falarmos dela, muitas vezes nem parece que estamos diante dos olhos alheios falando de algo do nosso cotidiano, um problema que, na sindemia, se escancarou e merecerá, mais do que nunca, nossa atenção e nosso interesse, bem como luta e enfrentamento.

Notemos que o poder econômico se expressa como determinante de relações objetivas de sociabilidade e definição de políticas públicas. Ora, é fato que a linguagem medeia as relações humanas, e ela o faz mobilizando relações assimétricas de poder (GOMES, 2001, p. 124). Não por acaso, Van Dijk (2018) enfatiza como o poder está na gênese das relações de dominação e subordinação, e, no caso, a fala mobiliza o poder econômico (ORMUNDO, 2007, p. 51), trazendo a supremacia desse aspecto sobre o direito constitucional à vida e, também, a positividade atribuída à morte de velhos.

O fato mencionado repercutiu pouco na chamada grande mídia, o que endossa o papel negligente assumido pelos veículos de comunicação aberta em nosso país. Isso, aliás, ocorre por um movimento de causa e efeito sem sujeitos a partir do qual se tem o fenômeno (as mortes) sem uma ação ou interferência de sujeitos (o Governo, atores sociais bolsonaristas, omissão de autoridades etc.), o que remete a uma compreensão equivocada da natureza dos problemas sociais (FAIRCLOUGH, 2001). O velho é, assim, aviltado duplamente, tendo suplantada a proteção social de “dignidade” (HONNETH, 2003, p. 181), ao mesmo tempo que lhe é recusado um papel social que possa lhe trazer positividade e uma experiência de autorrespeito. Esse elemento aparece, nesse contexto, como resultado de experiências intersubjetivas, uma vez que o reconhecimento, ou a sua recusa, pressupõe uma relação entre subjetividades distintas no nível do sujeito (o *Eu* e o *Me*) e também na vida social (as subjetividades coexistindo entre si), conforme Honneth (2003, p. 130). Para esse autor, dentro da esfera do Direito,

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “auto-respeito”. (HONNETH, 2003, p. 197).

Do mesmo modo, se as pessoas não têm acesso à informação, desconhecem seus direitos, fica mais difícil uma percepção das violações de direitos das quais são vítimas, como apontado por Moreira e Gomes (2012, p. 45) quando defendem uma “educação para os direitos humanos”. Ainda a partir de FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020, ao utilizar “nosso desempenho”, a posição de engajamento também é endossada. Isso porque a agente discursiva se coloca como parte constituinte de um projeto no qual e para o qual a morte de velhos é positiva e, até certo ponto, vista como necessária (ao passo que não se faz algo para evitá-la, objetivamente, quando se poderia fazê-lo). É uma escolha deliberada para matar. Morte a um grupo seletivo de indivíduos. Morte aos velhos.

Desse modo, em FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020, há uma relação mediada e entendida apenas a partir do aspecto econômico de gastar menos e pagar, assim, menos benefícios, isso fosse pela União ou no setor privado, como no caso do ramo de seguros. Esse ponto de vista é endossado pelo aspecto da gradação por foco (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), que também acompanha toda a argumentação: é bom que as mortes se concentrem nos velhos (foco), pois isso irá desonerar o déficit previdenciário (força). São discursos dessa natureza que nos fazem pensar nas razões de muitos velhos terem desistido e estarem desistindo

da vida ou, mais ainda, nas motivações de muitos de nós não quererem envelhecer, buscando, a todo custo, aparentar um layout/aparência jovial. Essa busca contém um aspecto velhofóbico (GOLDENBERG, 2011).

#### 4.2.2 Mercado de Trabalho

Difícil seria estabelecer uma definição do que seria trabalho. Essa ora é uma atividade humana relacionada à construção de bens materiais e simbólicos, ora é a atividade formal através da qual utilizamos força, nosso corpo, para dar cabo de algum empreendimento ao qual nos propomos ou pelo qual somos pagos. Nesta seção, a concepção de trabalho alinha-se à tradição marxista e está voltada para o normalismo contratual presente na relação entre execução de um fim mediante uma remuneração, um pagamento, sendo, por isso, elemento fundamental na subsistência do trabalhador e de sua família (OLIVEIRA NETO, 2020, p. 195). Assim, trabalho está atrelado à atividade econômica (OLIVEIRA NETO, 2020, p. 198).

Nessa perspectiva, como as medidas de enfrentamento à sindemia em todo o mundo tiveram impacto na vida prática das pessoas, com o distanciamento físico, o setor de comércio, de prestação de serviços e outros setores de trabalho foram comprometidos. Assim, empresas e escolas foram fechadas em diversos estados e municípios frequentemente, sem que isso fosse parte de uma política nacional de saúde. Isso porque o Governo, na figura do Presidente, sempre foi contrário a tais medidas, o que acarretou querelas judiciais sobre a quem competia o poder decisório de definir a política sanitária a ser adotada: se à União ou aos estados e municípios.

Um ponto alto dessa discussão foi a necessidade de votação, no Supremo Tribunal Federal (STF), de medida cautelar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6343<sup>51</sup>, ajuizada pelo Partido Rede Sustentabilidade (REDE), que buscava suspender a eficácia de dispositivos das Medidas Provisórias (MPs) 926/2020 e 927/2020. Na prática, o STF decidiu que, já que o Governo Federal não havia definido uma política de Saúde clara e um plano de combate do avanço da sindemia, os estados e municípios possuíam a prerrogativa de elaboração e adoção de planos locais, sem necessariamente serem autorizados pelo Governo Federal ou terem o aval do Presidente. Essa decisão, entre outros aspectos, o levou à alegação de que não poderia fazer nada porque o STF lhe havia tirado a autoridade decisória<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> Para ler mais, sugerimos: <https://portalamm.org.br/stf-decide-que-prefeitos-e-governadores-podem-restringir-transporte-e-locomocao/> e <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/15/maioria-do-supremo-vota-a-favor-de-que-estados-e-municipios-editem-normas-sobre-isolamento.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2022.

<sup>52</sup> Veja-se em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4899820-COVID-19-bolsonaro-diz-que-teve-decisoes-castradas-e-tolhidas-pelo-stf.html> e em <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-reclama-de-decisao-do-stf-e-desconversa-sobre-mandetta/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Esse é um dos aspectos mais contraditórios e reiterados por ele ao se referir ao colapso social e econômico causado pela sindemia, além de ser constitutivo do mote de sua campanha para as eleições do corrente ano, nas quais irá concorrer à reeleição, para a qual, junto com sujeitos bolsonaristas, continua atribuir a responsabilidade aos que, segundo eles, eram adeptos da “política do fecha tudo”. Essa é uma referência às entidades, à sociedade civil, aos prefeitos e governadores que viram no referido fechamento uma medida de contenção necessária à frenagem das taxas de contágio, mediante redução de circulação de pessoas, conforme recomendações da OMS, uma vez que era o ar uma das formas de transmissão.

Oliveira Neto (2020) apontou que a intenção do Governo consistiu em não adotar o isolamento físico e manter as pessoas trabalhando, flexibilizando as regras de circulação, na contramão das recomendações da OMS. Nesse contexto é que foi editada a MP 927/2020, que tratou do “teletrabalho”, ou seja, trabalho remoto ou fora do espaço físico no qual o trabalhador exercia as suas atividades. Essa MP fixou regras trabalhistas a serem aplicadas em contextos de calamidade pública no país, embora não se reconhecesse, no texto, a contaminação pela Covid-19 como acidente ocupacional, o que daria direito ao funcionário para afastamento do trabalho e de estabilidade no emprego, após seu retorno, seguindo o critério de outras doenças de trabalho que dão tal estabilidade aos segurados do INSS.

Ainda em março-abril de 2020, no cenário brasileiro, a questão econômica influenciou o direcionamento para a condução do combate à sindemia, constituindo certa divergência entre aqueles que eram a favor do fechamento absoluto do comércio e da manutenção apenas dos serviços essenciais e, do outro lado, os que eram a favor do “isolamento vertical”, ou seja, apenas para alguns ao invés de para todos.

Foi nesse ponto que se passou, também, a discutir em que medida o direito à liberdade individual era proporcional ou suprimido ao direito coletivo, além da pauta de governistas e bolsonaristas em prol da manutenção do trabalho como necessário à própria subsistência da sociedade para o pós-pandemia, posição endossada pelo próprio Presidente, conforme Oliveira Neto (2020). Vale ressaltar que, no momento de revisão deste trabalho, ou seja, em agosto de 2022, a questão econômica ainda tem sido fortemente veiculada na defesa desses mesmos princípios que eram discutidos no início da sindemia: a economia em detrimento da vida, e a pauta das liberdades individuais em detrimento do bem-estar coletivo.

Se, de acordo com Santos (2010) e Hardt e Negri (2001), precisamos de projetos contra-hegemônicos, alternativos, para a transformação social, temos nos ECD o pressuposto de que a linguagem é parte decisiva desses processos, e é por isso que as escolhas linguísticas que

fazemos devem se preocupar também com esse aspecto (VAN DIJK, 2018). Foi nesse cenário que, no dia 25 de março de 2020, numa fala no chamado chiqueirinho, o Presidente disse:

Exemplo 02:

“[...] O que precisa ser feito? Botar esse povo para trabalhar. Preservar os idosos. Preservar aqueles que têm problema de saúde. Mais nada além disso. Caso contrário, o que aconteceu no Chile vai ser fichinha perto do que aconteceu (sic) no Brasil. Se é que o Brasil não possa ainda sair da normalidade democrática que vocês tanto defendem. Ninguém sabe o que pode acontecer no Brasil.” (FP-Yout04-frag16-25/03/2020).

Observe-se a presença de uma sequência argumentativa assentada no recurso da Gradação (VIAN JR., 2010): inicialmente, o sujeito de FP-Yout04-frag16-25/03/2020 questiona os seus apoiadores acerca de uma problemática imediata em “O que precisa ser feito?” Nesse trecho, o subsistema do engajamento envolve o aspecto da heteroglossia: há a consideração da interlocução de outras vozes ante o problema do que se fazer. Isto posto, pode parecer que haverá diversos pontos de vista na discussão, como o da ciência, por exemplo, mas não é o que acontece a seguir. Gomes (2020, p. 41) defende que o engajamento está voltado para o sujeito, o discurso dele e a polifonia envolvida em sua construção discursiva, predominando, no exemplo, o engajamento por monoglossia.

Isso porque, em FP-Yout04-frag16-25/03/2020, na sequência, tem-se a argumentação baseada no seguinte esquema: 1) “botar esse povo para trabalhar”. Povo esse que seriam justamente as pessoas mais potencialmente expostas à contaminação, fosse a caminho do trabalho, na realização deste ou no retorno à casa. “Povo”, nessa formulação, exclui o falante e os interlocutores, já que “esse”, gramaticalmente, é um pronome demonstrativo usado para se referir àquilo de que se está distante: o agente discursivo adota, assim, uma distância entre ele, seus apoiadores e “esse povo”. E, mediante a confluência do poder político com o coercitivo, acaba por naturalizar a relação de exclusão marcada pelo simbólico, o qual se realiza, na linguagem, nas práticas, naturalizando a velhofobia (GOLDENBERG, 2020).

Essa postura que leva a uma divisão entre povos meramente por uma questão político-ideológica coloca-nos na iminência da violação de direitos humanos, uma vez que somos todos iguais perante a lei (Art. 5º e Art. 230 da CF). Desse modo, aqueles que estão à frente da administração pública não podem – e nem devem – utilizar-se de segregação a partir de aspectos como crenças, valores, idade, etnia, sexo, entre outros, na condução de políticas públicas (GHIRALDELLI JR., 2019).

Ainda mais grave: se, na ideia, República implica cuidado, zelo, com a coisa pública, ou seja, as instituições – e a Presidência o é –, o Presidente não deveria se utilizar do aparato

estatal para endossar e filiar-se a uma rede de discursos que criam linhas abissais entre o *nós* e o *eles*, similar ao que ocorre nos Estados totalitários (ECO, 2018). Esses discursos, no extremo, poderiam resultar tanto na corrosão dos papéis das instituições e do funcionamento da República quanto levar ao caos social generalizado mediante um regime de segregação e morte, como o *Apartheid*, na contramão de uma mudança social que nos permite viver com mais respeito e dignidade (BAJOIT, 2006).

No caso do Presidente, no exercício do cargo, qualquer conduta que atente contra a Constituição e os poderes republicanos ou represente violação de direitos incide na previsão dos chamados “Crimes de Responsabilidade”, especificamente no que trata o Título IV, Seção III, Art. 85, § II (interferência nos demais poderes da República), IV (trazer problemas de qualquer desordem à segurança interna do país), V (trata de probidade da administração) e VII (trata do cumprimento das leis e decisões judiciais), conforme Céspedes e Rocha (2020, p. 25). Tais crimes possuem ações de responsabilidade no âmbito institucional (perda da condição de Chefe de Estado via Impeachment) e jurídica, isso de acordo com a natureza da violação; se ainda no cargo, deve ser avaliado pela Procuradoria-Geral da República – PGR –, ou, se com a perda do mandato, ações que serão julgadas na justiça comum – 1ª Instância.

Moreira e Gomes (2012, p. 13) mostram que a expressão “direitos humanos” aparece às vezes como se referindo “a todo homem” ou “pessoa”, mas que, na prática, a pretensão é proteger e assegurar a dignidade humana de todas as pessoas do mesmo modo que primam pela proteção contra as formas de discriminação (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 44). A esse respeito, Honneth (2003, p. 213) diz que “em nossa linguagem cotidiana está inscrito ainda, na qualidade de um saber evidente, que a integridade do ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento”. Mas temos o oposto disso: FP-Yout04-frag16-25/03/2020 vai na contramão desse fundamento e põe em xeque a integridade do sujeito velho, haja vista as escolhas avaliativas que faz, endossando formas de controle social mediante exclusão (BAJOIT, 2006).

Do mesmo modo, em FP-Yout04-frag16-25/03/202 está contida a clivagem, estabelecida na possibilidade implícita de existência de mais de um povo – no sentido de nação – no Brasil. Um povo mais afeito à postura do Governo, a favor do retorno às atividades, e o outro díspar dessas posições e, portanto, necessitando, através da intervenção do Governo, ser obrigado a voltar à normalidade, ao trabalho. O aspecto da intervenção do Estado é uma das manifestações biopolíticas do poder (HARDT; NEGRI, 2001, p. 54), e a escolha feita pelo Governo Federal é dificultar ou mesmo desacreditar as ações e medidas indicadas pela OMS e pelas entidades sanitárias do Brasil e do mundo: é, assim, uma escolha pelo resultado morte.

Essa divisão se assemelha, por exemplo, à exclusão e à separação estabelecidas na Antiguidade quando da distinção entre aqueles que eram parte da tribo, da *pólis*, do feudo, e o outro, o diferente, o estrangeiro, o forasteiro. Há, assim, a mobilização, também, da divisão sociopolítica, que aparece discursivamente, embora mascarada pelas escolhas linguísticas feitas. Essas escolhas remontam aos sentidos de barbárie e civilização – constituídas e constitutivas a partir de processos civilizatórios, conforme postulam Elias (1990) e Starobinsky (2001), embora tenhamos adotado neste trabalho a postura pelo entendimento de “banalidade do mal”, de Arendt (1999).

Na sequência, tem-se que seria necessário “preservar os idosos”, o que significaria, fundamentalmente, isolá-los, mantê-los fora de circulação dos espaços públicos. Nisso há uma contradição não solucionada: o país possui dimensões continentais e níveis acentuados de desigualdades socioeconômicas, o que inviabilizaria a possibilidade de isolar os velhos, dado que, sendo sindemia, ou seja, uma doença biopolítica, afeta os sujeitos assimetricamente (GHIRALDELLI JR., 2020, 2021).

Disso resulta não ser possível operar a partir de um padrão idealizado de renda ou habitação que se aplique a todos os brasileiros: o velho que reside no interior do Amazonas possui condições materiais distintas de um que reside em Jacarezinho-RJ. Esse fato deveria ser considerado na definição de políticas públicas, porém é secundarizado em detrimento de uma busca obsessiva pelo padrão de normalidade que se julgava ter antes da sindemia. Não por acaso, Ghiraldelli Jr. (2021) diz que “a doença não é natural, ela advém da política, pois ela foi forjada e espalhada a partir do modo como organizamos a polis, as cidades”, tanto do aspecto administrativo quanto do arquitetônico. Neste ponto, Barreto e Carrieri (2020, p. 106) defendem que

[...] a experiência de um velho de classe média-alta, com acesso ao sistema de saúde suplementar, com um histórico de vida marcado por alimentação adequada e pela facilidade na utilização das redes sociais para comunicação, é definitivamente diferente de um velho das classes menos favorecidas. Estes últimos, sem acesso à saúde e aos medicamentos necessários à sua sobrevivência, que como chefe de sua família se dedica às atividades informais para complementação da sua insuficiente renda previdenciária.

Logo, preservar – apenas no sentido de separar e isolar – não é uma medida consistente: mantêm-se os velhos em casa, mas os jovens, as demais pessoas, circulando. Isso colocaria aqueles como que à espera da contaminação desses últimos. Velhos, isolados, na iminência de um risco posto como inevitável, quando, na verdade, é fruto de uma biopolítica do Estado

centrada na sua morte e em seu extermínio, ou seja, uma sentença de morte (BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 106).

O recurso do subsistema da gradação presente na fala FP-Yout04-frag16-25/03/2020 também retoma experiências externas ao país, como a convulsão social ocorrida no Chile, em 2019, ocasião na qual milhares de pessoas saíram às ruas em protesto contra o colapso econômico que ocorria naquele país. À época, a Agência Brasil noticiou como o colapso econômico contribuiu para o caos social<sup>53</sup>, e o portal *O tempo* elencou os principais fatores biopolíticos que resultaram naquele colapso<sup>54</sup> generalizado.

Na ocasião, a mídia internacional noticiou<sup>55</sup> situações desumanas em que milhares de velhos viviam, muitos dos quais passando fome em virtude da política de austeridade econômica adotada pelo Governo daquele país, com cortes nas aposentarias, redução de benefícios sociais, entre outras ações alinhadas a uma proposta neoliberal. Neoliberalismo aqui entendido a partir da ausência do Estado na regulação econômica que se reflete na vida social (GHIRALDELLI JR., 2019; BAJOIT, 2006).

Veja-se que, na avaliação feita em FP-Yout04-frag16-25/03/2020, a sequência de medidas adotadas pelo Governo e as referências externas parecem conter uma positividade, mas ilusória, quando submetidas à análise. E esse efeito de real é constituído justamente pelas escolhas linguísticas operacionalizadas no discurso, sendo parte do nosso trabalho “desvelar o que está oculto nos discursos hegemônicos, aquilo que já foi naturalizado e, por esse motivo, não se mostra na superfície textual” (PEDROSA; ALVES, 2020, p. 218).

A formulação evocada em FP-Yout04-frag16-25/03/2020 é endossada e se mantém como uma constante ao longo da sindemia. Nessa mesma linha, em entrevista concedida pelo Presidente ao Programa de Luís Datena, na TV Bandeirantes, veiculada na edição de 8 de abril de 2020, temos o seguinte:

Exemplo 03:

“[...] Quanto a repouso, isso é particular meu. Eu não sei ficar parado. Vou ficar despachando por videoconferência. Eu estou impaciente, mas vou seguir os protocolos.

<sup>53</sup> Cf.: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-10/chile-enfrenta-maior-revolta-social-das-ultimas-decadas>. Acesso em: 1º jan. 2021.

<sup>54</sup> Veja-se em: <https://www.otempo.com.br/mundo/revolta-no-chile-razoes-que-levaram-as-manifestacoes-no-pais-1.2253512>. Acesso em: 4 jan. 2021.

<sup>55</sup>Cf.: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/eventos/147-a-revolta-no-chile-e-as-violacoes-de-direitos;> [https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50104595;](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50104595) [https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-13/onu-denuncia-violacoes-graves-dos-direitos-humanos-durante-protestos-no-chile.html;](https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-13/onu-denuncia-violacoes-graves-dos-direitos-humanos-durante-protestos-no-chile.html) <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1697881> e <https://www.dw.com/pt-br/chile-pede-que-pol%C3%ADcia-esclare%C3%A7a-supostas-viol%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos/a-51435124>, acessados em: 3 jan. 2021.

O cuidado mais importante é com seus entes queridos, os mais idosos. Os outros também, mas não precisa entrar em pânico. A vida continua.” (FP-Jorn05-frag36-07/07/2020).

Nesse trecho, de 7 de julho de 2020, quando o agente discursivo fala a jornalistas sobre a confirmação de sua infecção por Covid-19, o engajamento aparece pelo aspecto da monoglossia (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 177) no início da argumentação: ele admite primeiro que está infectado e retoma a pauta da liberdade individual como superior à coletividade. É sabido que, dentro da CF, embora existam normas que asseguram o direito ao livre pensamento e à individualidade, esses direitos não são supressores da coletividade.

Contudo, conforme apresentamos no capítulo 2, a pauta da liberdade irrestrita tem sido elemento aglutinador decisivo do bolsonarismo. Liberdade essa, preconizada no Art. 5º da CF (CÉSPEDES; ROCHA, 2020, p. 3), que, na própria disposição textual, vem após a inviolabilidade do direito à vida, ou seja, é um direito que somente se consuma se o sujeito estiver vivo e, duplamente, em termos individuais, não pode suplantar, se projetar como superior àquele. Assim como na Declaração Internacional dos Direitos Humanos (DIH), nos seus Art. II, § 1 e XIX, esse direito é pressuposto na articulação com o direito à vida (Art. III), e, mais especificamente, no § 2 do Art. XXIX, que diz:

No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. (CÉSPEDES; ROCHA, 2020, p. 1069).

Veja-se que, no FP-Jorn05-frag36-07/07/2020, no trecho “mas vou seguir os protocolos”, o agente discursivo parece denotar um aceite das recomendações, supostamente, das entidades sanitárias que definiram os referidos protocolos. Porém, isso é contradito na sequência ao ser afirmado que a ênfase do cuidado deveria ser com os mais velhos, posição que é endossada pela conclusão em “mas não precisa entrar em pânico”. Do mesmo modo, as ações descritas por “pânico” e “impaciente” se enquadram na avaliação por atitude (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), no que concerne ao afeto, que, no caso, indicam emoções negativas.

Esse discurso, pelo aspecto da monoglossia, coaduna, filiando-se, nos termos de Zappavigna (2011), à compreensão de que os velhos não trabalham e que deveriam ser, por esse motivo, isolados, ao passo que a vida deveria ser retomada a fim de evitar o pânico, atribuído, pelo sujeito de FP-Jorn05-frag36-07/07/2020, ao isolamento físico pleno, à redução dos

serviços apenas às atividade essenciais e ao incremento de políticas públicas para reduzir o impacto da pandemia na vida das pessoas, inclusive, no Mercado de Trabalho. Conforme Goldenberg (2020), é mais um movimento de deslegitimar e desrespeitar os direitos dos velhos, ignorando as suas particularidades, bem como os direitos por eles historicamente conquistados e reconhecidos em nosso aparato jurídico. É, assim, também, uma forma de seguidos desrespeitos (HONNETH, 2003).

#### *4.2.3 Capital*

Na tradição marxista, o capital é o fio condutor, o pilar de um modo de pensar e compreender o mundo a partir das relações por ele mediadas e instauradas. Santos (2010) defende que o capitalismo e o patriarcado estão na gênese dos projetos colonialistas, os quais têm também fundamentos na constituição de linhas abissais. Na literatura (HARDT; NEGRI, 2001), a partir dos anos 70, com as crises do modelo de produção chamado fordista, houve a transição para um capitalismo financeirizado, estágio no qual o dinheiro passa a gerar dinheiro sem a necessidade da mercadoria e, no extremo, sem a presença do componente humano, representado tanto pelo proletário quanto pelo capitalista e dono dos meios de produção, que passa agora a investir e negociar crédito e ações e a fazer aplicações na bolsa e em outros investimentos, assim é que a eliminação da produção da mercadoria é decisiva nesse processo (MBEMBE, 2020, p. 25).

É a partir desse cenário que Negri e Hardt (2001) propõem a atualização para a ideia de “império” ao invés de capitalismo apenas. Um império no qual o capital passa a ser totalizante, não respeitando mais as ideias de espaço/fronteira e tempo, criando, assim, por ele mesmo, as condições necessárias à sua acumulação e reprodução assexuada – ou seja, dinheiro gerando dinheiro, sem a variável da mercadoria e da mais-valia nessa equação. No contexto brasileiro, essa virada no paradigma econômico chega à Redemocratização, com o Plano Real, com o chamado Neoliberalismo, se desenvolvendo nos governos seguintes e se perpetuando até chegar aos dias de hoje (GHIRALDELLI JR., 2019).

É dentro dessa configuração que o império passa a constituir e ditar por ele mesmo as regras do jogo que permitam que ele possa acumular e reproduzir-se sem o componente da mercadoria e do trabalho material. Nele, surge cada vez mais forte a tendência de sairmos das relações intersubjetivas, da vida social, de sermos cada vez nós por nós mesmos, e, como efeitos residuais, ganham cada vez mais força ideias abissais como “sucesso” e “fracasso”, dentro de uma obsessão pela positividade tóxica, constitutiva da sociedade do cansaço (HAN, 2017), o que acaba por resultar na ruptura do aspecto intersubjetivo inerente às formas de

reconhecimento (HONNETH, 2003). Após essa contextualização, passemos ao trecho a ser analisado:

Exemplo 04:

“O Brasil não pode parar dessa maneira, o Brasil não tem essa condição. As consequências serão muito maiores do que as pessoas que vão morrer por conta do coronavírus [...]. Eu sei que temos que chorar e vamos chorar pelas pessoas que morreram por conta do coronavírus. Vamos isolar os idosos, aqueles com problemas de saúde, mas não podemos (parar) por conta de 5 mil pessoas que vão morrer. [...] Não temos como fechar tudo e fugir do inimigo, não temos como evitar.” (FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020).

Nesse trecho, a preocupação com a acumulação do capital aparece como superior, na fala do agente discursivo e empresário Junior Durski, à preservação da vida e à garantia de sobrevivência e seguridade às pessoas doentes e em situação de maior vulnerabilidade por parte do Estado. Tal fala ocorreu em 23 de março de 2020, sendo veiculada em seu perfil na rede social Twitter, e, posteriormente, o vídeo foi veiculado em um canal do YouTube, de onde fizemos a geração.

Assim procedemos visto ser comum entre os bolsonaristas a prática de apagar de suas redes sociais vídeos e publicações, haja vista as implicações legais e jurídicas que tais posts têm causado<sup>56</sup>, e, visando contornar esse possível empecilho, fizemos essa escolha. No FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020, a posição adotada traz a postura previamente do que deve ser feito e de como deve ser feito. Nele, nota-se o aspecto do engajamento monoglóssico, que aí aparece pela conjugação do verbo na 3ª pessoa do plural, “vamos”, visto que pressupõe um acordo mútuo dos interlocutores no que diz respeito ao aspecto da solidariedade (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 177).

Esse “vamos” faz referência a uma política estatal vinda da Presidência da República, enquanto instituição, ao mesmo tempo que sugere a conclamação da população em relação ao que deve ser feito e como deve ser feito. Mais do que isso: o que está sendo colocado discursivamente é a posição de um empresário na definição de uma política pública para gerenciamento da sindemia a partir do espectro econômico, numa clara invasão de competência e exercício da influência do poder econômico sobre o político (ORMUNDO, 2007). Ou seja, em FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020, a morte de algumas pessoas – mais especificamente, velhas – aparece primeiramente como inevitável, em seguida como algo secundário em relação

<sup>56</sup> Isso devido às ações do STF e aos inquéritos que têm apurado ataques antidemocráticos ou que, de naturezas distintas, atentem contra o funcionamento dos Poderes da República, a estabilidade do Estado democrático de direito e à integridade dos Ministros da Corte.

ao suposto prejuízo econômico que as medidas de isolamento físico, o fechamento do comércio e a restrição na circulação de pessoas apenas ao essencial poderiam trazer: a vida é reduzida, assim, à dimensão do interesse do mercado e, por sua vez, do capital.

Esse mercado, na configuração do império, tal como apresentada por Hardt e Negri (2001), não é um sujeito, mas ganha a projeção de uma entidade, um “Mercado-Deus” ou “Deus-Mercado”, a depender da escolha adotada pelo sujeito (GHIRALDELLI JR., 2019). Honneth (2003) aponta que o desconhecimento dos direitos faz com que os indivíduos vítimas de desrespeito e violação de direitos nem sempre os percebam; do mesmo modo, pessoas exploradas e em situação de vulnerabilidade nem sempre têm consciência das causas materiais ou não de sua condição. No tocante ao “Mercado”, não por acaso tanto em discursos de políticos quanto nas falas cotidianas não há uma definição prévia ou conceitual sobre o que se entende ou do que se está falando quando se utiliza essa terminologia.

No mundo antigo e nas civilizações iniciais, por assim dizer, como era o caso dos gregos, a ideia de mercado estava associada à conversão de dinheiro em mercadorias e bens de consumo. Mercado era assim um lugar onde a prática do comércio e das vendas era comum. No mundo contemporâneo, por sua vez, mercado parece uma ideia diluída: ora é tanto esse mercado formulado a partir da relação entre produto-valor convertido em dinheiro e negociado através de uma moeda, ora é essa entidade abstrata a partir da qual as nossas vidas têm sido, em maior ou menor grau, influenciadas.

No neoliberalismo, somos cada vez mais regrados pela influência e pelo poder econômico desse capital fictício (GHIRALDELLI JR., 2019, p. 21) que preconiza a redução do Estado na vida das pessoas, o chamado “Estado-mínimo”. Cunha (2021, p. 25) já aponta a necessidade de pesquisas que considerem essas questões ao afirmar que “atualmente, as pesquisas em estudos críticos possuem o desafio de propor investigações que se configurem pela busca de soluções de problemas que são efeitos da influência do neoliberalismo”. São desafios que se somam, cada vez mais, ao nosso trabalho.

Se, na configuração do capitalismo e nas multiplicidades de expansão, quer no mercantilismo, quer com o imperialismo colonial, os conflitos eram cada vez mais frequentes e até certo ponto inevitáveis, no neoliberalismo a busca pela estabilidade tem sido cada vez mais frequente. Vejamos os casos da invasão do Afeganistão<sup>57</sup> pelo Talibã e do conflito/guerra

<sup>57</sup> Cf.: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2021/08/16/internacional-taliba-toma-o-poder-no-afeganistao>; <https://exame.com/mundo/entenda-o-que-e-o-taliba-e-saiba-o-que-aconteceu-no-afeganistao/> e <https://www.dw.com/pt-br/onu-prop%C3%B5e-di%C3%A1logo-com-talib%C3%A3-para-formar-novo-governo-no-afeganist%C3%A3o/a-58881524>, todas com acesso em: 10 dez. 2021.

da Rússia contra a Ucrânia<sup>58</sup>: o mundo não é mais centrado na belicosidade, no armamentício. Não se trata, contudo, de uma evolução moral ou de apreço à vida, longe disso, mas sim das determinações que o império preconiza para sua sobrevivência e às quais, pelo efeito psicopolítico que possuem, seguimos e adotamos, geralmente, sem pensar.

Assim, em FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020, o aspecto da atitude (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011) também aparece na fala do empresário – veja-se que a ideia de isolamento é recorrente, projetada como uma regra. Porém, conforme temos demonstrado, é irrealizável tanto em termos lógicos quanto em termos sociais. A prática do isolamento de velhos não é possível ou viável no Brasil pelas razões geográficas e socioeconômicas e também pela consequência negativa que isso poderia trazer a curto, médio e longo prazos, além de que, do ponto de vista das relações sociais, não é coerente isolar pessoas apenas para preservar o interesse de grupos econômicos.

Isso violaria também os direitos dos velhos previstos no Estatuto do Idoso, sendo uma clara assunção do Estado como entidade que pratica de forma deliberada e como política pública a velhofobia que Goldenberg (2020) tanto denuncia e nos conclama a combater. Essa violação de direitos ocorreria especificamente no que trata o Título I, Disposições preliminares, em seu Art. 3º e § 1º, na letra da Lei:

[...] Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

[...] § 1, II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; (CÉSPEDES; ROCHA, 2020, p. 916).

Nos termos da Lei, como o ECA assegura a primazia pelo cuidado com as crianças em situações de risco ou calamidade social, o cuidado com os velhos também tem essa prerrogativa no dispositivo constitucional. Isso demonstra como não seria assertiva a prática do isolamento assimétrico apenas para satisfazer os interesses e necessidades desse sujeito que fala a partir do aspecto do poder econômico (ORMUNDO, 2007), especificamente do interesse do capital, como se fosse ele dono desse dizer e capaz de ocultar os interesses dessa entidade abstrata incorpórea, mas que tem determinado as nossas atividades cotidianas e também a condução de

<sup>58</sup> Cf.: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-guerra-da-ucrania-em-10-pontos/> e também <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/por-que-a-russia-invadiu-a-ucrania-em-2022.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

políticas públicas para o enfrentamento e a condução da cidadania: o Mercado (GHIRALDELLI JR., 2019).

Em FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020, há um componente ideológico presente. Não de uma ideologia que meramente atravessa e afeta os sujeitos, assujeitando-os. Trata-se, neste caso, de um movimento de retroalimentação no qual a ideologia e os sujeitos operam simultaneamente em prol de determinado objetivo, que, no caso discursivamente, é a primazia do capital sobre a vida, na medida em que a ideologia do poder econômico prediz como e o que deve ser feito em termos de ação do Estado no tocante ao enfrentamento da sindemia. A ideologia se apresenta, assim, como elemento imaterial que se traduz em ações materiais dos sujeitos, mobilizando e naturalizando esses sentidos, perpetuando, dessa forma, a visão neoliberal de que cada um é autodeterminante do seu próprio destino/realização/sucesso/fracasso, ao mesmo tempo que a morte pela inércia do poder público aparece como inevitável. Essa ideologia legitima ao mesmo tempo que estandardiza e instaura símbolos (THOMPSON, 2011).

Exemplo 05:

“Vai morrer alguns pelo... do vírus? Sim, vão morrer. Alguns por já estar já com deficiência, e é o que vai acontecer... pegou o cara no contrapé, e é o que vai acontecer. Lamento. A minha mãe, tem tá com 92 anos, coitada, magrinha, se pegar nela qualquer coisa... mas não podemos criar esse clima todo que está aí, prejudica a economia.” (FP-Ent01-frag05-20/03/2020).

Nesse trecho de uma entrevista do Presidente ao programa do apresentador Carlos Massa, mais conhecido como Ratinho, aparece também essa necessidade de isolamento dos velhos. Em Ent01-frag05-20/03/2020, a velhice aparece também como uma situação de vulnerabilidade extrema, mas não de uma vulnerabilidade que é vista como uma possibilidade de atuação ou intervenção estatal para minimizar os seus efeitos. Pelo contrário: o discurso sugere uma negatividade associada à iminência da morte. Veja-se que a argumentação se sustenta primeiramente pela premissa de que pessoas vão morrer, e nesse primeiro aspecto a inevitabilidade da morte é central. O sujeito assume assim que não há o que ser feito, ou, mesmo sendo feito algo, a morte de pessoas será inevitável, postura essa que o levou a ser chamado de “antipresidente”, conforme Silva et al. (2020, p. 9):

O antipresidente, mancomunado com sua corte miliciana, neopentecostal e fascista, defendeu sempre o caminho da liberação dos comércios e mercados, para favorecer os grandes negócios do capital. O lucro está acima de tudo, acima da vida das pessoas. Somos da opinião de que não pode haver, em tempos de pandemia, uma dicotomia entre salvar a vida e a saúde das pessoas

ou salvar a economia, mas, primeiramente, salvemos as vidas, evitando as mortes.

Na sequência, o aspecto da inevitabilidade é expandido às pessoas com as chamadas comorbidades ou grupos de risco, como é o caso dos velhos, para os quais a infecção por Covid-19 seria associada a uma fatalidade ou um determinismo que desconsideram sua natureza biopolítica (CABELO; GHIRALDELLI JR., 2020). É pertinente considerar que essa percepção da inevitabilidade parece fazer referência à compreensão grega da ideia de tragédia, que seria justamente uma situação para a qual não há o que ser feito ou cujo fim não pode ser evitado, como o que ocorreu às personagens Édipo e Ajax. Atua, assim, na sindemia, aspecto do divino, do transcendente, aquilo que se situa fora da lógica, da compreensão humana, o que não se mostra prudente na definição de políticas públicas de saúde.

Também em Ent01-frag05-20/03/2020 as escolhas lexicais feitas pela adjetivação em “magrinha” e “coitada” sugerem uma atitude de afeto por força (ALMEIDA, 2018, p. 188), ou seja, em níveis: o Presidente traz, assim, dentro desse bojo de vulnerabilidades (a idade avançada, a saúde debilitada) e de iminência da morte, o exemplo da própria mãe, para a qual a morte seria uma consequência da exposição a qualquer fator externo contaminante que pudesse extremar a sua situação de saúde já delicada e frágil em decorrência da idade. Do ponto de vista da LR (HONNETH, 2003), essa percepção negativa sobre o estado do outro aparece também na esfera do Direito como um distanciamento em relação à garantia dos direitos que esse outro possui, no caso, o velho. É sobre essa forma de violação de direitos que esse autor diz que

[...] a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir *o status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes. (HONNETH, 2003, p. 216).

Importante destacar que na LR as formas de violação das esferas do reconhecimento (Amor, Solidariedade e Direito) ocorrem de maneira simultânea, uma vez que essa teoria considera as dimensões física, psíquica e jurídica inerentes ao sujeito. Desse modo, quando se tem violado um direito, as demais formas de violação também são acionadas, sendo essa operacionalização mediante a divisão delas, um aspecto metodológico de pesquisa, algo similar ao que ocorre com a língua na GSF: ocorre tudo ao mesmo tempo. Assim é que, tendo violado o direito à vida, o velho, ao mesmo tempo tem a mesma ação no plano do Amor e da

Solidariedade, tendo afetadas, por sua vez, a autoestima e a autoconfiança, respectivamente, haja vista o aspecto de realização do sujeito que é comprometido, bem como o fato de a negação ocorrer a um sujeito, o que gera esse efeito de violação, em decorrência disso, das demais esferas (HONNETH, 2003).

Assim, em FP-Ent01-frag05-20/03/2020, a preocupação passa a ser não de respeitar as prerrogativas do EI, mas sim de deixar de se definir políticas públicas de saúde ou fornecer subsídios para reduzir as disparidades e as condições socioeconômicas que elevam o percentual de mortes. Essa postura do Presidente, atrelada à conduta de outros sujeitos bolsonaristas, constitui uma violação do EI, especificamente no Título VI, Capítulo II, Artigo 105, que tipifica como crime o ato de “Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso”, tendo como pena a detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa (CÉSPEDES; ROCHA, 2020, p. 922).

Assim sendo, a tática de isolar o velho assemelha-se à própria prática científica de análise clínica de um patógeno em um laboratório: separa-se uma amostra infectada, contaminada, para análise e compreensão do todo. Como sugestão de política pública, aparece em FP-Ent01-frag05-20/03/2020 a exclusão do velho da vida social, dos vínculos afetivos, da negação de sua subjetividade, visto que levar a cabo o isolamento massivo, para além de endossar uma velhofobia assimétrica, tem também a pretensão de naturalizá-la (GOLDENBERG, 2020), colocando o velho num não-lugar, conforme formulado por Augé (2012). Esse tipo de conduta é seguramente incompatível com o que se espera de um agente no exercício de função/cargo público e, mais do que isso, assusta e horroriza como, no espectro do bolsonarismo, esses discursos são sintonizados como normais e justificáveis moral, política e socialmente (MATTOS, 2020).

### 4.3 Vida

No neoliberalismo – ou necroliberalismo<sup>59</sup> –, a supressão cada vez mais desenfreada do bem-estar coletivo pelo aspecto individual tem sido frequente (GHIRALDELLI JR., 2019). Essa formulação ganha cada vez mais espaço na mídia, nas redes sociais, e, no extremo, pela mistura trazida pela sindemia, a questão da vida nem sempre aparece como central. “Vida”, às vezes, aparece como vida particular, uma consciência do “eu”. Nesta seção, a noção de vida compreende a tradição do pós-operaísmo, para o qual ela é a **vida biológica**, uma vez que é

<sup>59</sup> A expressão, também criada por Achille Mbembe, sugere as práticas de legitimação da morte no neoliberalismo. Mais em: <https://rascunho.com.br/liberado/os-necroliberais/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

preciso estar vivo, manter-se vivo para, nas práticas sociais mediadas pela linguagem, produzirmos as múltiplas representações associadas à existência humana. Assim, no contexto sindêmico brasileiro, consideramos, a seguir, três subtemáticas decisivas para pensarmos a velhofobia: Família, Papel do Estado e Direitos Humanos.

Precisamos, então, justificar o porquê de termos feito essa escolha, pois “Vida” é uma das Dimensões dos Direitos Humanos. Assim fizemos porque, neste trabalho, consideramos, a partir da compreensão da necropolítica e das relações entre o exercício de morte, como decisivo na análise da velhofobia na sua relação com a velhofobia, a cisão entre os que pautam o direito à vida e aqueles que querem o direito de tirá-la de diversas formas. Sendo o discurso parte das práticas sociais, assumimos o seu aspecto pragmático de se realizar em ações, assim pensamos a vida enquanto perspectiva ampla, geral: vida biológica – ou nua, nos termos de Agamben (2002, p. 107): “uma vida nua residual e irreduzível, que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito e nenhum sacrifício possam resgatá-la”.

Já Direitos Humanos é uma subdivisão menos específica da qual a vida é um aspecto mais amplo, visto que, para haver direitos e deles gozar, é preciso estar vivo. No tocante à Família, consideramos esse que é um dos pilares do núcleo duro do bolsonarismo, e o Papel do Estado, na medida em que notamos a responsabilidade do Governo Federal nesse cenário que temos analisado.

#### 4.3.1 Família

Um dos elementos centrais para o discurso bolsonarista é a questão da família, compreendida a partir da perspectiva tradicional, *cis*, heteronormativa, constituída de homem e mulher, nos papéis de pai e mãe, e dos filhos, a prole. Essa é uma compreensão fundamentada em certos valores/dogmas religiosos que deve, por isso, ser respeitada. A questão é a maneira como esse discurso, parte do tripé do núcleo duro bolsonarista, tem sido projetado como universal, pretensiosa e de maneira forçosa.

Isso porque há demasiado esforço para tornar essa compreensão do que é família o padrão a ser seguido e adotado por todos os brasileiros, o que é uma contradição, haja vista a pauta da liberdade de expressão e do direito de escolha previstos no Art. 5º da CF, bem como o direito às liberdades individuais previstos na gênese do liberalismo clássico (ABBAGNANO, 2003, p. 665). No EI, está previsto em seu Título I, Art. 3º (CÉSPEDES; ROCHA, 2020, p. 916) o cuidado do idoso por parte da família. Assim colocado, passemos às considerações sobre os fragmentos que seguem:

## Exemplo 06:

“[...] A preocupação tem que existir? Tem. Mas, então, a primeira pessoa a se preocupar com o grupo de risco é você que tem seu... que tem um pai, um avô, um bisavô dentro de casa. Essa que é a preocupação. Não é esperar que o Governo faça alguma coisa. O governo faz algumas coisas, mas não pode fazer tudo que alguns acham que ele pode fazer.” (FP-Yout05-frag22-26/03/2021).

Observemos nesse trecho que o sujeito discursivo constrói uma avaliação deslegitimando a relação indissociável entre o Estado e a sociedade civil, como de atuação simultânea. Há o recurso da gradação por força (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), na medida em que se constitui uma ordenação dos sujeitos: “um pai, um avô, um bisavô dentro de casa”. Nesse mesmo fragmento, também temos a Atitude no aspecto da avaliação social (relativa a grupos) em “Não é esperar que o Governo faça alguma coisa”, trecho que também poderia ser compreendido como Engajamento, pelo aspecto da monoglossia, no sentido de que o agente discursivo dialoga com interlocutores pertencentes à mesma esfera discursiva bolsonarista, sujeitos e esfera essa delineados pelos sentidos que descrevemos no capítulo 2.

No trecho, além de haver a omissão deliberada do Estado em não prestar assistência aos velhos, há os sentidos do peso e fardo que é ser velho. Peso esse que é computado nas obrigações da família, que passa a ser a única responsável pelo cuidado com eles, assim algo que deveria ser revestido de cuidado, afeto, passa a ser constituído pela negação de ambos: é a velhofobia em pleno funcionamento (GOLDENBERG, 2020). Essa percepção, embora não seja a mesma, permite uma analogia com a ideia de capacitismo, enquanto sentido de diminuir o outro e tratá-lo de maneira diferente a partir de sua deficiência. Velhice não é doença, conforme dissemos no capítulo 2, contudo houve uma tentativa de atualização na nomenclatura de CID da OMS e do Manual de Diagnóstico de Doenças em meados de 2021. Se aprovada, com ela, velhice passaria a ser classificada como doença, com a mudança do termo “senilidade” (código R-54) para “*old age*” (código MG2A), que seria usado para se referir à velhice.

Ainda que aceitáveis as justificativas apresentadas, dada a compreensão de doença como estado de ausência de bem-estar físico, mental e social, isso representaria, pela projeção global que a OMS tem, uma situação delicada e problemática, com retrocessos em termos de relações sociais e políticas públicas. Isso porque em muitos países não existem elementos culturais e uma educação para a solidariedade e os direitos humanos que elevem o doente à condição de alguém que precisa de mais cuidados, atenção, o que não ocorre nos sentidos evocados em FP-Yout05-frag22-26/03/2021, como é o caso sindêmico brasileiro. Com isso, aumenta o nosso desafio na perspectiva de decolonizar essas práticas enquanto construção de alternativas e

possibilidades de mudança desse cenário. Felizmente, houve resistência de diversas organizações, e a entidade voltou atrás e descartou a dita proposição.

Exemplo 07:

“O povo tem que deixar de deixar tudo nas costas do poder público. Aqui não é uma ditadura, aqui é uma democracia. A família em primeiro lugar. Este foi o discurso que me elegeu, inclusive. Os responsáveis pela minha mãe de 92 anos são seus meia dúzia de filhos. Nós que somos responsáveis pela minha mãe no momento. Em último lugar, se não tiver ninguém, daí coloca num asilo, o Estado, seja quem for.” (FP-Yout04-frag18-25/03/2020).

Novamente, no trecho transcrito, o ideal de família do bolsonarismo se apresenta através da monoglossia (VIAN JR., 2010), expressa em “A família em primeiro lugar”, o que se contradiz em relação ao próprio slogan da campanha para as eleições de 2018, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Ou, talvez, não se trate de heteroglossia dissonante, mas da afirmação dos sentidos de que a família, sob a égide pseudocristã do bolsonarismo, seja divina, tal qual muitos reis se criam no medievo: como instrumentos e faces de deus (HARARI, 2016). Justificamos a lexia pseudocristã por compreendermos que a hermenêutica de líderes religiosos, políticos e atores sociais bolsonaristas através da Bíblia Sagrada não corresponde de forma alguma à proposta de Cristo nos Evangelhos e escrituras, quer seja no nível espiritual, quer seja no nível histórico.

Há também a atitude, pelo viés do julgamento, em “O povo tem que deixar de deixar tudo nas costas do poder público”, o que sugere que o povo está agindo de maneira inadequada ao deixar para o Estado uma responsabilidade que não lhe compete. Ao dizer “Aqui não é uma ditadura, aqui é uma democracia”, por sua vez, poderíamos tanto estar falando de uma avaliação ética – no sentido de que o sujeito está se opondo a uma suposta voz que projeta uma ditadura como projeto para o Brasil – quanto poderíamos estar falando de uma apreciação, no sentido estético (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), de que a democracia, como regime que preza pelo interesse da maioria sobre as vontades das minorias, é mais bela do que uma ditadura.

Exemplo 08:

“Tem o isolamento horizontal, que estão fazendo aqui, e tem o vertical. É o vertical. Peguei um vídeo agora do Japão, todo mundo na normalidade. Você tem que pegar o idoso e isolá-lo, com hotéis ou em casa. Pô, cada filho cuida de seu pai, do seu avô, poxa. Não quer que eu contrate uma pessoa para cuidar de cada idoso, é impossível. Eu não sei a massa de idoso que tem no Brasil, são alguns milhões.” (FP-Yout04-frag17-25/03/2020).

No trecho, temos uma retomada da ideia de que a família precisa ser ela a única responsável pelo cuidado com os idosos. Em “Tem o isolamento horizontal, que estão fazendo aqui, e tem o vertical. É o vertical”, o engajamento por heteroglossia (VIAN JR., 2010) parece ser evocado, mas, segundo pensamos, é um equívoco. Isso porque o sujeito discursivo inicia a argumentação fazendo parecer que irá trazer as formas de isolamento para tecer considerações sobre elas, mas é algo que não ocorre, dado que não há espaço para interlocução, e de imediato ele já descarta o isolamento horizontal, explicitando que o vertical deveria ser a solução. Essa posição aparece atrelada a uma série de mobilizações de grupos bolsonaristas, os quais apregoavam ser o vertical a forma correta, desse modo, a interlocução parece ser com sujeitos de posições distintas, porém é para os iguais, ou seja, por monoglossia (VIAN JR., 2010).

Em “Você tem que pegar o idoso e isolá-lo, com hotéis ou em casa”, temos o recurso da gradação por força atrelado à gradação por foco, expressa em “Eu não sei a massa de idoso que tem no Brasil, são alguns milhões”. Veja-se que, mesmo em termos estatísticos, a avaliação negativa ocorre (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011). A gradação por foco também se manifesta em “Pô, cada filho cuida de seu pai, do seu avô, poxa”, à medida que a responsabilidade diminui em escala de pessoas na família que estariam disponíveis para cuidar do idoso: se não há o pai, que cuide o filho, e assim por diante. Na prática, essa formulação também parece coadunar a perspectiva de um capitalismo tardio (ou neoliberalismo) no qual o Estado cada vez mais se ausenta da vida social, deixando as responsabilidades e o cuidado de si nas mãos de cada um dos seus cidadãos (HARDT; NEGRI, 2001). Como se diz nas mídias sociais: “cada um que lute”. E o velho que o faça também.

O recurso da gradação por foco também ocorre em “Você tem que pegar o idoso e isolá-lo, com hotéis ou em casa”, em que o sujeito discursivo sugere uma relação de necessidade através do imperativo no verbo “ter”: é urgente que se faça do modo que ele sugere. Essa forma de organizar o discurso também pode ser classificada como engajamento por monoglossia (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), pois não permite interlocução discursiva, haja vista a necessidade que urge na ideia expressa.

#### *4.3.2 Papel do Estado*

Aqui, é necessário que façamos uma distinção entre as atribuições e a responsabilidade do Presidente e as do Estado, compreendido como o conjunto dos poderes constituintes da República, ou seja, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, todos eles, em tese, devendo atuar em sintonia para o andamento e o funcionamento da máquina pública. Esse é o epicentro das

nossas considerações, em termos conceituais, para em seguida avançarmos para as análises. Passemos aos exemplos.

Exemplo 09:

“[...] Quem tem abaixo de 40 anos tem que se preocupar pra não transmitir o vírus pros outros. Mas pra ele, pra sua vida, é quase zero esse risco. Devemos, sim, cada família cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto, e é isso. Evitar o contato com eles a menos de dois metros.” (FP-Ent02-frag30-08/04/2020).

No trecho citado, temos o engajamento por monoglossia, expresso em “Quem tem abaixo de 40 anos, tem que se preocupar pra não transmitir o vírus pros outros”, no qual impera um modo de proceder, além de aparecer quais sujeitos deveriam agir dessa forma. Esse mesmo trecho pode ser entendido como uma ocorrência de gradação por foco (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), uma vez que a especificação do critério de idade (ter abaixo de 40 anos) aponta para um sentido de atenuar uma possível prática de isolamento.

Além disso, tal fala consiste numa atitude inconsequente em relação ao potencial letal da sindemia, haja vista o agente discursivo de FP-Ent02-frag30-08/04/2020 não apresentar dados cientificamente comprovados para sustentar sua opinião. Estudo realizado por Maria Fernanda Império Pereira e outros pesquisadores<sup>60</sup> refuta essa argumentação por evidenciar uma relação direta entre fatores culturais, econômicos, gênero e escolaridade como impactando decisivamente no índice de mortes pela sindemia, o que anula a tese defendida em FP-Ent02-frag30-08/04/2020 de que pessoas com menos de 40 anos não correm risco de contaminação. A própria disposição geográfica dos modos de ocupação e distribuição das populações urbana<sup>61</sup> e rural já é um fator que impacta no avanço do contágio. Ainda: há estudos concluídos<sup>62</sup> e em andamento verificando que a incidência de mortes de crianças também foi elevada, o que endossa o entendimento do funcionamento biopolítico da doença.

Já “Devemos, sim, cada família cuidar dos mais idosos” corresponde tanto a uma ocorrência de engajamento por monoglossia (VIAN JR., 2010), visto o “nós” aí referido ser o idem, o semelhante, em alusão aos sujeitos adeptos das ideias do sujeito bolsonarista (GHIRALDELLI JR., 2019). Do mesmo modo, há também a ocorrência da atitude por

<sup>60</sup> Disponível em: <https://sciety.org/articles/activity/10.1590/SciELOPreprints.3614>. Acesso em: 3 jan. 2021.

<sup>61</sup> Cf.: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1451/mortalidade-por-covid-19-padronizada-por-idade-nas-capitais-das-diferentes-regioes-do-brasil>. Acesso em: 3 jan. 2021.

<sup>62</sup> Cf. : <https://butantan.gov.br/noticias/covid-19-ja-matou-mais-de-1.400-criancas-de-zero-a-11-anos-no-brasil-e-deixou-outras-milhares-com-sequelas#:~:text=Covid%2D19%20j%C3%A1%20matou%20mais,milhares%20com%20sequelas%20%2D%20Instituto%20Butantan>, publicado em: 7 jan. 2022.

avaliação social, uma vez que é externalizado o que deve ser feito, consistindo isso numa avaliação referente a grupos que, se não bolsonaristas, poderiam também ser a população em geral, visto se tratar de uma entrevista em rede de TV aberta quando da veiculação do discurso.

No trecho “Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto, e é isso”, temos a ocorrência do afeto negativo (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), interpelado por “lá no canto, e é isso”. Essa afirmação é problemática, na medida em que denota a ausência de um zelo ou cuidado com os idosos, além de uma premeditada intenção de que isolá-los seja uma prática a ser replicada pelas pessoas, haja vista, também, a ocorrência do engajamento por monoglossia, dado não haver no discurso nem na entrevista espaço para interlocução de opiniões diferentes.

Exemplo 10:

“[...] Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas.” (FP-Jorn04-frag35-28/04/2020).

Nesse trecho, o sujeito discursivo inicia com o recurso do afeto (GOMES, 2020): é uma das suas poucas manifestações de solidariedade durante a pandemia, haja vista as desastrosas declarações feitas por ele, conforme se pode verificar no *corpus* e nas manchetes que estão nos links de apoio – na seção de referências. No entanto, essa atitude por afeto logo se reverte numa avaliação social (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011) sobre o fato de a maioria ser “pessoas idosas”, o que demonstra uma gradação por foco (na tipologia dos sujeitos que sofrem a ação), bem como mobiliza um engajamento por monoglossia, constituindo um caso de velhofobia velada (GOLDENBERG, 2020).

Isso já retoma os sentidos que têm sido veiculados sobre os velhos, enfaticamente, na sua inevitabilidade da morte, bem como por sua condição já fragilizada devido às comorbidades. Veja-se que “Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos”, na fala do Presidente, parece estar englobando todas as pessoas e instituições que movem a República, porém, mais uma vez, a monoglossia, contextualmente, tem como referente o “nós”, isto é, os sujeitos filiados à mesma região de sentidos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011).

É um falar para os semelhantes, os iguais, daí postularmos que, no que concerne ao Papel do Estado, ele é desvirtuado duplamente: primeiro pelo desmonte dos ritos e práticas republicanos, por parte do Presidente (GHIRALDELLI JR., 2019), quer por nomeações questionáveis, quer pela conduta díspar no exercício do cargo, por parte dos nomeados. Segundo por, em discursos como o analisado, instaurar um viés identitário excludente

(BAJOIT, 2006) que projeta e alinha o Estado aos interesses particulares de grupos e indivíduos, desvirtuando a Carta Magna, ao passo que aloca o Estado numa inércia e numa apatia ante as inúmeras mortes que estavam a ocorrer à época. Velhos, mais uma vez, morrem, e o lamento não só é protocolar, como também não vem acompanhado de uma ação de frenagem da sindemia.

#### *4.3.3 Direitos Humanos*

Com a ascensão do bolsonarismo, no Brasil atual, houve uma premeditada confusão entre Direitos Humanos com a ideia de que estes seriam privilégios, como se tais direitos fossem concedidos indistintamente, sem parâmetros devidamente assentados numa jurisprudência nacional e internacional a respeito do tema (MATTOS, 2020). Por isso, com o bolsonarismo se constituiu a ideia de que os direitos humanos deveriam ser para “humanos direitos”, ou seja, para aqueles sujeitos cujas condutas fossem corretas, desde que segundo os preceitos bolsonaristas, o que claramente é um ato de má-fé e uma incoerência conceitual.

Isto posto, é preciso deixar claro que de modo geral os direitos humanos estão assentados no princípio da dignidade da pessoa humana e se distinguem dos direitos de outra natureza que uma pessoa possa ter justamente por serem supranacionais, ou seja, independem do ordenamento jurídico de um país, do regime político ou de sistema de governo qualquer. Por essa razão, os direitos humanos não são negociáveis nem podem ser sobrepujados pela legislação de um país específico: eles são universais, de modo que qualquer ser humano os tem, esteja vivo ou sem vida (no caso, o direito ao sepultamento, por exemplo) (MOREIRA; GOMES, 2012).

Constituem direitos humanos: direito à vida; direito à liberdade; direito à igualdade; direito à segurança; direito à propriedade; direitos sociais; direitos políticos; direito à nacionalidade; direito ao meio ambiente; direito dos povos indígenas; direito das mulheres; direitos dos afrodescendentes; direito à livre orientação sexual; direitos da criança e do adolescente, entre outros. Neste trabalho, consideraremos os direitos humanos no Artigo 4º da CF, inciso II, que estabelece a prevalência dos direitos humanos como princípio do Estado brasileiro em suas relações internacionais. Nesse sentido, a jurisprudência brasileira se assenta no que preconiza a DIH em seus artigos 1º, 22, com maior ênfase no Art. 23, inciso 3.

Exemplo 11:

“Não fica preocupado porque na favela o vírus não vai matar ninguém, vai matar velhinho e gente já doente, não tem uma morte no mundo das 12 mil que a pessoa já não

tenha um problema recorrente do passado, todos foram velhinhos, ou mais jovens com problemas pulmonares ou são diabéticos ou têm outras doenças. Na pessoa saudável, zero, e os pobres não são todos doentes. Na favela não vai acontecer porra nenhuma se entrar o vírus, pelo contrário. Criança, então, de zero a dez nenhum caso. Isso não é grave, grave vai ser a recessão global como nunca vista na história, nem no crash de 29. Um milhão de mortos no Brasil é uma das piores de mais mau gosto que eu já vi na minha vida.” (FE-RJ-Yout03-frag11-23/03/2020).

No trecho acima, a morte aparece como fato determinado: é uma causalidade da qual não se pode fugir nem se pode evitar. Em “Não fica preocupado”, o sujeito sugere uma atitude de julgamento (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011) em relação a uma reação de seu interlocutor para, na sequência, afirmar que “na favela o vírus não vai matar ninguém, vai matar velhinho e gente já doente”. Observe que, pelo aspecto da gradação por força, a ideia de “ninguém” aparece em primeiro plano, e “velhinho”, como derivativo. Desse modo, em FE-RJ-Yout03-frag11-23/03/2020, fica evidenciada não apenas a inevitabilidade da morte dos velhos, mas também a sua condição de não-sujeito (AUGÉ, 2012), bem como sua insignificância (GOLDENBERG, 2020), o que desrespeita de maneira inequívoca os direitos humanos elencados anteriormente.

Ora, é preciso estar vivo, ser alguém para gozar de direitos. Quando se atribui uma apreciação estética e social (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011) que reduz sujeitos à condição de “ninguém”, todos os eventuais direitos, a interação intersubjetiva e a vivência em sociedade são suplantados. Em “das 12 mil que a pessoa já não tenha um problema recorrente do passado, todos foram velhinhos, ou mais jovens com problemas pulmonares ou são diabéticos ou têm outras doenças”, existe o recurso da gradação por foco (GOMES, 2020), que, numericamente, sugere não haver razão para a preocupação, assim como, mais uma vez, trata a morte dos velhos como oriunda de comorbidades que eles já possuíam, sem que, contudo, tenham sido apresentados dados relevantes para fundamentar essa proposição.

Em “Na favela não vai acontecer porra nenhuma se entrar o vírus, pelo contrário”, tem-se uma avaliação social acerca da ideia de que a favela seria um lugar no qual não existiriam mortes. Veja-se que isso não constitui uma positividade, pelo contrário: é a retomada, pelo aspecto da monoglossia (VIAN JR., 2010), da ideia de que os pobres, vivendo às margens dos centros urbanos, vítimas do processo de conurbação urbana pela falta de condições de moradia e habitações dignas, vão morar em favelas e invasões, e lá, onde há esgotos a céu aberto, ausência de saneamento básico e serviços essenciais, desenvolvem uma imunidade natural irreal, algo que aparece no discurso tão somente para justificar a ausência do direito à moradia, bem como dos serviços essenciais que conferem dignidade às pessoas que na favela vivem. Trata-se de um discurso que valida um exercício de exclusão (BAJOIT, 2006).

Já em “Isso não é grave, grave vai ser a recessão global como nunca vista na história, nem no crash de 29”, o sujeito de FE-RJ-Yout03-frag11-23/03/2020 faz uma avaliação por monoglossia no sentido de se alinhar aos discursos que tratam as mortes como secundárias ante o colapso que seria causado na Economia. Nesse mesmo trecho, também pode se notar a ocorrência de gradação por força (GOMES, 2020), na medida em que o sujeito traça uma relação de escala entre dois efeitos negativos, evidenciando qual deles, na sua visão, seria o mais negativo.

Por fim, ao afirmar que “Um milhão de mortos no Brasil é uma das piores de mais mau gosto que eu já vi na minha vida”, na avaliação social que faz, o sujeito projeta um cenário no qual não vê como relevante a quantidade de mortos desde que a política econômica seja preservada. Veja-se que, nesse discurso, o princípio da dignidade da pessoa humana é desrespeitado, algo que, infelizmente, se mostrou como uma constante no período (MATTOS, 2020).

#### Exemplo 12:

“[...] No Dia Internacional e Nacional do Idoso (1º de outubro), o Ministério da Saúde visa sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e sobre a necessidade de proteção à saúde das pessoas idosas. Durante a pandemia da COVID-19, esses cuidados estão sendo redobrados, já que pessoas com 60 anos ou mais apresentam maior risco de complicações e letalidade pelo coronavírus.” (FM-NO-frag38-01/10/2020).

Observemos como o trecho acima parece destoar da política estatal: no Dia do Idoso, não houve post nas redes oficiais do governo, e as avaliações que são feitas em FM-NO-frag38-01/10/2020 se opõem aos demais discursos analisados. Isso nos faz pensar em como, durante a sindemia, assim como havia sentidos conflitantes em relação a qual política de saúde implementar, também havia uma dissonância dentro do Governo, de modo que nem todos os sujeitos partícipes da máquina pareciam estar alinhados ao bolsonarismo. Esse pensamento nos motiva a acreditar na melhoria, na mudança e na transformação social defendida por Santos (2010) e Bajoit (2006).

#### 4.4 Violência

Muitas vezes, utilizamos a palavra violência para se referir a ideias e práticas gerais. É um termo que possui o sentido modificado e, não raro, é utilizado destituído das possibilidades que o verbete possui em termos denotativos. Neste trabalho, alinhados à perspectiva de Goldenberg (2020), violência tem o sentido de quaisquer práticas (discursivas ou que envolvam o aspecto físico) através das quais a integridade física, moral ou psíquica de um sujeito é

afrontada, denegada ou aviltada. É, pois, assim, lugar de convergência com a LR de Honneth (2003), dado que, para esse autor, a luta ocorre ao passo que ocorre uma violação, constituindo, conforme dissemos no capítulo 1, a fenomenologia negativa inerente à LR.

Assim sendo, a violência corresponde a uma dimensão física e outra simbólica, uma sendo material e outra imaterial, distinção terminológica, uma vez que considerá-las em conjunto nos ajuda a ter uma percepção mais assertiva de que as diversas formas de violência aparecem em cadeia de outros processos e questões sociais mediadas pela linguagem (CUNHA, 2021). Desse modo, ao pensarmos na divisão, “Velhofobia”, embora pareça um pleonasma, é um caminho para, mais uma vez, validarmos a temática sobre a qual gira o trabalho: velhofobia. Na sequência, trazemos “Necropolítica” e “Biopoder”, distinção necessária, a nosso ver, centrada no escopo de pôr fim à vida e de perpetuá-la ou deixá-la perecer. Por fim, temos o “Aspecto Constitucional”, no qual refletimos sobre a relação das violências instauradas discursivamente, analisando à luz da LR e de alguns elementos do Direito Constitucional.

#### *4.4.1 Velhofobia*

Considerando que o tema central do trabalho seja velhofobia, se faz necessária uma seção específica para tratarmos dela na condição de manifestação de um tipo de preconceito específico e, assumindo os riscos de incorrerem em pleonasmos, nos aventuramos nesse empreendimento.

##### Exemplo 13:

“Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País.” (FP-Pron-frag12- 24/03/2020).

Em “Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália”, o sujeito inicia com o recurso da gradação por foco (GOMES, 2020), isso para atribuir certa sensação de pavor instaurado na população por parte da mídia. Nesse trecho, ainda no início da sindemia no Brasil, o Presidente já assume a posição de julgamento que iria ser – e continua sendo – uma constante particular na condução de políticas públicas, de maneira excludente e corporativista (GHIRALDELLI JR., 2019).

No trecho seguinte, ele manifesta uma comparação irreal, alegando que a Itália, por ser “Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso”, teria as condições favoráveis ao avanço do vírus, o que, em termos de gradação por foco (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), estabelece uma relação entre condições climáticas e extensão territorial, algo que, na sua avaliação, não ocorreria no Brasil, visto o clima ser diversificado e o país ter uma extensão territorial continental. Veja-se que ainda era o início da sindemia, mas já se sabia (a OMS já havia divulgado com base no que ocorria na Ásia e na Europa) que o contágio se dava pelo ar, o que alertava que as supostas barreiras geográficas seriam facilmente transpostas, haja vista a condição biopolítica da doença (GHIRALDELLI JR., 2022).

#### Exemplo 14:

“[...] Em especial aos idosos, que são mais propensos a contrair o vírus e ter realmente um agravamento dos outros problemas que ele tem.” (FP-Ent01-frag05-20/03/2020).

No trecho, o sujeito parte da premissa de que o velho já possui problemas e que por isso, além de ser mais vulnerável, está mais propenso a morrer. Note-se que em todo o trecho há a atitude de avaliação social (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), que é negativa, em relação aos velhos. Além disso, há uma relação entre as complicações que ele (o velho) pode vir a ter em virtude de “outros problemas que ele tem”. Trata-se de uma escalada por gradação (níveis) que o leva à sentença que lhe foi atribuída pela sindemia: a morte (BARRETO; CARRIERI, 2020).

Isso, conforme temos dito, significa não apenas um equívoco conceitual em compreender a doença meramente como clínica no tocante à definição de políticas públicas (GHIRALDELLI JR., 2020), mas também uma escolha deliberada que aproveita – cremos ser esse o termo – a causalidade do vírus para realizar um projeto de extermínio de velhos (GOLDENBERG, 2020). Esse projeto já vinha em curso, fosse com a precarização das condições de trabalho, a Reforma da Previdência ou a ausência de políticas públicas de cuidado e assistência aos velhos, conforme previsto no EI. A sindemia e o vírus realizam, assim, um ideal e alocam os velhos na precariedade de condições de vida, de cuidados, ausentes da vida social. Constitui-se numa política de exclusão e, por isso, de preconceito.

#### Exemplo 15:

“[...] Foi surpreendente o que aconteceu na rua até com esse superdimensionamento. Que vai ter problema vai ter, quem é idoso, (quem) está com problema, (quem tem) alguma deficiência, mas não é tudo isso que dizem. Até que a China já praticamente está acabando.” (FP-Jorn01-frag03-16/03/2020).

Nesse trecho, o sujeito inicia com uma atitude de apreciação (GOMES, 2020) em “até com esse superdimensionamento”, sugerindo haver certa incoerência e desproporcionalidade entre a sindemia e a maneira como as pessoas estavam lidando com ela. Essa avaliação sugere um efeito psicológico de projeção e exagero em relação ao que efetivamente a doença significaria. Veja-se que, à época, estávamos com a crescente de casos no Brasil, além de já estarmos cientes de como tinham sido o caos e o colapso dos sistemas de saúde em diversos países do mundo, quer fossem países ricos ou não, o que já sugeria a necessidade de um trabalho coeso e alinhado, algo que, em parte pela postura do Governo, não foi possível de acontecer.

O sujeito discursivo também minimiza os efeitos da doença ao afirmar “Que vai ter problema vai ter, quem é idoso, (quem) está com problema, (quem tem) alguma deficiência, mas não é tudo isso que dizem”, pelo recurso da avaliação social (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), ao tomar os velhos como os únicos que iriam ter problemas. É como se a vida dos velhos não importasse ou, ainda, não importasse o bastante para que houvesse a deflagração de ações unificadas, oriundas do Governo Federal, para fazer o possível para lhes garantir o mais essencial dos direitos: o direito à vida (MBEMBE, 2020).

#### 4.4.2 *Necropolítica*

Quando da formulação do conceito de necropolítica, Mbembe (2020) preocupava-se com a compreensão dos modos pelos quais o poder ser exercia através do direito de matar nos Estados modernos. A partir dessas considerações, as chamadas políticas de morte passaram a corresponder a práticas, atividades, sentidos e representações após a ampliação do conceito, bastante utilizado desde então. É a morte não como um fato, mas como resultado de trabalho, de práticas (MBEMBE, 2020, p. 16).

Com a sindemia, o uso desse conceito tornou-se mais frequente e transdisciplinar, por isso o trazemos para lançar luz à questão da influência do poder político e da governabilidade exercida por agentes políticos como implicados na decisão de pôr fim à vida ou ainda de não garanti-la (MBEMBE, 2020, p. 71), especificamente no que tange aos velhos. Vejamos o trecho a seguir:

#### Exemplo 16:

“[...] A epidemia é uma força da natureza, e o vírus só se altera quando contamina mais de 50%, 60% da população. E 99% das pessoas com vírus não vão ter sintoma nenhum. Aí você forma uma parede de pessoas com anticorpos que não deixam contaminar quem não tem anticorpos nenhum. Como termina uma epidemia que não tem remédio, não tem vacina, e de repente ela acaba? É pelo contágio geral.” (FD-OT-frag24-28/03/2020).

Esse trecho é de uma fala do ex-Ministro da Casa Civil (um dos mais importantes ministérios, do ponto de vista estratégico), deputado e médico Osmar Terra. Na data do recorte, o país enfrentava elevado número de mortes, e, como se sabia pouco a respeito do vírus, a especulação sobre o seu funcionamento, a sua natureza, o seu modo de atuação e os danos causados no organismo do sujeito infectado ainda era vaga, visto que as pesquisas ainda estavam em andamento. Nessa mesma época, surgiram discursos que defendiam a chamada imunidade de rebanho, tese para a qual a interrupção do contágio se daria justamente pela contaminação massiva da população (MATTOS, 2020), posição essa endossada pelo Presidente, por governistas e por bolsonaristas como o próprio Ministro em questão.

Veja-se que há, ainda, uma presunção sobre o que era o coronavírus: quando a OMS já havia declarado a pandemia, Terra ainda se utilizava do termo “epidemia”, o que sugere, a uma primeira vista, desconhecimento, hipótese facilmente refutada ao se constatar a formação de quem enunciou: um médico, homem do alto escalão do Governo, uma pessoa, em tese, que possui expertise acerca das práticas e dos procedimentos da Saúde.

No mesmo recorte, o recurso da gradação (GOMES, 2020) se manifesta através de “só se altera”, “não vão ter sintoma nenhum” e “não deixam contaminar quem não tem anticorpos nenhum”, elementos que iniciam com o pressuposto de como funcionaria a imunização de rebanho, e mais do que isso: ela seria a única opção tanto para a imunização da população quanto para que o caos econômico e o medo da população não fossem veiculados socialmente, hipótese veementemente combatida por especialistas, visto não ser realizável, ao mesmo tempo que desrespeita o direito à vida, conforme previsto no Art. 196 da CF, que diz: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CÉSPEDES; ROCHA, 2020, p. 49).

Silva Júnior e Fargoni (2020, p. 14), ao discutirem sobre a relação entre necropolítica e necroestado, defendem que o governo brasileiro, alinhado aos preceitos bolsonaristas, tem adotado uma postura de minimização dos efeitos da doença, bem como de criação de representações e imagens de supostos inimigos, os quais teriam pretensões de destruir o país, sendo a OMS parte desse empreendimento.

Esses elementos ajudam a criar o “pânico moral”, ou seja, um conjunto de falsas representações acerca de ideias de esquerda e pautas progressistas e que servem de desvio da sociedade (mídia e instituições) de problemas materiais (GHIRALDELLI JR., 2019). Um exemplo disso é a reiterada afirmação do bolsonarismo de que é necessário combater a “ideologia de gênero” nas escolas, além da suposta doutrinação feita por professores sobre os

jovens, tornando-os “comunistas” e adeptos de ideias abortistas etc. Esse modo de pensar leva tanto à desestabilização das instituições republicanas quanto à desordem da vida social, criando, por fim, um Estado no qual a ideia do mais forte sobressai, e, portanto, a morte – por Covid-19 – é nada mais do que uma consequência da pregressa fragilidade do sujeito.

Exemplo 17:

“[...] Pelo que eu vi, a coronavírus era a enfermidade menos grave da pessoa que ela adquiriu. Então, o somatório de problemas, a vida pregressa da pessoa, fraca, muitas vezes, né, com problemas outros – chama-se comorbidades, né – Duas ou mais doenças, então... veio a falecer... a gente lamenta.” (FP-Yout05-frag23-26/03/2021).

No trecho em questão, o Presidente utiliza-se de um recurso de julgamento (GOMES, 2020) para definir a causa da morte por Covid-19 como sendo secundária, uma vez que o sujeito já estaria acometido de outras enfermidades, então a doença seria um *plus*, um *upgrade* na sintomatologia da pessoa, que, sendo “fraca”, estaria fatalmente destinada a morrer. Veja-se, também, que o recurso do afeto utilizado, notadamente, em “lamenta” parece sugerir um aspecto heteroglóssico (VIAN JR., 2010) de trazer outras vozes, o que é comprovado pelo uso de “a gente”, que, em FP-Yout05-frag23-26/03/2021, se refere às pessoas alinhadas ao posicionamento do Presidente, ou seja, os bolsonaristas. Esses sujeitos são vinculados a uma compreensão da vida através da superioridade de algumas em relação a outras, da religião acima da laicidade do Estado e da Família, sob o viés da pauta moral e dos costumes na oposição a grupos LGBTQIA.

Esse aspecto, porém, não se sustenta, uma vez que, como demonstra Leonardo Maso Nassar em *E daí! Desmitificando a farsa Bolsonaro* (2020), uma das características decisivas da atuação política do Presidente é falar para os seus, seja no chiqueirinho, seja em suas redes sociais. Esse modo de operar tem mantido o dito “gado” ativo, seja através da militância digital, disseminando notícias e informações falsas, ou ainda em manifestações e motociatas, organizadas contra a vacinação, a favor do uso do chamado “kit Covid” ou para endossar a inverídica tese de que o STF o impediu de atuar no enfrentamento da sindemia (MATTOS, 2020). Atitudes como essas criam um cenário propício à desinformação, além de exporem pessoas à contaminação, as quais, ao voltarem para suas casas, potencialmente, contaminariam seus pais, seus avós: isolar os velhos para depois contaminá-los e exterminá-los. Vejamos outro trecho:

Exemplo 18:

“É uma guerra na qual, naturalmente, nem todos vão morrer [...]” (FP-Ent01-frag06-20/03/202).

O trecho mostra uma constante ao longo da sindemia: no Brasil sindêmico, a postura do Presidente foi decisiva na constituição desse cenário, seja pela sua postura negacionista, de omissão e inércia diante do que deveria ser feito, fosse pela escolha deliberada e pelo endosso de que alguns deveriam morrer (GHIRALDELLI JR., 2020). A mudança de gestores à frente do Ministério da Saúde foi decisiva tanto para a ausência de uma política de saúde de caráter nacional quanto para a questão ideológica que tomou parte da gestão sindêmica, uma máquina de guerra cuja finalidade é matar (MBEMBE, 2020, p. 54-55) não diretamente, mas “deixando” que o vírus opere descontroladamente.

Mbembe (2020, p. 52) diz que, no cenário de mobilidade global, o exercício do direito de matar não se restringe aos Estados, deixando de ser o exército a figura que realiza a guerra. Guerra, nessa nova configuração, possui uma dimensão necropolítica e biopolítica: as políticas de morte se associam às práticas individuais dos sujeitos nos seus discursos. No caso do Presidente, por exemplo, do cargo que ocupa, questionar o isolamento físico e o uso de máscaras, levantar supostos interesses na produção e no uso de vacinas, além de atribuir à China a “fabricação” do vírus, é a realização de uma aliança com o vírus, não por acaso denominado “bolsovírus” (GHIRALDELLI JR., 2020).

Observe-se, também, a ocorrência de gradação por foco (GOMES, 2020), na medida em que se constitui uma derivação a partir do processo de derivação adverbial imprópria em “naturalmente”. A morte aparece, assim, como uma escolha deliberada para que se deixe morrer, quando sabemos que ela foi um exercício deliberado pelo poder público na ação direta e indireta de agentes do Governo Federal na condução/enfrentamento da sindemia. Não por acaso, por influência do bolsonarismo, os estados que adotaram as recomendações defendidas pelo Governo Federal tiveram maior número de mortes<sup>63</sup>, em oposição àqueles que, na contramão do bolsonarismo, procuraram seguir as recomendações da OMS e das entidades sanitárias.

<sup>63</sup> Veja-se em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/estados-bolsonaristas-lideram-mortes-por-covid-19/>; <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/03/4993562-mortalidade-pela-covid-19-dobrou-em-cidades-bolsonaristas-mostra-estudo.html>; <https://www.extraclasse.org.br/saude/2022/03/artigo-cientifico-quantifica-a-influencia-bolsonarista-nas-mortes-por-covid-19/> e em <https://blogdomax.net/noticias/estados-bolsonaristas-registram-mais-mortes-por-covid>. Acesso em: 25 jun. 2022.

#### 4.4.3 Biopoder

Michel Foucault foi um dos intelectuais mais importantes do século XX, cuja obra serviu de base para diversas áreas do saber, desde a Filosofia, a Antropologia e, a nós, a Linguística. Embora opere a partir de uma concepção de sujeito distinta da que mobilizamos na ASCD, dele nos interessa a formulação do conceito de biopoder, o qual pode ser compreendido como a dimensão do poder que afeta e interfere na vida. Dessa noção, outras são derivadas, como a de biopolítica, que seria as formas distintas através das quais as políticas agem, operam sobre os corpos e as subjetividades, especificamente em *História da Sexualidade* (1988), capítulo V, intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”.

Importante considerar que essa formulação surge na consideração do processo de desenvolvimento tecnológico do século XIX, com mudanças nas relações de trabalho, que, por sua vez, levaram às transformações nas relações e práticas humanas. Se, antes, com o avanço do capitalismo manifestado através do imperialismo e da expansão colonial, o poder do governante era manifestado sobre a possibilidade de cessar a vida, ou seja, de fazer morrer, com essa nova transição, a unificação dos Estados e o declínio do modelo imperialista, o poder passa a ser exercido sobre a subjetividade e também sobre os corpos (GHIRALDELLI JR., 2019). Nessa nova formulação, o poder se exerce não sobre a possibilidade de fazer cessar a vida, mas sim de criar as condições para que ela continue: mudam-se a equação e o governante, aquele que detém o poder político que passa a fazer viver.

Dessa nova configuração, surge a biopolítica, que são justamente as decisões e escolhas, mecanismos que são criados e foram formulados para garantir justamente a manutenção ou o prolongamento da vida. Aqui, vida é compreendida primeiramente como vida biológica (AGAMBEN, 2002), ou seja, é esse conjunto de estágios pelos quais um ser vivo passa do seu nascimento até a sua morte, no caso do ser humano investido na condição de sujeito.

Exemplos de práticas de biopolítica são o desenvolvimento das campanhas públicas de vacinação, as práticas de saneamento básico, a educação sexual e o desenvolvimento de sistemas de saúde, além de uma série de outras práticas que permitem que a vida biológica do homem possa se perpetuar, possuindo, assim, um componente imunológico. É nesse sentido que Hardt e Negri (2001, p. 3) dizem que o biopoder “se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida”.

A noção de biopoder se relaciona com a noção de antropotécnica, do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2009), na obra *Tens de mudar de vida*. Bruseke (2011) aponta que tal noção significa que o humano ganha materialidade, se constrói através de práticas que realizamos,

reinventamos e incorporamos continuamente, daí fabricação. No caso da sindemia, um exemplo evidente seria a vacinação, que é primeiramente, como prática política, uma maneira de frear o avanço do vírus reduzindo o contágio e a sua mutabilidade, elevando como consequência a restituição a determinados ambientes que levarão por si à inatividade, já que os vírus não morrem. Assim, a antropotécnica leva-nos a uma compreensão do processo de vacinação como gerador de um estágio civilizatório no qual uma doença antes existente e que ameaçava a vida possa agora ser controlada mediante a adoção de uma política pública interventora mediada e definida pelo Estado (HARDT; NEGRI, 2001, p. 54-55).

A biopolítica se exerce na preocupação com a vida biológica, aquela que antecede as convenções sociais, as normas e a própria constituição do sujeito imbuído de direitos na condição de pessoa. No que concerne ao poder de Governo, ela se mostra na deliberada propaganda no sentido de desacreditar a vacina, em medidas de isolamento físico e, mais recentemente, na defesa da tese de que seria preferível a morte a perder a liberdade. Essa formulação desconsidera um fundamento básico: o de que é necessário estar vivo para ter direitos e, por sua vez, ser livre.

Não apenas isso: a liberdade é sempre uma relação regulamentada em níveis a partir dos quais a sociabilidade se sobrepõe ao indivíduo, a vida da coletividade acima do indivíduo, possuindo, assim, na relação com a LR, um componente intersubjetivo de respeito aos direitos dos outros (HONNETH, 2003). Vacinar-se, nesse contexto, não se trata de uma escolha do sujeito para ele mesmo, mas de uma antropotécnica imunológica a partir da qual a vida biológica da sociedade se mantém, se perpetua e se prolonga. Note-se, com isso, que o exercício do poder sobre o corpo do outro vai além da lógica da soberania, visto que o bem-estar coletivo suprime o individual (MATTOS, 2020). Por esse viés, o poder do Estado, conforme Mbembe (2020), nessa virada imunológica, se manifesta sobre a vida biológica, sendo o poder um exercício de dominação e sujeição nas suas variadas formas.

#### Exemplo 19:

“[...] Na base de 15% [a taxa de letalidade] acima de 60 anos. Então cada 100 pessoas acima de 60 anos, que é o meu caso, 15 podem ter complicações mais graves.” (FP-Face-frag01-12/03/2020).

Observemos no trecho que há o engajamento por monoglossia em “Na base de 15% acima de 60 anos”, informação que aparece sem fundamentação estatística e com uma hermenêutica de interlocução com o sujeito na 1ª pessoa do plural, em “nós”, que se refere aos iguais, em termos de ideologia, na forma de pensar, ou seja, os bolsonaristas. Essa mesma linha

de avaliação se mantém na sequência, com a dedução – equivocada – de a taxa de mortalidade ser de apenas 15 na proporção de 100 pessoas, o que é incoerente, haja vista, primeiro, a confusão feita pelo agente discursivo entre letalidade e mortalidade.

A mortalidade é calculada a partir do número de mortes a cada 100.000 pessoas, enquanto a letalidade é definida pelo número de mortes em função dos casos, conforme estudo<sup>64</sup> realizado por estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás (FM/UFG). Esse estudo demonstrou, também, o elevado número de mortes entre diversas faixas etárias, sendo maiores entre os velhos, porém não na proporção enunciada em FP-Face-frag01-12/03/2020. Segundo, por se tratar de doença biopolítica, as condições de vida do indivíduo têm igual importância; em relação à disponibilidade e ao acesso dele a uma rede de atenção e cuidado em saúde e recursos terapêuticos<sup>65</sup>, faz com que os perfis de mortalidade e letalidade do vírus sejam diferentes, ainda que maiores no Brasil em comparação à média global.

Essa argumentação, pretensamente, buscava assentar a ideia de que a chamada normalidade deveria ser mantida, com a circulação de pessoas e o comércio aberto, já que seriam poucas pessoas que iriam morrer e que, por serem idosas, seria a morte delas não somente inevitável, mas aceitável, dado ser a velhice uma condição de iminência do fim da vida biológica e social. Foucault (1988) trata da questão da biopolítica atrelada à compreensão de como nos relacionamos com os nossos corpos. Para ele, sexualidade não se restringe à questão da prática, mas do conjunto de representações que são instauradas e mobilizadas por essa ideia. É uma forma de operar biopoliticamente.

Em FP-Face-frag01-12/03/2020, também temos o subsistema da atitude, manifestado por uma avaliação social acerca dos velhos, compreendidos como sujeito amortizado pelo número: assim como a multidão, não possui rosto. Veja-se: “Então cada 100 pessoas acima de 60 anos”.

Exemplo 20:

“As pessoas com menos de 50 anos, que não tenham nenhuma doença crônica, diabetes, hipertensão, ou seja, que afete sua imunidade, correm mais risco de serem atropeladas na rua que morrer de COVID-19.” (FD-OT-frag25-28/03/2020).

<sup>64</sup> Cf. “Índice de letalidade por complicação da Covid-19 em adolescente do Brasil é de até 37%” em <https://jornal.ufg.br/n/148650-indice-de-letalidade-por-complicacao-da-covid-19-em-adolescente-do-brasil-e-de-ate-37>. Acesso em: 3 set. 2021.

<sup>65</sup> Conforme identificado no estudo “Evolução espaço-temporal da letalidade por COVID-19 no Brasil, 2020”, divulgado no volume 46, nº 4/2020, do **Jornal de Pneumologia**, disponível em: <https://www.jornaldepneumologia.com.br/details/3362/pt-BR/evolucao-espacotemporal-da-letalidade-por-covid-19-no-brasil--2020>. Acesso em: 3 set. 2021.

Para início de conversa, consideremos que a argumentação já começa assentada, novamente, em uma premissa equivocada, haja vista não ter sido especificado qual o parâmetro técnico para se fazer o postulado em questão. Há uma avaliação social a partir de “As pessoas com menos de 50 anos, que não tenham nenhuma doença crônica, diabetes, hipertensão” que sugere que as pessoas com menos da idade mencionada não correm risco de morrer, desde que não possuam as chamadas comorbidades, linguisticamente enunciadas por “doença crônica”, “diabetes” e “hipertensão”, o que também denota a ocorrência de uma gradação, visto serem enunciadas as doenças para, na sequência, o sujeito retomar a tese de que a imunidade em alta representaria o mesmo risco de morte por Covid-19 no mesmo padrão estatístico que um acidente de trânsito (“morrer atropeladas”).

Exemplo 21:

“[...] A garotada abaixo de 40 anos, a princípio, contraindo o vírus, não vai ter problema. Agora essa garotada, vamos supor, se infectando agora, ela seria uma barreira no futuro para não transmitir o vírus aos mais idosos.” (FP-Jorn02-frag28-08/04/2020).

No trecho, temos a ocorrência de uma avaliação social em “[...] A garotada abaixo de 40 anos, a princípio, contraindo o vírus, não vai ter problema”. A seguir, há uma sequência argumentativa assentada na gradação em “Agora essa garotada, vamos supor, se infectando agora, ela seria uma barreira no futuro para não transmitir o vírus aos mais idosos”, a qual sugere ser a contaminação o caminho para ser alcançada a imunidade de rebanho. Ora, o exercício do biopoder se dá pelas escolhas que fazemos para prolongar, cercear ou reduzir a vida biológica através de condições materiais e simbólicas que se refletem na maior ou menor duração daquela.

Nesse sentido, o que parece consistir no afeto (GOMES, 2020) a partir de “não transmitir o vírus aos idosos” se mostra como falso, dado que não se trata de uma manifestação de solidariedade, cuidado ou preocupação do sujeito de FP-Jorn02-frag28-08/04/2020. Pelo contrário, há também a ocorrência de monoglossia (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011) em “vamos supor”, isso porque o sujeito parece estar abrindo a interlocução à possibilidade de outras vozes e opiniões diferentes da sua, quando, na verdade, está apenas mobilizando os mesmos sentidos que buscam legitimar a ausência do Estado e o extermínio desenfreado como resultado de biopolíticas de omissão e negligência.

#### *4.4.4 Aspecto Constitucional*

Neste subtópico, avançamos a discussão a partir do consenso de que o direito

constitucional tem como fundamento instrumentalizar, analisar e garantir o cumprimento da Constituição de um país. Isso no que concerne às normas que, ao mesmo tempo que delimitam o poder do Estado, também asseguram o cumprimento dos chamados direitos fundamentais, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à previdência social, ao lazer, à segurança etc. Observemos que as subseções que compõem este capítulo possuem uma intersecção, nem sempre sendo possível a imediata identificação de cada uma delas, o que pode levar a dúvidas acerca dos motivos de não termos tratado de todas elas de maneira una. Reiterando o que já havíamos dito no capítulo metodológico, essa é uma escolha para evidenciar as nuances da velhofobia. Isto posto, de maneira geral, os elementos do DC giram em torno de nove títulos, a saber:

1. Dos princípios fundamentais;
2. Dos direitos e das garantias fundamentais (os quais não se confundem com os direitos humanos, pois esses últimos são supranacionais);
3. Da organização do Estado;
4. Da organização dos poderes;
5. Da defesa do Estado e das instituições democráticas;
6. Da tributação e do orçamento;
7. Da ordem econômica e financeira;
8. Da ordem, social;
9. Das disposições constitucionais gerais.

Tais direitos estão assentados nos princípios do Estado brasileiro: soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais; livre iniciativa; pluralismo político, os quais constam no Artigo 1º da CF, sendo cláusulas pétreas, ou seja, não podem ser revogados nem alterados por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Tendo sido criada na Redemocratização, após um turbulento e traumático período de restrição de direitos diversos, a CF, pelo viés socialdemocrata que possui, foi e ainda é uma das mais completas e bem construídas do mundo.

#### Exemplo 22:

“[...] Também agora está aí, estão apresentando o Annita. Não sou médico, não recomendo nada para ninguém. O que recomendo é que você procure o médico... Você que está com parente, amigo, um idoso com sintomas, procure um médico. Doutor, você ministra hidroxicloroquina ou não? Ministra Annita ou não? O médico vai falar alguma coisa. Ele pode falar ‘vai para casa e deite’. Aí você decide e procura outro médico se quiser.” (FP-Jorn06-frag37-16/07/2020).

Em FP-Jorn06-frag37-16/07/2020, temos um sujeito que evoca a injunção como recurso discursivo-argumentativo (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011), ou seja, com a pretensão de orientar o interlocutor a seguir uma conduta pré-definida. Isso é feito pelo recurso do engajamento por heteroglossia (VIAN JR., 2010) em “[...] também agora está aí, estão apresentando o Annita”, embora ele não apresente, nominalmente, quem seriam os sujeitos/agentes/entidades que estariam sugerindo e indicando um medicamento utilizado no tratamento de parasitoses (vermífugo) para combater uma doença viral.

Em “Não sou médico, não recomendo nada para ninguém”, o sujeito emite um julgamento (avaliação ética) (GOMES, 2020), inicialmente, ao evocar os sentidos de que apenas um médico ou profissional da saúde, devidamente capacitado, poderia prescrever medicamentos. Contudo, na sequência, ao afirmar “O que recomendo é que você procure o médico... Você que está com parente, amigo, um idoso com sintomas, procure um médico. Doutor, você ministra hidroxicloroquina ou não? Ministra Annita ou não? O médico vai falar alguma coisa. Ele pode falar ‘vai para casa e deite’. Aí você decide e procura outro médico se quiser”, o recurso da gradação se mostra como um encaminhamento argumentativo para que, no limite, o paciente, acometido de sintomas virais, possa ter a percepção de que deve procurar um médico, dentre os disponíveis, que prescreva o medicamento indicado pelo Presidente e seus seguidores, em efeito cascata.

Observemos também como há uma flutuação discursiva por parte do agente discursivo, similar ao que ocorre em FD-OT-frag25-28/03/2020, quando ele evoca a idade de 50 anos como de não risco para as pessoas, e, logo mais, em FP-Jorn02-frag28-08/04/2020, a idade cai para 40 anos. Assim como em FP-Jorn06-frag37-16/07/2020, isso parece sugerir uma inconstância em relação ao que é enunciado, além de desconhecimento técnico e responsabilidade jurídica e política. Tal flutuação sinaliza a falta de uma linha condutora, de um rumo, de modo que o sujeito fala o que “vem na telha”, demonstrando falta de planejamento no combate ao vírus e engajamento nos discursos a partir do bolsonarismo, da retomada e veiculação de sentidos e representações que pertencem a essa bolha.

É, pelas avaliações feitas, também um caso de invasão de competência, haja vista ser de responsabilidade do profissional de saúde específico a prescrição de medicamentos mediante protocolos definidos pela área. É, mais uma vez, um desrespeito aos referidos profissionais, aos ritos democráticos e ao pleno funcionamento do país mediante a corrosão política, cívica e moral ocasionada pelo bolsonarismo (GHIRALDELLI JR., 2019). É preciso que estejamos atentos em relação a essas questões, pois a história que estamos construindo hora ou outra irá

nos cobrar o compromisso ético, político e social inerente a quem propõe trabalhar a partir dos ECD. Assim, sintetizamos a seguir o que identificamos nas análises realizadas neste estudo.

#### 4.5 Considerações preliminares sobre necropolítica, inércia do Estado e sua aliança com o vírus

A partir do aparato teórico-metodológico mobilizado, tendo como materialidade os recortes analisados, verificamos que a sindemia significou não apenas um caos globalizado, mas sim um conjunto de ações deliberadas tomadas de forma equivocada por parte do Governo brasileiro, alinhado aos preceitos do bolsonarismo. A seguir, esquematizamos, por meio de um quadro, o resumo das principais categorias identificadas nas análises:

**Quadro 8 – Resumo das análises**

MACROTEMÁTICAS	MICROTEMÁTICAS	CATEGORIAS DA GSF	CATEGORIAS SOCIODISCURSIVAS
ECONOMIA	QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA	ENGAJAMENTO – por monoglossia	O <b>poder econômico</b> aparece como definidor dos direcionamentos da política de gerenciamento da sindemia, bem como a <b>morte dos velhos</b> ganha positividade mediante a desoneração da Previdência pública e dos seguros.
	MERCADO DE TRABALHO	ENGAJAMENTO – por monoglossia; GRADAÇÃO – por força e foco.	O <b>poder econômico</b> estende sua influência a partir do entendimento do <b>trabalho</b> como <b>direito</b> individual em detrimento do bem-estar coletivo. O <b>conflito</b> de interesses entre <b>público</b> e <b>privado</b> causa a omissão do Estado, assim como instabilidade <b>política, econômica e jurídica</b> no país. O <b>velho</b> é violado pela tentativa de isolamento, bem como pelo <b>desrespeito</b> aos seus <b>direitos</b> .
	CAPITAL	ENGAJAMENTO – por monoglossia; ATITUDE – por força.	Sobredeterminação e invasão de competência do <b>capital</b> sobre os poderes público e político, que <b>vulnerabilizam</b> e aviltam o <b>velho</b> , desrespeitando-o. O capital na sindemia é entendido como <b>império</b> , imaterial que é e <b>excludente</b> do fator humano. É preciso deixar os <b>velhos</b> morrerem para não prejudicar o <b>Mercado</b> , o <b>enriquecimento</b> e o <b>lucro</b> .

VIDA	FAMÍLIA	ENGAJAMENTO – por monoglossia; heteroglossia dissonante; GRADAÇÃO – por força; foco; ATITUDE – pela avaliação social; avaliação ética; apreciação.	Entendimento da <b>Família</b> como única responsável pelo cuidado do <b>velho</b> , que passa a ser entendido como <b>fardo</b> e <b>peso</b> para a sociedade. Há uma contradição entre o entendimento da família e a hermenêutica pregada pelo <b>bolsonarismo</b> , constituído como movimento político-religioso.
	PAPEL DO ESTADO	ENGAJAMENTO – por monoglossia; ATITUDE – por afeto; avaliação social.	O <b>Estado</b> se omite da responsabilidade pelo cuidado com os <b>velhos</b> , <b>violando</b> o Estatuto do Idoso. Também se normalizam a representação do <b>velho</b> como na iminência da <b>morte</b> por Covid-19 e o determinismo atrelado à <b>doença</b> .
	DIREITOS HUMANOS	ENGAJAMENTO – por monoglossia; ATITUDE – por julgamento.	<b>Violação dos direitos do velho</b> , especificamente os que tratam da <b>dignidade</b> da pessoa humana e do direito/ <b>respeito à vida</b> .
VIOLÊNCIA	VELHOFOBIA	ENGAJAMENTO – por monoglossia.	A <b>velhofobia</b> aparece como um já estar sempre lá, atravessada pelo viés ideológico, representando <b>negativamente</b> sobre a velhice o ser/estar/ficar velho.
	NECROPOLÍTICA	ENGAJAMENTO – por monoglossia e heteroglossia; Julgamento; Afeto; GRADAÇÃO – por foco.	Há uma decisão deliberada do Estado em <b>matar velhos</b> .
	BIOPODER	ATITUDE – por avaliação social; Afeto negativo.	O <b>boicote</b> e o combate do Governo em relação às <b>vacinas</b> consistiram numa <b>ação biopolítica</b> cujo impacto teve resultado <b>morte</b> .
	ASPECTOS CONSTITUCIONAIS	ENGAJAMENTO – por heteroglossia.	<b>Invasão de competência</b> por parte de agentes <b>bolsonaristas</b> e <b>irregularidades jurídicas</b> por parte das ações do Presidente.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

Ainda que a morte seja um fato biológico, no Brasil sindêmico, com a iminência de um individualismo cada vez maior, próprio de um Estado neoliberal, a vida alheia possui cada vez menos valor, fato que nos preocupa. Isso porque o que é decisivo, em termos de uma solidariedade para um bem-estar social, não é a inevitabilidade da morte alheia, mas sim a ausência da percepção das necessidades, demandas e reivindicações que o outro possui, de que a vida importa, e isso está sendo marginal no cenário brasileiro atual, haja vista a ocupação dos

espaços de poder público, jurídico e midiático pelo bolsonarismo. Seria ideal que a experiência de vulnerabilidade do outro fosse importante para que o “eu” o reconheça, de modo que possa, na eticidade que “me” constitui, me sensibilizar, na medida em que me faço parte daquela demanda (HONNETH, 2003, p. 94). Porém, a isenção do Estado e de setores sociais tem sido evidente, somada a certa apatia ante o sofrimento causado pela sindemia, o que coloca em cena o componente da Necropolítica.

O aspecto necropolítico pode ser compreendido como as atividades, decisões e práticas que relacionam o poder com a governabilidade e a decisão de pôr fim à vida (MBEMBE, 2020, p. 71), ou ainda de não a preservar quando se poderia fazê-lo. No Brasil bolsonarista da sindemia, a constante troca de Ministros da Saúde e o bloqueio e a limitação de recursos para combate ao vírus<sup>66</sup> mostram como o determinismo atribuído à sindemia relaciona-se com o aparelhamento ideológico do Estado, e, mais do que isso, a sua reformulação – pelo desgaste gradual da República – se aproxima de certa reconstrução do Estado como uma máquina de guerra, cuja finalidade é matar (MBEMBE, 2020, p. 54-55) não diretamente, mas “deixando” que o vírus opere descontroladamente ou ainda deixando morrer. Não à toa,

Tanto agora, durante a quarentena, quanto antes da pandemia, é visível a atuação de um ‘Estado suicidário’. Este modelo de Estado corresponde a um novo estágio dos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo, em sua face mais cruel, a da fase terminal. Neste caso, o Estado brasileiro não é apenas o gestor da morte, ele é o ator de sua própria tragédia, o artífice de sua própria implosão. Não se trata apenas da necropolítica, na qual o Estado opera como coveiro e gestor da morte e do desaparecimento dos seus opositores – considerados como seus principais inimigos. Nesse sentido, subjaz aos versos a postura de desprezo genocida do antipresidente pela vida dos trabalhadores. (SILVA et al., 2020, p. 5).

A expressão “Estado suicidário” (SAFATLE, 2020) tem relação com a tese de que as ações necropolíticas do Governo Federal têm levado a uma crescente de mortes que poderiam – e deveriam – ser evitadas. Essa posição coloca o Brasil na contramão em relação às ações de outros países e contraposto às recomendações da OMS, sendo, assim, mortes deliberadas, ora facilitadas pela ação do Estado, ora pela sua inércia, o que induz a uma nova modalidade de suicídio através do qual o Estado subsiste ante a morte dos seus cidadãos, ou melhor, de certos grupos, como é o caso dos velhos. Essa é a configuração necropolítica assumida pelo Presidente

<sup>66</sup> Haja vista que o Governo Federal, até a data de escrita deste trabalho, não havia gasto o valor aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal para o enfrentamento da sindemia, conforme notícia intitulada “Governo deixou de gastar 80,7 bilhões de reais destinados à pandemia em 2020, diz estudo”, de 07 de abril de 2021, disponibilizada em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-07/governo-deixou-de-gastar-807-bilhoes-de-reais-destinados-a-pandemia-em-2020-diz-estudo.html>. Acesso em: 3 jul. 2021.

tanto em seus discursos quanto na ausência de ações<sup>67</sup>. Como uma das consequências disso é que

[...] a pandemia do coronavírus está trazendo consequências devastadoras em termos de perdas de vidas humanas e de emprego, afetando as famílias de várias formas. Uma delas é a diminuição da renda de seus membros, seja pela morte, seja pela perda de emprego num momento de difícil acesso a um trabalho remunerado. A tendência esperada é a de um crescimento do número dessas mortes e do desemprego, neste caso, mesmo depois da pandemia, o que terá um grande impacto nas suas famílias. (CAMARANO, 2020, p. 7).

De certo modo, a política “é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento” (MBEMBE, 2020, p. 9), o que implica diálogo, negociações e acordos. Trata-se de algo muito diferente de como está o Brasil atual, no qual as falas do Presidente, rotineiramente, põem em funcionamento a banalidade do mal (ARENDRT, 1999), sem mobilizações e medidas de assistência à população no sentido de subsidiar e reforçar a assistência no Sistema Público de Saúde (SUS), a garantia de empregos e a redução da miséria, entre outras medidas que poderiam – e deveriam – ser tomadas. É um Governo em curso para os iguais que exclui as diferenças, as coexistências e as alternativas, não à toa ser classificado, também, como contendo traços de neofascismo, conforme aponta Dornelles (2020).

Outro aspecto diz respeito à relação entre o Estado e a questão do Mercado – financeiro e, portanto, neoliberal –, visto que foi fortemente veiculado o discurso de que a Economia não poderia ser prejudicada, o que permite pensarmos sobre de quem é o poder de matar ou, ainda, de evitar, através do exercício executivo da máquina pública – no caso do Presidente – para minimizar os efeitos da sindemia. Não à toa, conforme temos constatado – as estatísticas e subnotificações demonstram isso –, a mortalidade causada pela sindemia tornou esta apenas mais uma infecção viral em meio a tantas outras. Isso no sentido da sua inevitabilidade: o contágio se torna inevitável, mera questão de tempo, e, nessa nova barbárie necropolítica, quem vive ou morre já está definido, ou seja, uma vez velho, de grupo de risco, é recorrer ao misticismo ou à sorte. Por essa razão é que

Na efervescência da pandemia em meio a esse modo de vida particular, vemos emergir a biopolítica, com a progressiva tentativa do estado de gerir e controlar os corpos e, de forma adjacente, sua atuação no campo da

<sup>67</sup> Este é justamente um dos pontos centrais dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID: investigar as ações e omissões do Estado brasileiro no enfrentamento da Covid-19. Essa CPI foi instaurada em 27 de abril de 2021.

necropolítica definindo sobre o deixar viver e deixar morrer. Nesse contexto, o velho considerado como um recurso desatualizado e cuja utilidade é questionada, torna-se alvo privilegiado dessas políticas. Como um mal-estar ou um problema a ser resolvido, as mortes já contabilizadas, e as que probabilisticamente estão por vir, entram na conta do sacrifício necessário para a promoção do suposto bem-comum. (BARRETO; CARRIERI, 2020, p. 181).

Para além da naturalização do vírus, ou seja, uma compreensão de que a contaminação pelo vírus seria inevitável, portanto não havendo nada que pudesse ser feito para evitar ou minimizar o contágio, o Presidente ajudou a conferir naturalização à sindemia. É como se ela fosse, na visão por ele e seus seguidores defendida, algo determinado, o que ajuda a conferir a ela uma relação metafísica com a noção de destino ou equivalentes. É como se ela estivesse aquém das ações humanas, sendo necessário que a aceitemos de bom grado, como se houvesse algo maior a partir dela sobre o que não temos nada a fazer. Parece se tratar de uma transcendência da doença, sendo que apenas o divino poderia nos socorrer, como no caso de outras epidemias e pestes que “assolaram a humanidade” (HARARI, 2016, p. 14).

Nas Ciências da Saúde, o componente imunológico está associado à exposição a patógenos e agentes que possam causar problemas no bom funcionamento morfofisiológico da pessoa. Isso significa considerar que a imunidade está relacionada com aspectos genotípicos, ou seja, que envolvem a composição genética de um indivíduo, acrescido pelos fatores socioambientais. É assim, por exemplo, que tem sido relativizado o conceito do que seria boa saúde, além de estar em curso uma discussão sobre a importância da medicina preventiva em detrimento do cuidado de sintomas e doenças. É sabido que o Presidente não é médico, mas, desde o início da sindemia, ele tem divulgado e defendido a tese de “imunização de rebanho<sup>68</sup>”. Na teoria, ela ocorreria através da exposição de parcelas da população a um agente infeccioso, o que levaria esses indivíduos a produzirem anticorpos e aumentarem as suas defesas, neutralizando, meramente a partir de resposta imunológica individual, o avanço de uma doença ou de agentes infecciosos.

Han (2017) nos mostra que a sociedade atual não é mais imunológica. Dentro desse viés, a tese de imunização de rebanho se revela como duplamente necropolítica. A primeira noção é porque está baseada no contágio em massa da população para que sejam produzidos anticorpos sem a utilização da vacina, e a segunda é porque isenta o Estado do seu papel de agente provedor da vida e da capacidade de gestão dos bens públicos, consoante as Leis.

<sup>68</sup> Cf.: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/noticias/artigo/o-que-e-imunidade-de-rebanho>, acesso em: 10 out. 2021, e <https://pebmed.com.br/teoria-da-imunidade-de-rebanho-para-COVID-19-funciona/>, acesso em: 10 ago. 2021.

Em face disso se tem que, se levada à efetividade, tal tese resulta em pessoas que acabam morrendo, estejam elas com comorbidades ou não. Ainda mais: uma contaminação rápida e massiva ocasiona superlotação nos hospitais e no sistema de saúde, o que impede que outras pessoas tenham garantida a assistência, visto que as unidades de saúde estão superlotadas, e isso, por fim, constitui uma violação do preceito constitucional do estado de direito à vida. Trata-se de uma combinação que tem favorecido o aumento do número de mortes e, recentemente, mobilizado investigações nos inquéritos da CPI da COVID. É nesse sentido que este estudo associa o Estado a uma aliança com o vírus e como agente, na sequência, em favor da sindemia e da morte.

Assim, ainda que fosse difícil passar pela sindemia sem sentir os seus efeitos, estes poderiam ter sido minimizados se o Estado tivesse adotado uma política unificada, coesa, alinhada às recomendações da OMS e, ainda que minimamente, se tivesse assegurado direito à vida, entendido a gravidade da doença e o seu funcionamento necro e biopolítico, com isso milhares de brasileiros não teriam morrido sem leitos, sem respiradores, entregues à própria sorte. Na velhofobia que se escancarou, a sindemia mostra-nos também o aspecto negativo inerente ao funcionamento da ideologia, da necessidade de luta(rmos) por reconhecimento, por dignidade, por justiça social e cognitiva, por assistência e por um Estado/Governo que cumpra aquilo que está previsto em Lei e, essencialmente, que, na dúvida entre o que fazer, escolha sempre não matar, garantindo a vida de todos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir as representações discursivas acerca do velho e da velhice durante a Covid-19 no cenário brasileiro. Ao longo do texto, explicitamos as razões pelas quais escolhemos tratar a doença como sindemia, justamente por ser uma doença biopolítica. Esse percurso foi feito de maneira transdisciplinar, a partir dos ECD, ancorado na ASCD e seus diálogos teóricos com a Luta por Reconhecimento, a Necropolítica, com aberturas para os campos da História Econômica, Política e Filosofia Social.

Situamos aspectos teóricos da origem da ACD, demonstrando o caráter decisivo das relações entre discurso, poder e sociedade. Além disso, expomos nossa adesão à mudança de ACD para ECD, formulada por Van Dijk (2018) e tida por esse autor como necessária, uma vez que ele considera o primeiro termo ambíguo, justamente por não fazermos apenas análise, mas, também, teoria. Assim, discutimos que, como campo, os ECD têm contribuições importantes para diversas áreas do conhecimento, visto permitir uma abordagem dialética entre o discursivo a partir das várias semioses. Nesse sentido, o que nos é fundamental é a consciência explícita de nosso papel como analistas críticos, na sociedade, na identificação de situações de violação de direitos e, fundamentalmente, do nosso alinhamento às lutas e pautas de minorias e grupos vulneráveis.

Também contextualizamos o surgimento da ASCD, corrente dos ECD emergente, que nos coloca em posição contra-hegemônica como pesquisadores do Sul do Sul (SANTOS, 2010), haja vista a nossa localização geográfica e as questões de colonialidade do saber ainda vigentes. Nesse contexto, situamos e defendemos a perspectiva decolonial imbricada no modo de gerenciar a pesquisa em ASCD, e a transdisciplinaridade confere aos ascedianos – nome pelo qual nos designamos – um modo de operar numa perspectiva inovadora, emergente, buscando identificar, desvelar, apresentar, sob novos olhares, problemas sociais, situações de injustiça, violação de direitos etc. Assim, o percurso realizado contemplou representações negativas sobre o velho e o envelhecimento durante a sindemia da Covid-19, tendo como *corpus* discursos de bolsonaristas coletados no ambiente virtual.

As razões para a escolha de discursos de atores bolsonaristas se dão pela anomia que atravessa o Brasil e acompanha a sindemia, com ela se intensificando. Trata-se de um movimento político-religioso, fundamentado em falsas representações acerca de valores religiosos e símbolos nacionais, fazendo-se, por isso mesmo, criptocristão (GHIRALDELLI JR., 2019). Conforme defendemos, tal movimento infiltra seus agentes nas estruturas sociais, minando conquistas sociais, direitos e avanços que pensávamos ter conseguido. Abordar os

discursos desses sujeitos é não só mapear para o futuro a agonia e o sofrimento que vivemos nestes dois anos e meio de sindemia, mas, sobretudo, alertar os que ainda se deixam seduzir por esse projeto de desmonte da República, de inversão de valores, de desrespeito à vida.

No trabalho, trouxemos também os principais aspectos da Luta por Reconhecimento, nas formas de reconhecimento do Amor, do Direito e da Solidariedade, cuja ênfase se deu na esfera do Direito, haja vista o seu caráter normativo e universalizante. Também introduzimos questões ligadas à necropolítica, na defesa de que há em curso no Brasil sindêmico um extermínio deliberado de velhos, assim como ressaltamos que a condução e a construção discursiva da sindemia possuem aspectos necropolíticos em sua gênese que endossam, naturalizam e perpetuam a velhofobia.

Apresentamos, ainda, considerações sobre biopolítica, uma vez que consideramos a Covid-19 como sindemia, reforçada pelos discursos anticiência, de desvalorização da vida e de naturalização do vírus mediante a sua redução ao aspecto clínico, sem considerar o modo desigual através do qual poderiam ser adotadas medidas de prevenção e redução do contágio. Sempre que aparece neste trabalho, o conceito de Política Linguística está assentado no aspecto político inerente ao uso da língua pelos sujeitos porque costumeiramente se utiliza esse termo para se referir a direitos linguísticos de minorias, sendo que esta pesquisa, no tocante a direitos, foca na questão de direitos humanos, alicerçada no pressuposto do direito à vida como condição necessária à possibilidade de gozo e usufruto dos demais direitos – como a liberdade, por exemplo.

Ao longo do estudo, as reflexões apontam para a importância de trazer a questão do velho para a universidade, o que fazemos em sintonia com a contextualização feita por Pedrosa (2020) de uma ciência para alcateia. Tal metáfora permite, a nosso ver, ilustrar a urgência de intervirmos e nos mobilizarmos para desnaturalizar essas representações velhofóbicas, dado que, uma vez pensado o exemplo dos lobos, parece ficar claro o quão preocupante é o momento brasileiro atual.

### **Respondendo às questões e aos objetivos**

1. Quais representações sociais são constituídas discursivamente sobre a velhice e o envelhecimento no contexto sindêmico brasileiro e como elas alocavam o velho no não-lugar social?

Alinhados aos objetivos, ficou evidente que as representações sociais sobre a velhice e o envelhecimento são negativas e que levam o sujeito velho a um estado de semimorte e

distanciamento coercitivo da vida social, haja vista o imaginário que se instaurou acerca da iminência da morte, da anulação da presença do velho na vida social, da participação nas decisões familiares. Neste ponto, ao longo do trabalho, demonstramos que as escolhas léxico-gramaticais estão centradas nas categorias sociodiscursivas negativas da velhice e da morte, tendo como positivas as que envolvem Mercado, sendo o poder um instrumento de mediação dessas relações que são discursivamente veiculadas ou mediadas pela linguagem.

Nas análises que fizemos, constatamos como, durante a sindemia, a hegemonia do poder econômico orientou as políticas públicas do Governo Federal no tocante à sindemia. Isso ocorreu a partir de dois elementos importantes: primeiro, pela interferência externa de atores sociais bolsonaristas fora da máquina pública, que fizeram pressão pelo não fechamento de estabelecimentos e comércios – o isolamento físico; segundo: atores sociais bolsonaristas em funções públicas utilizaram-se da posição, do prestígio e da influência para preterir o combate à doença em razão dos alardeados caos social e colapso econômico.

Esse cenário nos levou à consideração, também, do momento atual do capitalismo no Brasil e no mundo. Isso porque, entendido como império (HARDT; NEGRI, 2001), ele está financeirizado, fora das relações sociais de trabalho, gerando riqueza, mas sem contribuir para que ela seja distribuída ou possa gerar renda, bens. O Governo brasileiro, alinhado a essa visão neoliberal do Estado, optou, por intermédio do poder econômico, não só pela omissão, mas também por dificultar as medidas que prefeitos e governadores tentaram implementar para frear as mortes causadas pela sindemia. Alinhado ao aparato ideológico do bolsonarismo, o Governo também endossou e veiculou representações discursivas negativas sobre a velhice, bem como alinhou o Estado ao exercício biopolítico de deixar morrer.

Isso é algo que foi feito a partir de três representações centrais sobre o velho: aquele que não trabalha; aquele que está na iminência da morte e aquele que é uma espécie de “peso” para a sociedade e ônus para o Estado. Ainda mais grave: tais representações ajudam a naturalizar a morte dos velhos, bem como atribuir a ela positividade e benefícios tanto para a iniciativa privada – como foi o caso do ramo de Seguros – quanto para a União – no caso da Previdência. Neste ponto, uma distinção conceitual é importante no sentido de que não haja confusão entre a atuação da Necropolítica e a do Biopoder.

Neste trabalho, a Necropolítica está assentada na compreensão de ações que tenham como resultado a morte. É, portanto, uma ação de um ou mais sujeitos de forma deliberada. Em termos linguísticos, é resultado de um agir sobre e para cessar a vida. O Biopoder, por sua vez, é compreendido a partir do exercício que o poder – enquanto espaço de relações – exerce sobre os corpos e a vida, fazendo-a durar mais ou também a diminuindo. Desse modo, a ação

necropolítica está assentada em outras práticas e ações que levam à morte, como foi o caso das escolhas feitas pelo Governo ao longo da sindemia para que mais pessoas morressem. Já o exercício do Biopoder deu-se, por exemplo, na omissão do Estado em assegurar os direitos e a assistência aos velhos, conforme previsto no EI. Necropolítica e Biopoder andam juntos, são conceitos adjacentes, porém o seu *modus operandi* é distinto. Também é importante, nesta consideração, perceber que a ação da Necropolítica tem ênfase no aspecto do resultado morte, ao passo que o Biopoder se manifesta nas diversas dimensões da vida biológica.

2. Quais são as escolhas léxico-gramaticais utilizadas nos discursos dos sujeitos agentes para avaliar o papel do velho e como eles operam no endosso da velhofobia?

Conforme analisamos, as escolhas lexicais presentes nos discursos analisados sustentam-se pela negatividade do velho, pela sua invisibilidade social e pela sua condição de semimorto, ou seja, aquele que não está morto em sentido biológico, mas que tem as possibilidades de ser e estar em sociedade cerceadas por forças que o impelem ao isolamento, ao abandono e à espera da morte “natural”.

3. Quais formas de desrespeito e violação aos Direitos Humanos e ao Estatuto do Idoso estão presentes nos discursos analisados?

No tocante às formas de desrespeito aos velhos, evidenciamos que elas atravessam os meandros do EI e se dão nos níveis físico e psíquico, afetando negativamente a vida particular, em família e social dos velhos, haja vista o caráter velhofóbico inerente aos discursos analisados e às práticas dos sujeitos a elas relacionados. Ampliando esse entendimento, ficou evidente que a política do Estado brasileiro desrespeitou direitos humanos básicos, produzindo situações de vulnerabilidade, bem como se omitindo do seu papel no gerenciamento da sindemia. Neste ponto, podemos tomar como gravíssimas as tentativas de isolar os velhos em casa enquanto as demais pessoas deveriam circular, já que a “economia não poderia parar”. Da mesma natureza de desrespeito foi a omissão do Estado em fornecer suporte aos velhos, definindo deixar o cuidado deles como responsabilidade da família.

4. Quais subsistemas da Avaliatividade são mais utilizados discursivamente: Atitude, Gradação ou Engajamento?

Concluimos também que, embora todos os subsistemas da Avaliatividade tenham sido mobilizados para que pudéssemos desvelar a velhofobia dos discursos, predominou o

Subsistema de Engajamento por monoglossia, esta tida enquanto possibilidade fechada de interlocução, ou seja, de não abertura a outras vozes e outros pontos de vista, fato reforçado pela filiação ideológica dos agentes discursivos ao bolsonarismo, este que é entendido por muitos como movimento neofascista. Essa compreensão coloca este trabalho na condição de contribuir tanto com o interesse por essa temática – pouco estudada no campo, diga-se –, como também pelas possibilidades de diálogos teóricos que estabelecemos, o que permite ampliação de perspectivas na área e pode contribuir para outros pesquisadores – do campo ou não – estudarem as questões aqui apresentadas.

5. Quais contribuições esta pesquisa, criticamente, pode fornecer em relação à problemática pesquisada?

Creemos que a pesquisa, a partir dos ECD, contribui tanto para trazer uma temática que, costumeiramente, é tratada pela Antropologia e pelos Estudos Culturais para a área de Linguística, considerando o caráter mediador de relações assimétricas instauradas por meio da linguagem. Acreditamos, também, que os diálogos teóricos realizados podem motivar novas pesquisas – dentro e fora do campo dos ECD – sobre a temática, através das possibilidades de entrecruzamentos entre diversas áreas do conhecimento para confluir no tratamento da velhofobia.

Por fim, acreditamos que essa forma ousada – mas sempre científica – a partir da qual operamos em ASCD evoca nos nossos alunos e nas pessoas que porventura vierem a nos conhecer, ainda que pela leitura do texto, a possibilidade de se sentirem desafiadas a enfrentar as injustiças e as atrocidades constituídas e inerentes à banalidade do mal que é constitutiva da velhofobia. Nesse sentido, que este trabalho sirva, tanto a nós, como pesquisador, quanto a quem interessa possa, como alerta de que é preciso mudar, repensar e constituir novas possibilidades de vida e de integração social.

### **Perspectivas ascedianas para a construção de um mundo melhor**

Sabemos das limitações que este trabalho possui, bem como da nossa impossibilidade de desnaturalizar discursos e práticas historicamente construídos. Mas a contestação deve ser feita: é necessária. Mesmo que não possamos – e não podemos – isoladamente romper as estruturas hegemônicas de dominação e de abusos de poder, abalá-las, minimamente que seja, já é significativo. Uma centelha em meio a tantas outras, que acendem aqui e ali, em meio às sombras – da antivacina, da anticiência, da antivida, do antivelho etc. – que pairam sobre o Brasil, e, na resistência que fazem ao permitirem estudos como este, a universidade e o PPGL,

atemporalmente, se tornam guardiões da esperança de dias melhores para todos, sem distinção de qualquer espécie.

Reconhecemos, também, as nossas próprias dificuldades, angústias e sofrimentos envolvidos no processo de construção deste trabalho. Sendo sinceros, foi – e ainda é – complicado viver e lembrar as notícias veiculadas nos jornais, a instabilidade que tomou o mundo: sem saber o que viria, o que poderia nos acontecer. Perdemos pessoas importantes, queridas, de muitas das quais, na fase mais aguda da pandemia, não pudemos nem nos despedir. Foram lutos não vividos, ritos quebrados, incompletos, e, em muitos momentos, já não nos surpreende essa sensação de que aquilo tudo foi real, e – apesar do que foi – muitos ainda se alinham à banalidade do mal, ao desrespeito à vida e ao bem-estar coletivo. Isso poderia, talvez, nos levar à frustração, mas é um sentimento oposto que nos toma: o de enfrentar.

Não o fazendo, porém, de qualquer modo, pois isso estaria fadado ao fracasso. É considerar, primeiro, o nosso lugar e papel social enquanto sujeitos; segundo, identificar quais mecanismos ideológicos sustentam esses discursos; terceiro, mapear as redes discursivas, o aparato de veiculação e alcance e, por fim, municiar-se de instrumentos teórico-metodológicos que possam fazer frente contra-hegemônica ao mal que se apresenta como legítimo, como verossímil, travestido de bondade, de patriotismo, de valores religiosos.

Nesse processo, a ASCD fornece diversos instrumentos, além de exigir do analista profunda e incessante reinvenção e recontextualização daquilo que lê e produz. Se, como ativistas políticos, assumimos nosso papel de maneira participativa, epistemologicamente, sendo partes do Sul do Sul, isso deve se refletir, também, nas nossas práticas. Foi um desafio, por si só, escolher a temática, e, mais ainda, foram duras as demais etapas. Necessário, sim, doído, ainda que seja, mas falar da morte e trazer essas perspectivas para que outras pessoas que talvez não tenham visto e acompanhado o que de forma próxima acompanhamos possam ter um pouco mais de sensibilidade, cuidado e zelo com o velho, e, quem sabe, algum dia, ser velho signifique aquilo que entre muitas espécies já é um saber cristalizado e instintivo: sabedoria, vida, admiração e respeito.

Assim é que, dada a impossibilidade de este trabalho por si só conseguir transformar o cenário atual, exortamos os leitores, também, para o enfrentamento da velhofobia em suas práticas cotidianas – já que o discurso é, também, parte inerente dessas práticas. Esperamos ter fornecido, ainda que minimamente, instrumentos teóricos para identificá-la e combatê-la. Sem esse exercício não será possível a construção – utópica, sim, mas nem por isso impossível – de uma sociedade menos injusta, na qual viver com dignidade não seja apenas um conjunto de normas bonitas em papel e envelhecer seja algo positivo, época de colheita e de passar adiante

os saberes e as experiências de quem sobrepujou a banalidade do mal, celebrou a vida e venceu a morte da indiferença e da injustiça e o tempo.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, María Del Pilar Tobar. (Con)Textos de violação e resistência: um estudo em análise de discurso crítica sobre o Caso Michele Maximino. *In: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs.). Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 53-101.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ALMEIDA, Priscilla Adriane Ferreira de. Os gregos, os romanos e os celtas: Contatos entre Culturas e a Representação do Gaulês no *De Bello Gallico* de Júlio César. **Revista Cantareira**, Dossiê História e Representações da Antiguidade, edição 22, jan./jul. 2015.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. Vírus. *In: Biologia: a diversidade dos seres vivos*. 2. ed. v. 2. São Paulo: Moderna, 2004. p. 23-28.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: CIA das Letras, 1999.
- AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não lugares. *In: Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012. p. 71-105.
- BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, p. 1-11, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562020023.200171>.
- BARRETO, Raquel de Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua. COVID-19: Uma dura sentença de morte. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, Ed. Esp., jun. 2020.
- BBC NEWS. **Pandemia de coronavírus evidencia “velhofobia” no Brasil, diz antropóloga**. 02/05/2020, 19h10. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/02/pandemia-de-coronavirus-evidencia-velhofobia-no-brasil-diz-antropologa.ghtml>. Acesso em: 10 junho. 2020.
- BESSA, Décio; SATO, Denise Tamaê Borges. Categorias de análise. *In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. Análise de Discurso Crítica para Linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 132-157.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Brasil, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Brasília, DF, 2001.
- BRUSEKE, Franz J. Uma vida de exercícios: a antropotécnica de Peter Sloterdijk. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 26, n. 75, fev. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100010>.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus**: órfãos ou novos pobres? Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Relatório IPEA, Nota técnica 81, julho de 2020.

CÉSPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da (Cols.). **Vade Mecum tradicional**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

COSTA, Alexandre. O fantasma estruturalista e a Análise de Discurso Crítica. **Discursos Contemporâneos em Estudo**, v. 1, n. 2, p. 9-24, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/discursos.v2i1.0/8285>.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 157-176.

CUNHA, João Paulo Lima. **Kd o pai dessa criança?!**: uma Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso de atores pais de crianças com Síndrome de Down. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Cristóvão, 2021.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Tradução de Júnia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DINIZ, Leandro Rodrigues. Alguns conceitos-chave. *In*: \_\_\_\_\_. **A política linguística brasileira de promoção internacional do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. p. 24-36.

DORNELLES, João Ricardo. Necrocapitalismo e Neofascismo em tempos de peste. *In*: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dultra dos. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. Ilustrações Rodolfo Carvalho. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 90-110.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Processos de ensino-aprendizagem, educação linguística e descolonialidade. *In*: ZOLIN-VESZ, Fernando. **Linguagens e descolonialidades**: práticas linguageiras e produção de (des)colonialidades no mundo contemporâneo. v. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 15-38.

FOWLER, Roger. Sobre a Linguística Crítica. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 207-222, 2004.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. Conceitos básicos. *In*: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 21-38.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Pandemia e Pandemônio: O Bolsovírus. *In*: CABELO, Mariangela; GHIRALDELLI JR., Paulo. (Orgs.). **Pandemia e Pandemônio**: Ensaios sobre biopolítica no Brasil. São Paulo: CEFA Editorial, 2020. p. 9-15.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Bolsovírus, o enviado de satã**. Disponível em: <https://ghiraldelli.online/2021/02/27/bolsovirus-o-enviado-de-sata/>. Acesso em: 3 jan. 2022.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **O grande ataque do bolsovírus**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/02/a-doenca-misteriosa.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2022.

GÓES, Luis Gustavo Bentim. **Caracterização molecular de coronavírus-HCoV, circulantes no município de São Paulo**. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Biotecnologia, USP/IPT/Instituto Butantan, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Contemporânea**, ed. 18, v. 19, n. 2, p. 77-85, 2011.

GOMES, Ingrid Chagas. Linguística Sistêmico-Funcional: teoria de análise. *In: O subsistema de atitude no discurso de cinco professoras de letras que atuam fora da área específica de formação em Catalão-GO*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020. p. 32-54.

GOMES, Maria Carmen Aires. O Gênero Audiência Pública. *In: MAGALHÃES, Célia Maria Magalhães (Org.). Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 121-141.

GOUVEIA, Carlos A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução de Paulo Geiger. 20. reimpr., 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Prefácio. *In: Império*. Tradução Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 11-17.

HENNING, Carlos Eduardo. Nem no mesmo Barco nem nos Mesmos Mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19. **Cadernos de Campo**, São Paulo, online, v. 29, n. 1, p. 150-155, 2020.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IASD ROSA ELZE. **Culto de Adoração com Cleide Pedrosa - O Voo dos Idosos** 04/07/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTvbthZkc&t=3059s>. Acesso em: 19 nov. 2020.

JÄGER, Margarete. Quão crítica é a análise de discurso crítica? *In: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs.). Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2017.

KENEDY, E.; MARTELOTTA, M. E. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo Toscano (Orgs.). **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003. p. 17-28.*

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: Realizando Pesquisa Etnográfica Online. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

KRISTEVA, Julia. Introdução à Linguística. *In: **A história da linguagem**. Trad. Margarida Barahona. São Paulo: Edições 70. p. 13-50.*

MAGALHÃES, Célia Maria. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. *In: MAGALHÃES, Célia Maria (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 12-30.*

MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004.

MARTINS, Thiago Pawlick. Reforma da Previdência: o que muda e como te afeta [Guia]. 2021. Disponível em: <https://cmpprev.com.br/blog/reforma-da-previdencia-2/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 5. ed. São Paulo, SP: N-1 Edições, 2020.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso e análise crítica do discurso**: desdobramentos e intersecções. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo\\_ADeACD.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

MOREIRA, V.; GOMES, C. de M. (Coords). **Compreender os Direitos Humanos** - Manual da Educação para os Direitos Humanos. 3. ed. Versão original Wolfgang Benedek. Graz, Áustria, 2012. Disponível em: <http://igc.fd.uc.pt/manual/index.html>. Acesso em: 24 maio 2020.

MOTA, Nathalia Viana da; SANTOS, Adriana Pires Ferreira dos. Análise do Discurso Crítica: uma narrativa sócio-histórica do uso da linguagem. **Discursos Contemporâneos em Estudo**, v. 3, n. 3, p. 51-63. 2018. ISSN eletrônico 2595-3494.

MOURA, Heronides M. M. Uma breve história do tempo na linguagem. **Revista da ANPOLL** (impresso), v. 32, p. 43-60, 2012.

OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. Covid-19, sindicatos e a tutela do trabalho. *In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogerio Dultra dos. (Orgs.). **Pandemias e Pandemônio no Brasil**. 1. ed. v. 1. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 193-205.*

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

ORMUNDO, Joana da Silva. A reconfiguração da linguagem na globalização: investigação da linguagem online. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OYAMA, Thaís. **Tormenta**: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PARDO, Maria Laura. Metodología de la Investigación en Lingüística: Reflexiones y propuesta. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 271-288, jul./dez. 2015.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. A Socioanálise e a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: caminhos de análise em Análise Crítica do Discurso. Trabalho apresentado na mesa-redonda da ABRALIN: Análise Crítica do Discurso e os caminhos de análise. **VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística**. Natal: UFRN, 30/01 – 02/02/2013.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)**: uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br). Acesso em: 20 ago. 2021.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso e as Mudanças Socioculturais: as pesquisas no âmbito da UFRN. **Anais do GELNE**, 2012.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Gênero textual “frase”**: marcas do editor nos processos de retextualização e (re)contextualização. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2004.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; ALVES, Juliana Barbosa. Temática do ENEM 2017 e seu marco histórico: análise crítica dos discursos dos simpatizantes pela causa surda. **Revista Espaço**, Periódico Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, p. 215-235, 2020.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; ALVES, Juliana Barbosa. “Luta por Reconhecimento”: análise crítica dos discursos do povo Surdo sobre a temática do ENEM 2017. *Revista Espaço*, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/download/655/704>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; CUNHA, João Paulo Lima; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de. **Dos estudos críticos da linguagem aos estudos críticos do discurso**: o olhar, o registro, os pontos de vista críticos de quem fez a história. (no prelo). p. 1-20.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; MEIRA, Guianezza Mescherichia de Gois Saraiva; João Batista da Costa Júnior. Análise Crítica do Discurso e Mudança Social. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, v. XVI, p. 50-60, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade FEVALE, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MESESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Almedina, 2009. Parte I, Cap. II, p. 73-118.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. *In*: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs.). **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 11-51.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectivas latino-americanas para Decolonizar os estudos críticos do discurso. *In*: \_\_\_\_\_ (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 19-46.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. As línguas estrangeiras na legislação educacional brasileira de 1942 a 2005. *In*: BARROS, C. S.; COSTA, E. G. de M. (Orgs.). **Se hace camino al andar**. Reflexões em torno do ensino de espanhol na escola. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. p. 23-35. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/site/elivros/Se%20hace%20camino%20al%20andarreflexoes%20em%20torno%20do%20ensino%20de%20espanhol%20na%20escola.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ROSENFELD, Cinara L.; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 14-54, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000200002>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Para além da necropolítica**: considerações sobre a gênese e os efeitos do Estado suicidário. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/10/24/para-alem-da-necropolitica-por-vladimir-safatle/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SALVADORI, Mateus. **Luta por reconhecimento em Honneth**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=efioxuRyvSA>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MESESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Almedina, 2009. Parte I, Cap. I, p. 23-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *In*: **A gramática do Tempo**: para uma nova Cultura Política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos**, CEBRAP, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Hermes Talles dos. Gramática Sistêmico-Funcional e o ensino de língua portuguesa. **Revista Linguagem**, v. 25, n. 1, 2016.

SANTOS, Paulo Sérgio da Silva. **A apropriação do poder hegemônico da ciência em revistas de divulgação científica**: estratégias sociodiscursivas. 2017. 172f. Tese (Doutorado

em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, Zaira Bomfante dos Santos. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. **Revista SOLETRAS**, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, n. 28, 2014.2.

SCHMIDT, Ronald Sr. Political Theory and Languages Policy. *In*: RICENTO, Thomas. (Ed.). **An Introduction to Language Policy: Theory and method**. USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 95-110.

SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 3, 2014.

SEVERO, Cristine Gorski. Pós-colonialismo e Linguística: relação (im)possível? *In*: ZOLIN-VESZ, Fernando (Org.). **Linguagens e Descolonialidades**. Campinas: Pontes, 2017, v. 2. p. 39-54.

SEVERO, Cristine Gorski. A diversidade linguística como questão de governo. **Calidoscópico**, UNISINOS, v. 1, p. 107-115, 2013.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa: Revista de Linguística (UNESP, Online)**, v. 57, p. 451-473, 2013.

SILVA, Isabela Lapa; SILVA, Viviane Rufino. Breve Panorama Histórico e Introdutório da Análise Crítica do Discurso. **Revista Ao Pé Da Letra**, v. 19, n. 1, p. 53-77, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/234510/27719>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SILVA, Maurício Roberto da et al. Bolsonaro e a COVID-19: e daí? “o Brazil tá matando o Brasil”, “do Brasil, SOS ao Brasil”, “chora a nossa pátria, mãe gentil...”. **Motrivivência**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 32, n. 62, p. 1-19, abr./jun. 2020. ISSN 2175-8042. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e74507>.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. Apresentação. *In*: VIEIRA, Josenia Antunes et al. **Olhares em análise de discurso crítica**. Brasília, 2009. p. 7-14.

SOUZA, Rita de Cássia Santos. **Educação especial em Sergipe do século XIX ao XX: cuidar e educar para civilizar**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

STAROBINSKI, Jean. A palavra civilização. *In*: **As máscaras da civilização**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 11-56.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Tradução de Judith Hoffnagel e Karina Falcone; FALCONE, Karina (Orgs.). São Paulo: 2018.

VIAN JR., Orlando. O Sistema de avaliatividade e a linguagem da avaliação. *In*: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a. p. 19-29.

VIAN JR., Orlando. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. *In*: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010b. p. 33-40.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, v. 5, n. 1, p. 6-39, jan./jul. 2019.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WODAK, Ruth. Do que trata a ADC - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Análise Crítica do Discurso: História, Agenda, Teoria e Metodologia. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). **Métodos de análise crítica do discurso**. 2. ed. atual. e mod. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Análise Crítica do Discurso: História, Agenda, Teoria e Metodologia. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). **Métodos de análise crítica do discurso**. 2. ed. atual. e mod. Londres: Sage, 2009, p. 1-33. Tradução de Íris Souza e Josefa Gilvânia Rodrigues.

ZAPPAVIGNA, Michele. Ambiente affiliation: A linguistic perspective on Twitter. **New Media & Society**, v. 13, n. 15, p. 788-806, 2011.

## LINKS DAS SEMIOSES

ANDRADE, Hanrikson de. **Sem Brasil ter atingido pico, Bolsonaro quer “última semana” de quarentena**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/sem-brasil-ter-atingido-pico-bolsonaro-quer-ultima-semana-de-quarentena.htm>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ANTUNES, Carolina. **Bolsonaro sugere que jovens sejam infectados e virem "barreira" contra Covid-19**. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-04-01/bolsonaro-sugere-que-jovens-sejam-infectados-e-virem-barreira-contr-Covid-19.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BAND JORNALISMO. **Bolsonaro volta a criticar medidas de isolamento e defende manifestações**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HbESeDb1p0M>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BOLSONARO, Jair Messias. Facebook. <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>.

BOLSONARO, Jair. **Live de quinta-feira com o Presidente Bolsonaro (19/03/2020)**. Temas na descrição. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hH0JhakIwf0>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro (26/03/2020)**. Temas na descrição do vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lj5W5YrCLCk>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Presidente Bolsonaro em nova entrevista com Datena (08/04/2020)**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=R\\_Mq3XF1bKU](https://www.youtube.com/watch?v=R_Mq3XF1bKU). Acesso em: 10 mar. 2021.

DOM TOTAL. **Dono do Madero critica quarentena: “não podemos parar se 5 mil pessoas vão morrer”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BTo8VPrZpiI>. Acesso em: 10 out. 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. **NÃO É TUDO ISSO: Bolsonaro diz que há ‘superdimensionamento’ em relação ao coronavírus**. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2020/politica/bolsonaro-diz-que-ha-superdimensionamento-em-relacao-ao-coronavirus/>. Acesso em: 30 out. 2020.

GARCIA, Gustavo et al. **“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2020.

GOVERNO DO BRASIL. Rede social (Instagram). Link: <https://www.instagram.com/governodobrasil/?hl=pt-br>.

LIVER, Rakel. **Bolsonaro também defende o uso do remédio Annita contra o coronavírus; saiba pra que serve o medicamento**. Disponível em: <https://baudainternet.com/2020/07/18/bolsonaro-tambem-defende-o-uso-do-remedio-annita-contr-o-coronavirus-saiba-pra-que-serve/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NÓBREGA, Isac. **Coronavírus: Bolsonaro testa positivo para Covid-19**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53326691>. Acesso em: 4 dez. 2020.

PAGNO, Marina. **Ministério da Saúde reforça cuidados com idosos durante a pandemia**. Publicado: Quinta, 01 de Outubro de 2020, 19h47. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47540-ministerio-da-saude-reforca-cuidados-com-idosos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PODER 360. **Bolsonaro diz que Brasil terá quarentena só para idosos com comorbidade**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7k3mNafcab8>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PROGRAMA DO RATINHO. **2 Dedos de Prosa com Jair Bolsonaro/Programa do Ratinho (20/03/20)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ivLqXxTkP3M>. Acesso em: 27 mar. 2021.

REDAÇÃO (ESTRADAS). **Osmar Terra diz que vão morrer mais idosos de gripe este ano no Sul que de coronavírus em todo país (entrevista)**. Disponível em: <https://estradas.com.br/osmar-terra-diz-que-vao-morrer-mais-idosos-de-gripe-este-ano-no-sul-que-de-coronavirus-em-todo-pais/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REDETV! ENTRETENIMENTO. **Vaza áudio de discussão entre Roberto Justus e Marcos Mion: “Preocupado com os pobres?”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=78lc19vyPNw>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ROCHA, Lucas. **Coronavírus: Assessora de Guedes enxergava morte de idosos como positiva para “reduzir déficit previdenciário”**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/coronavirus-assessora-de-guedes-enxergava-morte-de-idosos-como-positiva-para-reduzir-deficit-previdenciario/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TV BRASILGOV. **Pronunciamento Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>. Acesso em: 26 abr. 2020.

### LINKS DE APOIO ÀS ANÁLISES

AGÊNCIA ESTADO (JORNAL DO COMÉRCIO). **Bolsonaro testa positivo novamente para Covid-19, afirma Secom**. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2020/07/748824-bolsonaro-testa-positivo-novamente-para-Covid-19-afirma-secom.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2020/07/748824-bolsonaro-testa-positivo-novamente-para-Covid-19-afirma-secom.html). Acesso em: 13 mar 2021.

AGÊNCIA ESTADO. **Bolsonaro volta a descumprir quarentena e diz que há “superdimensionamento”**. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/16/interna\\_politica,834597/bolsonaro-volta-a-descumprir-quarentena-ha-superdimensionamento.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/16/interna_politica,834597/bolsonaro-volta-a-descumprir-quarentena-ha-superdimensionamento.shtml). Acesso em: 13 mar. 2021.

ALEGRETTI, Laís. **Coronavírus: por que pandemia está acelerando saída de idosos do mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53109747>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ALMEIDA, Beatriz. **A COVID-19 também dissemina velhas chagas da humanidade**. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/05/25/a-Covid-19-tambem-dissemina-velhas-chagas-da-humanidade/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

AMORIM, Daniela. **Mortes por Covid-19 tiram R\$ 5 bi das famílias brasileiras**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/01/25/mortes-por-Covid-19-tiram-r-5-bi-das-familias-brasileiras>. Acesso em: 15 mar. 2021.

APUFPR. **Governo Bolsonaro coloca em risco a vida dos idosos**. Disponível em: <https://apufpr.org.br/2020/03/30/governo-bolsonaro-coloca-em-risco-a-vida-dos-idosos/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ARAÚJO, Carlos Eduardo. **A velhice aviltada em nome da Reforma da Previdência**. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/07/22/a-velhice-aviltada-em-nome-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 6 jun. 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. **Dia Mundial de Combate à Violência Contra o Idoso: cenário de pandemia expõe aumento dos casos**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/7377/Dia+Mundial+de+Combate+%c3%a0+Viol%c3%aancia+>

[Contra+o+Idoso:+cen%c3%a1rio+de+pandemia+exp%c3%b5e+aumento+dos+casos](#). Acesso em: 10 mar. 2021.

AURÉLIO, Sandro. TEM CLOROQUINA?: Um balconista de farmácia conta seu dia a dia durante a pandemia. **Revista Piauí**, Edição 164, maio 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/tem-cloroquina/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AZAMBUJA, Marcos de. A GEOPOLÍTICA DO “VÍRUS CHINÊS”: A disputa do século entre Washington e Pequim – e o que o Brasil tem a ver com isso. **Revista Piauí**, Edição 165, junho 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/geopolitica-do-virus-chines/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. **Teich escolheria mandar velhos morrer em casa para reservar UTI a jovens?**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/04/17/teich-escolheria-mandar-velhos-morrer-em-casa-para-reservar-uti-a-jovens.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BARRUCHO, Luis. **Pandemia de coronavírus evidencia “velhofobia” no Brasil, diz antropóloga**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52425735>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BBC. **Pandemia de coronavírus evidencia 'velhofobia' no Brasil, diz antropóloga (entrevista)**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/02/pandemia-de-coronavirus-evidencia-velhofobia-no-brasil-diz-antropologa.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BBC. **Sem aposentadoria: morte de idosos por Covid-19 abala vida econômica de famílias mais pobres**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/19/sem-aposentadoria-morte-de-idosos-por-Covid-19-abala-vida-economica-de-familias-mais-pobres.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BENETTI, Estela. **Idosos pobres são maioria das vítimas da Covid-19, o que agrava crise social**. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/idosos-pobres-sao-maioria-das-vitimas-da-Covid-19-o-que-agrava-crise>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BORGES, Fernanda. **Após áudio vazado, Roberto Justus reafirma: “Vamos isolar os idosos e liberar o resto”**. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2020/03/24/noticia-e-mais,256950/audio-vazado-roberto-justus-isolar-os-idosos-e-liberar-o-resto.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL ECONÔMICO. **Consequências econômicas serão maiores que 5 ou 7 mil mortes, diz dono do Madero**. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-03-24/consequencias-economicas-serao-maiores-que-5-ou-7-mil-mortes-diz-dono-do-madero.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL247. **Janaina Paschoal propõe que jovens tenham prioridade no acesso a leitos hospitalares, em detrimento dos idosos**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/janaina-paschoal-propoe-que-jovens-tenham-prioridade-no-acesso-a-leitos-hospitalares-em-detrimento-dos-idosos>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAMPELLO, Daniela; ZUCCO, Cesar. O JOGO DOS DOIS ERROS: Por que Bolsonaro se equivocou ao minimizar a pandemia e ao tentar se eximir da crise econômica. **Revista Piauí**, Edição 165, jun. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-jogo-dos-dois-erros/>. Acesso em: 22 mar 2021.

CANINEU, Maria Laura; BROWN, Bethany. **Bolsonaro precisa mudar o discurso em relação aos idosos e agir durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/05/05/375159>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CARTA CAPITAL. **Comissão da Câmara repudia Bolsonaro por dizer que proteção de idosos não é da conta do Estado**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/comissao-da-camara-repudia-bolsonaro-por-dizer-que-protecao-de-idosos-nao-e-da-conta-do-estado/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CARVALHO, Higor. NO CORAÇÃO DO MEDO: um brasileiro no centro da epidemia do coronavírus. **Revista Piauí**, Edição 162, mar. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/no-coracao-do-medo/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CESARE, Donatella Di. O VÍRUS SOBERANO: A pandemia coloca em questão a política do medo na democracia atual. **Revista Piauí**, Edição 163, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-virus-soberano/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – EQUIPE POVOS ISOLADOS. **A ameaça de genocídio que paira sobre os povos indígenas isolados no Brasil**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/07/ameaca-genocidio-paira-povos-indigenas-isolados-brasil/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

DADICO, Claudia Maria. Do ódio em tempos de pandemia. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/05/20/o-odio-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DIÁRIO DO PODER. **Finep demite idosos em meio à pandemia e culpa reforma da Previdência**. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/claudio-humberto-home/finep-demite-idosos-em-meio-a-pandemia-e-culpa-a-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 15 mar. 2021.

DOLCE, Julia. **Mirian Goldenberg: “Lutar contra a velhofobia é lutar pela nossa própria velhice” (entrevista)**. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/mirian-goldenberg-lutar-contr-a-velhofobia-e-lutar-pela-nossa-propria-velhice/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FAGUNDES, Murilo. **Número de mortes por Covid-19 ultrapassou “limite do bom senso”, diz Mourão**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/numero-de-mortes-por-Covid-19-ultrapassou-limite-do-bom-senso-diz-mourao/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FERNANDES, Augusto. **“Famílias que cuidem de seus idosos”, diz Bolsonaro sobre abrir comércio**. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna\\_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml). Acesso em: 10 mar. 2021.

FERNANDES, Augusto. **Bolsonaro: “A chuva está aí, vamos nos molhar e alguns vão morrer afogados”**. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/08/interna\\_politica,843280/bolsonaro-a-chuva-esta-ai-vamos-nos-molhar-e-alguns-vaio-morrer-afog.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/08/interna_politica,843280/bolsonaro-a-chuva-esta-ai-vamos-nos-molhar-e-alguns-vaio-morrer-afog.shtml). Acesso em: 24 mar. 2021.

FERREIRA, Yuri. **Covid-19**: falas de dono do Madero e Roberto Justus mostram desprezo aos idosos. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/03/Covid-19-falas-de-dono-do-madero-e-roberto-justus-mostram-desprezo-aos-idosos/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FERRO, Maurício. **Bolsonaro diz que quarentena será só para idosos e pessoas com comorbidades**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-define-que-brasil-tera-quarentena-so-para-idosos-com-comorbidade/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FILHO, Milton. **80% das mortes por Covid-19 atingem idosos com mais de 60**. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/coronavirus/NOT,0,0,1568076,80-das-mortes-por-Covid-19-atingem-idosos-com-mais-de-60.aspx>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FIOCRUZ. **Covid-19**: Fiocruz mapeia situação de cuidadores de idosos. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/Covid-19-fiocruz-mapeia-situacao-de-cuidadores-de-idosos>. Acesso em: 15 mar. 2021.

GIMENES, Erick. **Necropolítica e militarização da Saúde explicam “apagão” de dados, dizem sanitaristas**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/08/necropolitica-e-militarizacao-da-saude-explicam-apagao-de-dados-dizem-sanitaristas>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GOLDENBERG, Mirian. **Velhofobia**: envelhecimento e amizade em tempos de pânico. Disponível em: <http://vbmlitag.com.br/index.php/2020/05/29/velhofobia-envelhecimento-e-amizade-em-tempos-de-panico/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GONÇALVES, Bruna. **A situação indígena no Brasil durante a pandemia do Covid-19**. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/06/09/a-situacao-indigena-no-brasil-durante-a-pandemia-do-Covid-19/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HBO BRASIL. **GREG NEWS/VELHOFOBIA**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZG0XkmQ5Phs>. Acesso em: 13 mar. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Dimensões de direitos humanos na resposta à COVID-19**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/03/23/339654>. Acesso em: 14 mar. 2021.

JORNAL O GLOBO. **Bolsonaro diz “E daí?” e depois troca acusações com Doria sobre Covid-19**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4HFbUzzpUoE>. Acesso em: 23 abr. 2020.

LAGO, Miguel. **UMA ESFINGE NA PRESIDÊNCIA**: Bolsonaro precisa do impeachment para fazer sua revolução. **Revista Piauí**, Edição 163, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/uma-esfinge-na-presidencia/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LAMBERTI, Ginevra. **ESTAMOS ESPERANDO POR VOCÊ**: Se eu chegar à terceira idade, poderei dizer: eu vi Veneza vazia. **Revista Piauí**, Edição 163, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/estamos-esperando-por-voce/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LIEBGOTT, Roberto Antônio. **Sob a pandemia, disputas no seio do capital apontam para a amplificação das injustiças sociais.** Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/07/sob-pandemia-disputas-seio-capital-apontam-amplificacao-injusticas-sociais/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MACIEL, Maria Esther. A CIDADE IRREAL: Depois que a pandemia acabar, tudo o que for será outra coisa. **Revista Piauí**, Edição 163, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-cidade-irreal/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MAR, Pichel. **“O coronavírus é um professor cruel porque ensina matando”, diz o sociólogo Boaventura de Sousa Santos.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53281462>. Acesso em: 9 mar. 2021.

MARQUES, Geisa. **Bolsonaro ignora recomendação de isolamento contra coronavírus e visita comércio.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/29/bolsonaro-ignora-recomendacao-de-isolamento-contracoronavirus-e-visita-comercio>. Acesso em: 9 mar. 2021.

MARTINS, Ana Carolina. **Os idosos no mercado de trabalho em tempos de pandemia.** Disponível em: <https://www.genteegestaorh.com.br/post/os-idosos-no-mercado-de-trabalho-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MAZZA, Luigi et al. **MDB É O PARTIDO COM MAIS IDOSOS DO BRASIL.** **Revista Piauí**, out. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mdb-e-o-partido-com-mais-idosos-do-brasil/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MOREIRA, Mayara. **Covid-19 põe em evidência Velhofobia no Brasil.** Disponível em: <http://www.unicap.br/catedradomhelder/?p=3943>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MOTTA, Ricardo. **Pandemia de coronavírus evidencia “velhofobia” no Brasil.** Disponível em: <http://www.pontenova.com.br/index.php/colunistas/ricardo-motta/item/7462-pandemia-de-coronavirus-evidencia-velhofobia-no-brasil>. Acesso em: 13 mar. 2021.

NOVAES, Chris Gallafrio. **NÃO TENHO RESPOSTA PARA TUDO: A vida de uma médica entre seis hospitais e três filhos durante a pandemia.** **Revista Piauí**, Edição 163, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nao-tenho-resposta-para-tudo/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

OLIVEIRA, Wagner Vinicius de; MARQUES, Allan Carlos da Silva. **Necropolíticas em tempos de COVID-19.** Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/04/27/necropoliticas-em-tempos-de-Covid-19/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PERUZZO, Pedro Pulzatto. **Após pandemia, o que sobrar de nós e dos direitos humanos?.** Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/06/23/apos-pandemia-o-que-sobrara-de-nos-e-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PINHO, Kelseny Medeiros et al. **Bia Doria não é caricatura, mas símbolo de uma classe que quer punir a pobreza.** Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/07/08/bia-doria-nao-e-caricatura-mas-simbolo-de-uma-classe-que-quer-punir-a-pobreza/>. Acesso em: 10 mar 2021.

RIBEIRO, Pedro. **Governo não tem que cuidar dos idosos, diz Bolsonaro**. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/opiniaao/sintonia-fina/governo-nao-tem-que-cuidar-dos-idosos-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **Omissão federal no combate à COVID-19**. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/05/22/ricardo-lodi-omissao-federal-no-combate-a-Covid-19/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RIBEIRO, Sidarta. CIÊNCIA EM KRAKATOA: O Brasil vive um transe que mistura Monty Python e *Sexta-Feira 13*. O que será de nós quando isso acabar, o que faremos com relação a novas epidemias?. **Revista Piauí**, Edição 163, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/ciencia-em-krakatoa/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROCHA, Rosely. **Mortes de idosos por Covid-19 deixa 5 milhões de adultos e crianças sem renda**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mortes-de-idosos-por-Covid-19-deixa-5-milhoes-de-adultos-e-criancas-sem-renda-8dbd>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RODRIGUES, Matheus et al. **“Vamos tocar a vida”, diz Bolsonaro sobre país atingir a marca de 100 mil mortos por coronavírus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/06/vamos-tocar-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-pais-atingir-a-marca-de-100-mil-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ROQUE, Tatiane. O NEGACIONISMO NO PODER: Como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. **Revista Piauí**, Edição 161, fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro quer convencer que vida de idoso é pedágio a pagar ao coronavírus**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/27/bolsonaro-quer-convencer-que-vida-de-idoso-e-pedagio-a-pagar-ao-coronavirus.htm>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SANTOS, Pedro Otávio Oliveira et al. **Envelhecimento e Covid-19: o impacto das comorbidades nos idosos e a relação como o novo coronavírus**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/166-envelhecimento-e-Covid-19>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SARAIVA, Dângelo. **Responsabilidade de Bolsonaro na contenção do COVID-19**. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/07/14/responsabilidade-de-bolsonaro-na-contencao-do-Covid-19/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SCHUQUEL, Thayná. **Bolsonaro sobre Covid-19: “Coloca vovô e vovó no canto e é isso”**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-sobre-Covid-19-coloca-vovo-e-vovo-no-canto-e-e-isso>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Fernando de Barros e. DENTRO DO PESADELO: O governo Bolsonaro e a calamidade brasileira. **Revista Piauí**, Edição 164, maio 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/dentro-do-pesadelo-2/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Larissa Tenfen. **Entre violetas e violências: em busca da proteção da pessoa idosa**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1478/+Entre+violetas+e+viol%c3%aaancias:+em+busca+da+prote%c3%a7%c3%a3o+da+pessoa+idosa>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SOUZA, Marcos Almir Almeida de. **Coronavírus e a condição humana**. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/03/20/coronavirus-e-a-condicao-humana/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

STROPASOLAS, Pedro. **Ataque de Bolsonaro a idosos inclui Previdência, cortes no BPC e quebra de quarentena**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/03/ataque-de-bolsonaro-a-idosos-inclui-previdencia-cortes-no-bpc-e-quebra-de-quarentena>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SUDRÉ, Lu. **“Não há como conviver mais 2 anos com um governo genocida”, diz Frei Betto (entrevista)**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/nao-ha-como-conviver-mais-2-anos-com-um-governo-genocida-diz-frei-betto>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TARDE NACIONAL. **Você já ouviu falar em velhofobia ou ageísmo? (entrevista)**. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2020/05/voce-ja-ouviu-falar-em-velhofobia-ou-ageismo>. Acesso em: 12 mar. 2021.

TAVARES, Mariza. **Pandemia pode dificultar acesso dos mais velhos ao mercado de trabalho**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2020/05/26/pandemia-pode-dificultar-acesso-dos-mais-velhos-ao-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TV BRASIL. **Presidente Jair Bolsonaro testa positivo para Covid-19, Resultado do exame realizado ontem saiu nesta terça-feira**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-07/presidente-jair-bolsonaro-testa-positivo-para-Covid-19>. Acesso em: 13 mar. 2021.

TV BRASILGOV. **Pronunciamento Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro (08/04/2020)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2h1mU1dp1o8>. Acesso em: 26 abr. 2020.

UFJF/NOTÍCIAS. **“Velhofobia” sem véu**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/05/12/velhofobia-sem-veu/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ZYLBERKAN, Mariana. **Quando era secretário no RS, Osmar Terra minimizou gravidade da H1N1**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quando-era-secretario-no-rs-osmar-terra-minimizou-gravidade-da-h1n1/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

## ANEXO A – Corpus

SEMIOSE	DATA	SUPORTE
<p>“Na base de 15% [a taxa de letalidade] acima de 60 anos. Então cada 100 pessoas acima de 60 anos, que é o meu caso, 15 podem ter complicações mais graves.” FP-Face-frag01-12/03/2020</p>	12/03/2020	<p>Facebook de Bolsonaro: <a href="https://www.facebook.com/watch/jairmessias.bolsonaro/">[https://www.facebook.com/watch/jairmessias.bolsonaro/]</a></p>
<p>“É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário.” FE-SV-Jorn02-frag02-17/03/2020</p>	17/03/2020	<p>Notícia de Jornal: Solange Vieira, da Superintendência de Seguros Privados <a href="https://revistaforum.com.br/politica/coronavirus-assessora-de-guedes-enxergava-morte-de-idosos-como-positiva-para-reduzir-deficit-previdenciario/">[https://revistaforum.com.br/politica/coronavirus-assessora-de-guedes-enxergava-morte-de-idosos-como-positiva-para-reduzir-deficit-previdenciario/]</a></p>
<p>“Foi surpreendente o que aconteceu na rua até com esse superdimensionamento. Que vai ter problema vai ter, quem é idoso, (quem) está com problema, (quem tem) alguma deficiência, mas não é tudo isso que dizem. Até que a China já praticamente está acabando.” FP-Jorn01-frag03-16/03/2020</p>	16/03/2020	<p>Fala de Bolsonaro [Notícia de jornal] <a href="https://www.seudinheiro.com/2020/politica/bolsonaro-diz-que-ha-superdimensionamento-em-relacao-ao-coronavirus/">[https://www.seudinheiro.com/2020/politica/bolsonaro-diz-que-ha-superdimensionamento-em-relacao-ao-coronavirus/]</a></p>
<p>“Dessa outra metade que sobra, mais de 80% deve manter algum tipo de sintomas, e apenas um percentual menor de 5%, que pega os mais idosos, que vai pegar um problema mais grave. Mas, obviamente, o nosso trabalho é não levar o pânico.” FP-Yout01-frag04-19/03/2020</p>	19/03/2020	<p>Live de Bolsonaro, transmitida pelo seu canal na plataforma <i>YouTube</i> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=hH0JhakIwf0">[https://www.youtube.com/watch?v=hH0JhakIwf0]</a></p>
<p>“Em especial aos idosos, que são mais propensos a contrair o vírus e ter realmente um agravamento dos outros problemas que ele tem.” FP-Ent01-frag05-20/03/2020 [...] “É uma guerra na qual, naturalmente, nem todos vão morrer.” [...] FP-Ent01-frag06-20/03/2020 “Eu comparei a população da Itália e parecia a população de Copacabana, que é que eu conheço muito Copacabana [...] que geralmente é um senhorzinho, uma senhorinha, um casal de velhinhos, e, se chegar neles [o vírus], a chance de entrar em óbito é grande porque já têm uma série de problemas, então, se chegar lá uma gripe qualquer... isso agora, o que acontece.” [...] FP-Ent01-frag07-20/03/2020</p>	20/03/2020	<p>Entrevista de Bolsonaro ao apresentador Carlos Massa (Ratinho) <a href="https://www.youtube.com/watch?v=ivLqXxTkP3M">[https://www.youtube.com/watch?v=ivLqXxTkP3M]</a></p>
<p>“Vai morrer alguns pelo... do vírus? Sim, vão morrer. Alguns por já estar já com deficiência e</p>		

<p>é o que vai acontecer... pegou o cara no contrapé, e é o que vai acontecer. Lamento. A minha mãe tem, tá com 92 anos, coitada, magrinha, se pegar nela qualquer coisa... mas não podemos criar esse clima todo que está aí, prejudica a economia”.</p> <p>FP-Ent01-frag05-20/03/2020</p>		
<p>“O Brasil não pode parar dessa maneira, o Brasil não tem essa condição. As consequências serão muito maiores do que as pessoas que vão morrer por conta do coronavírus [...]. Eu sei que temos que chorar e vamos chorar pelas pessoas que morreram por conta do coronavírus. Vamos isolar os idosos, aqueles com problemas de saúde, mas não podemos (parar) por conta de 5 mil pessoas que vão morrer.”</p> <p>FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020</p> <p>[...]</p> <p>“Não temos como fechar tudo e fugir do inimigo, não temos como evitar.”</p> <p>FE-JD-Yout02-frag09-23/03/2020</p>	23/03/2020	<p>Junior Durski (dono da rede de restaurantes Madero)</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=BTo8VPrZpiI">[https://www.youtube.com/watch?v=BTo8VPrZpiI]</a></p>
<p>“Não fica preocupado porque na favela o vírus não vai matar ninguém, vai matar velhinho e gente já doente, não tem uma morte no mundo das 12 mil que a pessoa já não tenha um problema recorrente do passado, todos foram velhinhos, ou mais jovens com problemas pulmonares ou são diabéticos ou têm outras doenças. Na pessoa saudável, zero, e os pobres não são todos doentes. Na favela não vai acontecer porra nenhuma se entrar o vírus, pelo contrário. Criança então, de zero a dez, nenhum caso. Isso não é grave, grave vai ser a recessão global como nunca vista na história, nem no crash de 29. Um milhão de mortos no Brasil é uma das piores de mais mau gosto que eu já vi na minha vida.”</p> <p>FE-RJ-Yout03-frag11-23/03/2020</p>	23/03/2020	<p>Fala do apresentador e empresário Roberto Justus</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=78lc19vyPNw">[https://www.youtube.com/watch?v=78lc19vyPNw]</a></p>
<p>“Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País.”</p> <p>[...]</p> <p>FP-Pron-frag12-24/03/2020</p> <p>“O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40</p>	24/03/2020	<p>Pronunciamento Oficial do Presidente da República</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw">[https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw]</a></p>

<p>anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine.” FP-Pron-frag13-24//03/2020</p> <p>“Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.” FP-Pron-frag14-24/03/2020</p>		
<p>“Pô, cara [jornalista], você quer que eu faça o quê? Que eu tenha o poder de pegar o idoso? É a família dele que tem que cuidar dele em primeiro lugar. O povo tem que parar de deixar nas costas do poder público. Aqui não é uma ditadura, aqui é uma democracia.” FP-Yout04-frag15-25/03/2020</p> <p>“O que precisa ser feito? Botar esse povo para trabalhar. Preservar os idosos. Preservar aqueles que têm problema de saúde. Mais nada além disso. Caso contrário, o que aconteceu no Chile vai ser fichinha perto do que aconteceu (sic) no Brasil”, disse, lembrando os protestos no país vizinho em outubro de 2019. “Se é que o Brasil não possa ainda sair da normalidade democrática que vocês tanto defendem. Ninguém sabe o que pode acontecer no Brasil.” FP-Yout04-frag16-25/03/2020</p> <p>[...] “Tem o isolamento horizontal, que estão fazendo aqui, e tem o vertical. É o vertical. Peguei um vídeo agora do Japão, todo mundo na normalidade. Você tem que pegar o idoso e isolá-lo, com hotéis ou em casa. Pô, cada filho cuida de seu pai, do seu avô, poxa. Não quer que eu contrate uma pessoa para cuidar de cada idoso, é impossível. Eu não sei a massa de idoso que tem no Brasil, são alguns milhões.” FP-Yout04-frag17-25/03/2020</p> <p>[...] “O povo tem que deixar de deixar tudo nas costas do poder público. Aqui não é uma ditadura, aqui é uma democracia. A família em primeiro lugar. Este foi o discurso que me elegeram, inclusive. Os responsáveis pela minha</p>	<p>25/03/2020</p>	<p>Fala de Bolsonaro no “Chiqueirinho” <i>YouTube</i> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=7k3mNafcab8">[https://www.youtube.com/watch?v=7k3mNafcab8]</a></p>

<p>mãe de 92 anos são seus meia dúzia de filhos. Nós que somos responsáveis pela minha mãe no momento. Em último lugar, se não tiver ninguém, daí coloca num asilo, o Estado, seja quem for.” FP-Yout04-frag18-25/03/2020</p>		
<p>“No mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do #coronavírus entre jovens e adultos. A quase-totalidade dos óbitos se deu com idosos.” FG-Insta-frag19- 25/03/2020</p> <p>“Portanto, é preciso proteger estas pessoas e todos os integrantes dos grupos de risco, com todo cuidado, carinho e respeito. Para estes, o isolamento. Para todos os demais, distanciamento, atenção redobrada e muita responsabilidade. Vamos, com cuidado e consciência, voltar à normalidade. #oBrasilNãoPodeParar.” FG-Insta-frag20-25/03/2020</p>	25/03/2020	Instagram do Governo Federal
<p>“[...] Todos nós estamos preocupados com a vida, queremos que não haja mortes mas esse vírus é igual uma chuva: fechou o tempo, trovoada, você vai ter que se molhar. E vamos (sic) é... tocar o barco. Não vou minimizar a gripe, se bem que dizem aí os infectologistas que pra 90% da população essa gripe é quase nada [...]” FP-Yout05-frag21-26/03/2021</p> <p>[...] “[...] A preocupação tem que existir? Tem. Mas, então, a primeira pessoa a se preocupar com o grupo de risco é você que tem seu... que tem um pai, um avô, um bisavô dentro de casa. Essa que é a preocupação. Não é esperar que o Governo faça alguma coisa. O governo faz algumas coisas, mas não pode fazer tudo que alguns acham que ele pode fazer.” FP-Yout05-frag22-26/03/2021</p> <p>[...] “[...] Pelo que eu vi, a coronavírus era a enfermidade menos grave da pessoa que ela adquiriu. Então, o somatório de problemas, a vida pregressa da pessoa, fraca, muitas vezes, né, com problemas outros – chama-se comorbidades, né – Duas ou mais doenças, então... veio a falecer... a gente lamenta.” FP-Yout05-frag23-26/03/2021</p>	26/03/2021	<p>Live semanal do Presidente Jair Bolsonaro <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Lj5W5YrCLCk">[https://www.youtube.com/watch?v=Lj5W5YrCLCk]</a></p>
<p>“[...] A epidemia é uma força da natureza, e o vírus só se altera quando contamina mais de 50%, 60% da população. E 99% das pessoas com vírus não vão ter sintoma nenhum. Aí você forma uma parede de pessoas com anticorpos</p>	28/03/2020	<p>Osmar Terra (ex-Ministro da Casa Civil), em entrevista; <a href="https://estradas.com.br/osmar-terra-diz-que-vaio-morrer-mais-idosos-de-gripe-este-ano-no-sul-">[https://estradas.com.br/osmar-terra-diz-que-vaio-morrer-mais-idosos-de-gripe-este-ano-no-sul-</a></p>

<p>que não deixam contaminar quem não tem anticorpos nenhum. Como termina uma epidemia que não tem remédio, não tem vacina, e de repente ela acaba? É pelo contágio geral.” FD-OT-frag24-28/03/2020</p> <p>“As pessoas com menos de 50 anos, que não tenham nenhuma doença crônica, diabetes, hipertensão, ou seja, que afete sua imunidade, correm mais risco de serem atropeladas na rua que morrer de COVID-19.” FD-OT-frag25-28/03/2020</p> <p>“Elas devem trabalhar e naturalmente tomar todos os cuidados que estão sendo divulgados pelas autoridades de saúde.” FD-OT-frag26-28/03/2020</p> <p>“Acredito que atualmente cerca de ¼ da população já está contaminada e 99% não vão sequer perceber que tiveram a doença. Não vão ter nem dor de cabeça.” FD-OT-frag27-28/03/2020</p>		<p><a href="#">que-de-coronavirus-em-todo-pais/]</a></p>
<p>“A garotada abaixo de 40 anos, a princípio, contraindo o vírus, não vai ter problema. Agora essa garotada, vamos supor, se infectando agora, ela seria uma barreira no futuro para não transmitir o vírus aos mais idosos.” FP-Jorn02-frag28-08/04/2020</p> <p>“É uma conta que você bota na mesa e você vê que as medidas por parte de alguns governadores e alguns prefeitos foram excessivas porque atingiram a roda da economia.” FP-Jorn02-frag28-08/04/2020</p>	<p>08/04/2020</p>	<p>Bolsonaro fala a apoiadores no “Chiqueirinho” <a href="https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-04-01/bolsonaro-sugere-que-jovens-sejam-infectados-e-virem-barreira-contra-COVID-19.html">[https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-04-01/bolsonaro-sugere-que-jovens-sejam-infectados-e-virem-barreira-contra-COVID-19.html]</a></p>
<p>“Quem tem abaixo de 40 anos tem que se preocupar pra não transmitir o vírus pros outros. Mas pra ele, pra sua vida, é quase zero esse risco. Devemos, sim, cada família cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto, e é isso. Evitar o contato com eles a menos de dois metros.” FP-Ent02-frag30-08/04/2020</p> <p>“[...] E o resto tem que trabalhar, porque tá havendo uma destruição de empregos no Brasil.” FP-Ent02-frag31-08/04/2020</p> <p>[...] “A chuva está aí, vamos nos molhar e alguns vão morrer afogados. Não pode é (continuar) como se tivesse vivendo num clima de guerra,</p>	<p>08/04/2020</p>	<p>Entrevista ao programa de Luís Datena, na Band <a href="https://www.youtube.com/watch?v=R_Mq3XF1bKU">[https://www.youtube.com/watch?v=R_Mq3XF1bKU]</a></p>

<p>onde se tivesse dado o toque de recolher. Isso não pode.”  FP-Ent02-frag32-08/04/2020  [...]</p> <p>“Tenho conversado muito com o Osmar Terra. Ele já enfrentou H1H1 e entende bastante do assunto. Ele fala que tem um fantasma da curva que não é isso tudo. De qualquer maneira, o número de infectados será o mesmo. O que se busca com a curva, no meu entender tá sendo feito de forma exagerada, é fazer com que nós tenhamos meios nos hospitais pra atender as pessoas infectadas. Algumas vão perder a vida, lamentavelmente, mas nós devemos fazer o possível para que isso não aconteça.”  FP-Ent02-frag33-08/04/2020</p>		
<p>“[...] Devemos falar para o povo: calma, tranquilidade setenta por cento vai ser contaminados ou vocês querem que eu minta?”  FP-Jorn03-frag34-20/04/2020</p>	20/04/2020	<p>Fala de Bolsonaro no “Chiqueirinho”  <a href="https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/sem-brasil-ter-atingido-pico-bolsonaro-quer-ultima-semana-de-quarentena.htm">[https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/sem-brasil-ter-atingido-pico-bolsonaro-quer-ultima-semana-de-quarentena.htm]</a></p>
<p>“Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas.”  FP-Jorn04-frag35-28/04/2020</p>	28/04/2020	<p>Notícia de Jornal [fala de Bolsonaro na entrada do Palácio da Alvorada  <a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml">[https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml]</a></p>
<p>“Quanto a repouso, isso é particular meu. Eu não sei ficar parado. Vou ficar despachando por videoconferência. Eu estou impaciente, mas vou seguir os protocolos. O cuidado mais importante é com seus entes queridos, os mais idosos. Os outros também, mas não precisa entrar em pânico. A vida continua.”  FP-Jorn05-frag36-07/07/2020</p>	07/07/2020	<p>Fala de Bolsonaro a jornalistas após confirmação de sua infecção por Covid-19  <a href="https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53326691">[https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53326691]</a></p>
<p>“Também agora está aí, estão apresentando o Annita. Não sou médico, não recomendo nada para ninguém. O que recomendo é que você procure o médico... Você que está com parente, amigo, um idoso com sintomas, procure um médico. Doutor, você ministra hidroxicloroquina ou não? Ministra Annita ou não? O médico vai falar alguma coisa. Ele pode falar ‘vai para casa e deite’. Aí você decide e procura outro médico se quiser.”  FP-Jorn06-frag37-16/07/2020</p>	16/07/2020	<p>Trecho da fala de Bolsonaro em live exibida no YouTube em 16/07/2020.  Notícia em:  <a href="https://baudainternet.com/2020/07/18/bolsonaro-tambem-defende-o-uso-do-remedio-annita-contra-o-coronavirus-saiba-pra-que-serve/">[https://baudainternet.com/2020/07/18/bolsonaro-tambem-defende-o-uso-do-remedio-annita-contra-o-coronavirus-saiba-pra-que-serve/]</a></p>
<p>“No Dia Internacional e Nacional do Idoso (1º de outubro), o Ministério da Saúde visa sensibilizar a sociedade para as questões do</p>	01/10/2020	<p>Nota do Ministério da Saúde  <a href="https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47540-ministerio-">[https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47540-ministerio-</a></p>

<p>envelhecimento e sobre a necessidade de proteção à saúde das pessoas idosas. Durante a pandemia da COVID-19, esses cuidados estão sendo redobrados, já que pessoas com 60 anos ou mais apresentam maior risco de complicações e letalidade pelo coronavírus.” FM-NO-frag38-01/10/2020</p>		<p><a href="#">da-saude-reforca-cuidados-com-idosos-durante-a-pandemia</a></p>
--	--	--